

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

15º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de julho a 30 de setembro de 2022



JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

11/10/2022

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, **no 15º Período Avaliatório (01/07/2022 a 30/09/2022)**. Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente **documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados**, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como relatado nos Relatórios Gerenciais anteriores, após mais de dois anos pandemia e com a recente ampliação da vacinação, o ano de 2022 traz condições minimamente estáveis para atuação dos Programas a patamares similares aos seus padrões metodológicos tradicionais. Apesar do surto de contaminações com a nova variante da Covid-19 no mês de janeiro, os meses seguintes apresentaram significativa melhora das condições sanitárias, e, graças ao aprendizado e dedicação de todos os envolvidos, foi possível cumprir quase que integralmente todas as metas previstas no primeiro e do segundo trimestre desse ano (13º e 14º PAs).

Por conseguinte, o atual 15º PA mantém o padrão positivo dos períodos anteriores, de modo que se observa o cumprimento integral de quase todos os indicadores pactuados e o início, continuidade e conclusão de produtos que estavam suspensos há 2 anos devido as restrições da pandemia, quais sejam: 1) conclusão dos Cursos Profissionalizantes para os atendidos do Programa PRESP. Projeto que, em menos de três meses de execução, conseguiu realizar 18 turmas/cursos, em 11 municípios e ter quase 50% dos cursistas (175) certificados - um resultado histórico dado a complexa logística de execução e a extrema situação de vulnerabilidade e dificuldade de adesão do público alvo; 2) continuação do Circuito Liberdade, do Programa Se Liga. Projeto que já realizou 10 das 23 atividades de circulação previstas e passou por um momento de avaliação interna e adequação do escopo junto aos parlamentares responsáveis pela emenda que financia esse produto; 3) fase final dos Cursos do Programa Mediação de Conflitos "Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para Enfrentamento às Violências", voltado para a formação de Agentes Comunitários de Cidadania, em 28 UPCs do estado, cujas aulas regulares foram concluídas e as formaturas estão previstas para o mês de novembro; 4) início da preparação e execução dos Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade em

16 municípios, envolvendo o(s) Programa(s) de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), Se Liga, Selo Prevenção Minas, *Fica Vivo!* e Mediação de Conflitos, bem como o público-alvo, as organizações e instituições das redes parceiras. A previsão é que os Fóruns efetivamente aconteçam nos meses de novembro e dezembro. Destaque para as UPCs de Patos de Minas e a de Sete Lagoas, que já começaram a executar as ações previstas nos seus projetos; 5) na mesma direção, encontra-se em fase de preparação a realização do Seminário de Capacitação dos oficinairos, previsto para dezembro. Além disso, destacam-se: 6) O mês da Juventude, que possibilitou a realização diversas de ações do Programa Se Liga dentro das unidades da região de Belo Horizonte e Zona da Mata; 7) Início das atividades e atendimentos das equipes da Ceapa e PMC no Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência em Curvelo; 8) Capilarização das ações do Selo Prevenção Minas para os municípios do interior da RISP 10 – Patos de Minas e 9) para finalizar, ampliando ainda mais o significativo volume de (re)implantações dos Programas e UPCs do primeiro semestre de 2022, aconteceram as retomadas das UPCs de base local do Minas Caixa e do Jardim das Alterosas.

Por fim, como será possível perceber, apesar da melhora do contexto pandêmico e dos resultados positivos, os muitos desafios e dificuldades da execução dos programas continuam presentes no 15º PA. Contudo, o esforço coletivo das equipes e de todas as pessoas envolvidas na construção da Política de Prevenção tem sido capaz de romper as adversidades e promover o cumprimento integralmente de grande parte dos objetivos pactuados. Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					15º Período Avaliatório Jul/22 a Set/22	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	26.225	36.900
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.520	1.935
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	9.130	9.597
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.808	2.485
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	8.073	5.468
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	52.344	50.689
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	314	445
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	630	1175
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	150	932
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	540	1057
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	42.060	43.891
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	5	74%	77.1%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	3.075	2.982

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					15º Período Avaliatório Jul/22 a Set/22	
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	17.388	16.852
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	83,2%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	1.206	1.619
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	99	1
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	3	870	173
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	165	128
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	900	896
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	3.600	5.163
		8.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	9,5
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC's de Base Local	4	56	62
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	4	9	9
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	-
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	-
11	Produtos	3.2	Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp	1	100%	100%

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
26.225	36.900
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.</p> <p>Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none">1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste 15º Período Avaliatório, o Programa Mediação de Conflitos conseguiu alcançar as metas previstas para o trimestre (julho, agosto e setembro), inclusive, superando-as de forma significativa, principalmente em relação ao indicador 1.1. A meta global prevista para o **indicador 1.1 (número acumulado de atendimentos)** neste trimestre era de 26.225 atendimentos e o programa executou 36.900 atendimentos, ou seja, 40,7% a mais do que estava previsto. Se compararmos aos resultados do 14º Período (abril, maio e junho), houve um aumento de 61,1% neste trimestre em relação àquele (14º PA: 22.897; 15º PA: 36.900).

Analisando os resultados obtidos em cada mês deste período, também é possível constatar um ótimo desempenho das equipes, superando as metas em todos os meses. A meta prevista para cada mês era de 2.996 atendimentos e as equipes executaram 4.143 atendimentos em julho, 5.104 em agosto e 4.774 em setembro, superando em 38%, 70% e 59% as metas, respectivamente. Neste período avaliatório, cabe destacar a importância de duas frentes de trabalho coletivas que impactaram fortemente o indicador 1.1. Primeiramente, no mês de julho, foi iniciada a expansão do Projeto “ComAgente” nos territórios, com o incremento de mais 6 equipes participantes, totalizando atualmente 12 equipes que executam o projeto, a saber: Serra, Pedreira Prado Lopes, Ribeiro de Abreu, Taquaril e Vila Pinho em Belo Horizonte; Nova Contagem, Jardim Teresópolis e Palmital na região metropolitana de BH; e Olavo Costa, Morumbi, Santos Reis e Turmalina no interior do estado de Minas Gerais. Cada equipe acompanha de 2 a 3 projetos de oficina e, dessa forma, o potencial de atendimento e capilaridade do Programa nesses territórios foi fortalecido, aumentando conseqüentemente o número de atendimentos global do programa.

Outra ação que também contribuiu para os resultados alcançados neste indicador foi a execução do curso de *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, um projeto institucional proposto pela Diretoria do PMC e executado por todas as equipes do Programa, com exceção das equipes reimplantadas recentemente. Este curso foi planejado prevendo 9 encontros entre equipes e cerca de 8 cursistas/referências comunitárias por território, nos quais foram trabalhadas temáticas transversais à Segurança Pública Cidadã e à Mediação Comunitária, tais como: Cidadania, Direitos Humanos e Educação; Violência contra a Mulher, Violência contra a Criança e o Adolescente, Violência contra a Pessoa LGBTQIA+; Violência contra a Pessoa Idosa; Segurança Pública Cidadã; Pessoas, Relacionamentos e Comunicação; Mediação de Conflitos; Comunidade e Vínculo, Organização Comunitária e Participação Social; Experiências em Mediação Comunitária; e Técnicas e Dinâmicas de Trabalho em Grupo.

Este curso possibilitou, além do processo de troca e construção de aprendizado dos cursistas: 1) o fortalecimento do vínculo entre equipes e comunidade, 2) o aumento dos laços de solidariedade entre as referências comunitárias, fomentando o capital social local, 3) a leitura das dinâmicas das violências e criminalidade dos territórios, 4) o mapeamento dos principais problemas em nível de segurança dos locais, 5) o planejamento e execução de ações conjuntas entre equipe e cursistas, a partir da concepção de mediação comunitária, 6) o fortalecimento de encaminhamentos de casos para a equipe do PMC, por parte dos cursistas, entre outros. Além desses ganhos em termos qualitativos, o curso reverberou também em dados quantitativos, já que propiciou em média o incremento de 72 atendimentos para cada equipe no trimestre.

Sendo assim, os ótimos resultados do indicador 1.1 expressam a consolidação das frentes de trabalho desenvolvidas pelas equipes ao longo do ano, com destaque especial para as práticas de atendimento coletivas do programa. Essa tendência já vem sendo apontada em relatórios anteriores, destacando que cada vez mais as práticas de Projetos de Prevenção às Violências, Ações de Organização Comunitária e Atendimentos Coletivos têm sido priorizadas no cotidiano das equipes. É possível constatar assim que, o aumento no número de atendimentos traduz um investimento metodológico nos processos de mediação comunitária como potencializadores na prevenção e enfrentamento às violências, sem, contudo, abrir mão dos atendimentos individuais extremamente relevantes e que também repercutem no contexto comunitário.

O impacto das duas ações apresentadas acima - a ampliação do projeto “ComAgente” e a execução do curso de *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências* - ambos quantificados como modalidade de Projeto, pode ser visto no gráfico abaixo, que demonstra que no período do 15º PA, os atendimentos em projeto corresponderam a 52% de todos os atendimentos do programa.

Em relação ao indicador **1.2 (Média Mensal de Pessoas Atendidas)**, o PMC também atingiu a meta prevista para o trimestre que era de 1.520, atendendo em média 1.935 pessoas, o que representa um desempenho 27% maior que o esperado. Comparativamente ao trimestre anterior (14ºPA), os resultados também foram melhores, denotando um aumento de 4% em relação a este período (14ºPA: 1.861; 15º PA: 1935).

De forma semelhante ao indicador 1.1, o indicador 1.2 também teve impactos dos projetos institucionais ampliados e executados pelas equipes neste trimestre, o que contribuiu para que novas pessoas fossem atendidas pelo programa. Entretanto, este indicador não teve um crescimento expressivo como o primeiro, devido ao fato de, tanto o projeto “ComAgente”, quanto o *Curso de Segurança Cidadã*, trabalharem com um público relativamente fixo. Dessa forma, os projetos geraram muitos atendimentos, mas para as mesmas pessoas.

Em números absolutos, foram 5.805 pessoas atendidas neste trimestre, sendo que os números apresentaram um aumento contínuo ao longo dos meses, com 1.675 pessoas atendidas em julho, 1.984 em agosto e 2.146 em setembro. Este crescimento, de forma geral, pode ser justificado pela maior consolidação das novas oficinas do “ComAgente” nos meses de agosto e setembro, já que, geralmente o primeiro mês é um período de mobilização e divulgação das oficinas, com um público mais instável, e, a partir dos outros meses, esse público vai se consolidando ao se reconhecer enquanto grupo. Outro fator que explica este aumento são as chamadas “Atividades Complementares”, que derivaram do *Curso de Segurança Cidadã*. Após a finalização do curso, foi proposta para as equipes de forma optativa a realização de atividades práticas entre elas e os participantes do curso no território a partir dos conhecimentos adquiridos e potencializados. Alguns exemplos de Atividades Complementares desenvolvidas neste período foram: campanhas de prevenção à violência, cortejos comunitários, rodas de conversa, oficinas temáticas e fóruns sociais. A realização dessas atividades possibilitou que novas pessoas fossem atendidas pelo Programa, interferindo de forma positiva na elevação do indicador.

Ainda em relação a este indicador, é importante ressaltar que algumas equipes também realizaram ações relacionadas à temáticas específicas, como o “Agosto Lilás” e o “Setembro Amarelo”. A primeira data se refere ao mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher e a segunda ao mês para a conscientização da prevenção ao suicídio. Ambos os assuntos afetam de maneira transversal as questões relacionadas à segurança cidadã nos territórios e as equipes trabalharam de formas coletivas as imbricações entre violências, gênero e saúde mental

nestes meses, contribuindo assim, para o aumento do número de pessoas atendidas pelo programa, principalmente nos meses de agosto e setembro.

A meta para o indicador 1.3 (número acumulado de ações do programa junto às redes de proteção social), assim como as demais, também foi alcançada neste período avaliatório. A meta prevista era de 3.129 ações de rede e o programa executou 3.456 ações, o que representa um percentual de 10% acima do esperado.

Embora os projetos apresentados anteriormente também produzam impacto neste indicador, ele é menos afetado que os outros, pois sua desenvoltura depende de articulações diversas que podem ser executadas em diferentes práticas de atendimento, como encaminhamentos para a rede parceira, alinhamentos de fluxos institucionais, discussões de caso e participação em espaços de rede, por exemplo. Porém, é possível afirmar que as equipes que executaram ações voltadas ao “Agosto Lilás” e ao “Setembro Amarelo” necessariamente realizaram mais ações de rede do que o esperado, principalmente alinhamentos de fluxos institucionais, já que estes temas requerem discussões e planejamentos conjuntos entre instituições da rede de proteção social.

Outro fator que também impacta no aumento das ações de rede é o trabalho realizado pelas unidades (re) implantadas. O fato de estarem há pouco tempo no território, exige das equipes do PMC um número alto de ações de rede, com fins de conhecer a rede local mista e se apresentar enquanto política pública. É comum que essas equipes, inclusive, apresentem um desempenho melhor neste indicador em comparação com os demais indicadores, pois os contatos com a rede são imprescindíveis para possibilitar a chegada de novas pessoas ao programa e atendimentos.

Outro fator que com certeza contribuiu para os resultados de algumas equipes em todos os indicadores foi a chegada dos estagiários, possibilitando o exercício de novas frentes de trabalho e atendimentos, entretanto, como nem todas as equipes contam com esses atores, talvez seja mais estratégico fazer a análise desses impactos ao longo dos próximos meses. Por fim, vale ressaltar que essas considerações são pontos gerais e existem muitos outros fatores que podem afetar de maneira mais localizada determinadas equipes, impactando em um melhor ou pior desempenho.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizados cumulativamente 36.900 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até setembro de 2022 era de 26.225, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 1 – Distribuição do Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC					
UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	642	66	128	185	1021
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	352	72	57	44	525
JARDIM FELICIDADE	547	64	179	95	885
JARDIM LEBLON	639	176	112	261	1188
MINAS CAIXA	31	40	88	20	179
MORRO DAS PEDRAS	479	93	109	103	784
PEDREIRA PRADO LOPES	647	119	124	149	1039
PRIMEIRO DE MAIO	22	45	60	36	163
RIBEIRO DE ABREU	591	70	316	236	1213
SANTA LÚCIA	619	113	118	127	977
SERRA	929	363	252	232	1776
TAQUARIL	3411	169	237	313	4130
VILA PINHO	551	249	171	214	1185
CITROLÂNDIA	541	107	91	90	829
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	7	24	31
JARDIM TERESÓPOLIS	1439	214	259	183	2095
PTB	585	94	130	70	879
NOVA CONTAGEM	882	251	248	225	1606
RESSACA	510	144	107	76	837
CARAPINA	628	89	100	90	907

TURMALINA	1804	204	291	248	2547
BOM JARDIM	328	55	44	47	474
OLAVO COSTA	1316	281	307	222	2126
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	597	83	421	522	1623
JUSTINÓPOLIS	328	60	49	65	502
ROSANEVES	25	87	64	36	212
VENEZA	1056	142	130	144	1472
PALMITAL	1781	303	443	300	2827
VIA COLÉGIO	467	75	110	69	721
JARDIM CANAÃ	341	125	128	153	747
MORUMBI	507	112	128	135	882
MORRO ALTO	291	78	96	53	518
TOTAL	22886	4143	5104	4767	36900

No 15º período avaliatório (15º PA), praticamente todas as equipes atingiram as metas estabelecidas para o trimestre. O investimento da supervisão PMC, em realizar o ajuste das metas trimestralmente, tem contribuído para que as equipes apresentem resultados mais condizentes com as possibilidades de atuação; potencializando as ações ao longo do período, e também, permitindo intervenções da supervisão junto às equipes, no que toca o desempenho das mesmas em cada indicador. Diante disso, apenas a equipe do Jardim das Alterosas (Betim), apresentou resultado abaixo de 80% da meta prevista para o trimestre. Neste trimestre, a equipe realizou apenas 25% dos atendimentos previstos, o que se deve ao fato de ser uma equipe recém implantada, que chegou ao território na segunda quinzena de julho e ainda está em processo de diagnóstico, divulgação e reconhecimento do território. Espera-se que nos próximos meses, a partir do maior reconhecimento do Programa pela comunidade, seja possível ampliar o número de atendimentos.

Em contrapartida, tivemos diversas equipes que estiveram significativamente acima da meta pactuada. Dessa forma, iremos considerar para análise, duas equipes que apresentaram resultados acrescidos de 100% a mais do previsto: equipe do Palmital e Jardim Canaã.

A equipe do Palmital, registrou um percentual de 228% em relação a meta do trimestre. Somente no mês de agosto, a equipe registrou 443 atendimentos, enquanto a meta para o mês era de 153 atendimentos, o que configura o maior número de atendimentos/mês da equipe, de todo ano em 2022. A retomada, neste trimestre, da execução das oficinas do Projeto “ComAgente”, fez com que a equipe ampliasse significativamente os resultados para o indicador de atendimentos. A substituição de oficinas e a diversificação das atividades ofertadas, têm atraído muito a comunidade para participação, e também, mantido uma frequência exitosa nos encontros. A equipe registrou um quantitativo de 1.046 atendimentos no período, enquanto a meta era de 459 atendimentos, um acréscimo de 587 atendimentos a mais do previsto. O alcance das oficinas no território tem sido muito efetivo, possibilitando uma intervenção com o público, nunca antes experimentada pela equipe.

A equipe do Jardim Canaã também teve um desempenho além do esperado para o trimestre, com 288% do previsto. Este resultado se deve ao fato de neste trimestre a equipe estar completa, o que não aconteceu no trimestre anterior, devido à mudança de função de uma analista que foi para o cargo de gestão e à licença maternidade de outra analista. Dessa forma, com a presença das duas analistas e de uma estagiária, a equipe conseguiu desenvolver e retomar várias frentes de trabalho, atuando no Curso de Segurança Cidadã, em um grupo comunitário de mulheres e realizando diversas ações coletivas derivadas do próprio curso, o que contribuiu de maneira significativa para o aumento nos resultados, que se manteve de forma equilibrada nos três meses.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.520	1.935

Descrição do Indicador

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram atendidas em média 1.935 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.520, alcançou-se 27,3% acima do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC					
UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	355	48	83	126	86
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	200	24	23	22	23
JARDIM FELICIDADE	402	37	102	45	61
JARDIM LEBLON	316	42	37	173	84
MINAS CAIXA	6	11	14	13	13
MORRO DAS PEDRAS	249	51	39	36	42
PEDREIRA PRADO LOPES	361	47	72	88	69
PRIMEIRO DE MAIO	20	42	38	31	37
RIBEIRO DE ABREU	495	40	130	66	79
SANTA LÚCIA	255	43	41	50	45
SERRA	426	126	76	77	93
TAQUARIL	718	44	68	60	57
VILA PINHO	296	85	70	92	82
CITROLÂNDIA	378	61	58	66	62
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	5	11	5
JARDIM TERESÓPOLIS	635	68	67	65	67
PTB	397	53	69	35	52
NOVA CONTAGEM	648	92	93	76	87
RESSACA	322	39	51	46	45
CARAPINA	382	33	41	28	34
TURMALINA	724	81	100	70	84
BOM JARDIM	276	19	19	44	27
OLAVO COSTA	423	63	99	59	74
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	450	41	131	258	143
JUSTINÓPOLIS	227	42	37	56	45
ROSANEVES	21	78	26	18	41

VENEZA	854	72	97	131	100
PALMITAL	614	97	114	100	104
VIA COLÉGIO	328	41	44	43	43
JARDIM CANAÃ	120	67	66	58	64
MORUMBI	252	51	45	68	55
MORRO ALTO	196	37	29	35	34
TOTAL	11.346	1.675	1.984	2.146	1.935

No indicador “média mensal de pessoas atendidas”, podemos observar que a exemplo do indicador 1.1, tivemos atingimento das metas, quase total por parte das equipes. Dentre as que apresentaram desempenho abaixo de 80% daquele previsto para o período, vamos destacar: Jardim das Alterosas (Betim). Assim como no indicador 1.1, a equipe do Jardim das Alterosas também não conseguiu atingir a meta prevista para a média mensal de pessoas atendidas, executando 24% da meta, o que também se deve ao fato de ser uma equipe recém implantada e com pouca capilaridade para chegar à comunidade e possibilitar a chegada de novas pessoas ao programa para atendimento.

Tivemos algumas equipes que atingiram mais de 80% da meta prevista para esse indicador, dentre elas: Rosaneves, Veneza e Jardim Canaã.

Neste período (15ªPA), a equipe do Rosaneves apresentou 85% a mais da meta prevista para o trimestre. Importante destacar, que a equipe ainda está em processo de consolidação do trabalho, isso faz com que os resultados, ainda se apresentem de forma instável ao longo dos períodos. Porém, o forte investimento da equipe em ações de organização comunitária, tem possibilitado uma significativa diversificação do público atendido; só no mês de julho, a equipe registrou 78 pessoas atendidas, um quantitativo de 56 pessoas atendidas a mais, em relação a média/mês (22 pessoas atendidas). A equipe demonstra muito cuidado nos registros realizados, o constante acionamento da supervisão para alinhamento das ações realizadas, também contribui para maior assertividade dos dados apresentados.

A equipe do Veneza, a exemplo do período anterior, novamente apresentou resultados superiores para esse indicador; 82% a mais da meta prevista. O mês de setembro, apresentou o maior desempenho do trimestre, 131 pessoas atendidas. O referido mês, concentrou diversas intervenções no âmbito coletivo; além da execução do projeto institucional “Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o Enfrentamento às Violências”, que possibilitou uma diversificação do público atendido nesse trimestre, a equipe tem investido exponencialmente em projetos de prevenção. A modalidade de projetos é, sem dúvida, uma das práticas de atendimento que mais impactam no alcance de pessoas, especialmente no âmbito escolar, onde a equipe tem conseguido ampla atuação.

A equipe do Jardim Canaã apresentou um desempenho de 255% em relação à meta prevista para o trimestre. Quando comparado ao desempenho do período avaliatório anterior (14ªPA), o aumento é de 105%. Como dito anteriormente, o fato da equipe estar completa e o investimento em diversas ações nas modalidades comunitárias de atuação, que atualmente correspondem a 62% das práticas do Jardim Canaã, diversificou o público atendido pelo programa e elevou os resultados da equipe no trimestre.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9.130	9.597
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Até o mês de setembro de 2022 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas cumulativamente 9.597 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 9.130, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	135	41	45	26	247
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	157	28	24	23	232
JARDIM FELICIDADE	209	34	34	22	299
JARDIM LEBLON	291	57	44	50	442
MINAS CAIXA	4	6	4	38	52
MORRO DAS PEDRAS	184	59	46	39	328
PEDREIRA PRADO LOPES	174	22	21	27	244
PRIMEIRO DE MAIO	8	26	44	43	121
RIBEIRO DE ABREU	207	35	23	36	301
SANTA LÚCIA	198	34	30	34	296
SERRA	303	30	26	24	383
TAQUARIL	274	57	68	35	434
VILA PINHO	293	43	45	74	455
CITROLÂNDIA	225	44	31	30	330
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	22	12	34
JARDIM TERESÓPOLIS	300	27	59	38	424
PTB	205	34	59	42	340
NOVA CONTAGEM	283	55	59	34	431
RESSACA	150	44	37	32	263
CARAPINA	261	36	42	36	375
TURMALINA	312	61	58	49	480

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social					
UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BOM JARDIM	97	17	18	10	142
OLAVO COSTA	354	49	69	62	534
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	202	36	34	47	319
JUSTINÓPOLIS	144	24	21	21	210
ROSANEVES	34	25	22	18	99
VENEZA	282	39	43	44	408
PALMITAL	250	38	67	68	423
VIA COLÉGIO	154	33	29	32	248
JARDIM CANAÃ	134	34	35	34	237
MORUMBI	196	27	32	33	288
MORRO ALTO	121	21	22	14	178
TOTAL	6141	1116	1213	1127	9597

Em relação ao indicador 1.3, poucas equipes atingiram menos de 80% da meta prevista para o trimestre, dentre elas: Bom Jardim/Esperança (Ipatinga), Jardim das Alterosas (Betim) e Serra (BH).

A equipe do Bom Jardim/Esperança, realizou 71% da meta estabelecida para o trimestre (63 ações de rede); sendo o mês de setembro, o que apresentou menor número de ações de rede (10), enquanto a meta eram 21 ações/mês. Em setembro, a equipe esteve diante de um cenário desafiador, especialmente no que tange à composição da equipe; uma das analistas estava cumprindo aviso prévio, enquanto a outra entrou em período de férias, com a capacidade reduzida de trabalho, foi necessário focar em ações mais urgentes e estratégicas para o momento, sendo assim, o investimento em ações de rede no referido mês, foi consideravelmente impactado.

A equipe do Jardim das Alterosas executou 67% da meta prevista, realizando 34 ações de rede no trimestre. Embora, significativamente abaixo da meta, este foi o melhor resultado da equipe em comparação com os outros indicadores e se deve justamente ao fato da equipe estar em um momento de implantação. Dessa forma, embora algumas ações de rede ainda sejam escassas, devido ao baixo número de atendimentos, como discussões de caso e encaminhamentos, outras ações se fazem necessárias para o conhecimento e leitura do território, como alinhamentos institucionais e participação em espaços de rede estratégicos.

A equipe da Serra também não conseguiu atingir a meta prevista, realizando 56% das ações de rede previstas no trimestre, o que representa também uma redução em relação ao período avaliatório anterior. A equipe esteve empenhada e priorizou o acompanhamento do projeto “ComAgente”, do Curso de Segurança Cidadã e de um projeto realizado em uma escola, o que dificultou o investimento em ações de rede. Outro fato que contribuiu para essa diminuição foi as férias de uma das analistas, o que fez com que a equipe se dedicasse às agendas referentes aos atendimentos, em detrimento das ações de rede. É esperado que no próximo trimestre a equipe consiga organizar melhor as frentes de trabalho, de modo a participar de mais espaços da rede.

Algumas equipes tiveram um desempenho considerável neste indicador, superando em mais de 50% as metas previstas, desse modo, iremos destacar: Vila Pinho e Jardim Canaã (Uberlândia).

Neste período (15ºPA), a equipe Vila Pinho, realizou 69% a mais da meta prevista para o trimestre (96 ações de rede), totalizando 162 ações de rede. A equipe tem investido consideravelmente em ações de rede, realizando diversas articulações com a rede local, principalmente para discussão de casos. A interação com a rede informal do território, também merece ser destacada, uma vez que diversas articulações têm acontecido com novas referências comunitárias que se despontam no território atualmente; o movimento de aproximação da equipe junto a essas referências, tem possibilitado intervenções no âmbito de construção de fluxos com essa importante rede do território. Dentre o desempenho apresentado, vale destacar o mês de setembro, onde a equipe realizou 74 ações de rede, enquanto a meta era de 32 ações/mês. Um dos fatores que contribuíram para esse resultado, é uma ação que será realizada pela Defensoria Pública/MG em parceria com o PMC no território; onde serão acolhidos diversos casos para ajuizamento de ações. Tal ação exigiu da equipe, investimento amplo na articulação com os serviços locais, para divulgação e encaminhamento de casos para atendimento.

Por fim, a equipe do Jardim Canaã também apresentou um ótimo desempenho, realizando 156% da meta prevista para as ações de rede. Além das diversas articulações de rede necessárias para desenvolver os projetos executados pela equipe neste trimestre, um fator determinante para este aumento foi a atualização do mapeamento de rede do território que a equipe realizou. Devido à alteração recente da equipe, que já foi mencionada anteriormente, as analistas entraram em contato com várias instituições da área de abrangência para se apresentarem e atualizar os fluxos e parcerias do PMC com a rede de proteção social.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.808	2.485
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício.</p> <p>As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados deicineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Osicineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.</p> <p>As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

No período avaliatório anterior, referente aos meses abril-maio-junho, verificou-se o alcance das metas nos indicadores 2.1 (nº de encontro de oficinas) e 2.3 (nº acumulado de atendimentos). Com o desempenho satisfatório do Programa no 14º período, esperava-se uma boa projeção para o atual 15º período: julho-agosto-setembro. Apesar dos desafios constantes e continuados que acentuam as dificuldades de implantação de novas oficinas e reestruturação daquelas existentes para ampliar os números de atendimentos, os contextos territoriais de forma geral, tendiam a ser favoráveis à extensão de melhorias nos indicadores e consequente alcance das metas.

Para a materialidade deste cenário de estabelecimento de uma projeção ascendente, podemos citar alguns exemplos situacionais, tais como: os números de Projetos Locais e de Circulação que se mantiveram no centro de investimento das equipes; as UPC's Primeiro de Maio e Rosaneves, suspensas em 2020 e retomadas em 2022, ampliaram suas atividades com a implantação de oficinas; nos espaços de supervisão foram reforçadas as análises do desempenho do Programa em cada território e reforçadas as intervenções para incidência nas problemáticas, especialmente naquelas que impactam o indicador 2.2 (média de jovens em oficinas); crescimento de 17,56% na média de jovens participantes nas oficinas.

No entanto, no período atual se comparado com o período anterior, mesmo com o aumento nos dados quantitativos dos três indicadores (2.1, 2.2 e 2.3), não houve alcance de metas, o que vai na contramão do esperado. Diante disso, algumas formulações podem ser sugeridas como possíveis influências desta questão.

A primeira formulação diz respeito às realidades específicas daquelas UPC's que apresentaram grandes dificuldades em melhorias nos indicadores e que com isso impactaram no quadro geral. Estas, serão apresentadas nas descrições sobre indicadores e item b) deste relatório, acrescidas das estratégias para a superação dos entraves ao batimento das metas. A segunda, por sua vez, pode estar relacionada ao fato de as metas estipuladas de acordo com teto de oficinas não estarem sendo possíveis de alcançar devido a inúmeros e reiterados desafios que tornam insatisfatórios os resultados do trabalho nos territórios.

O número de oficinas reflete diretamente nos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3 do Programa, ou seja, de forma proporcional, espera-se que quanto maior o número de implantações, maiores os números de encontros de oficinas, da média de

participação de jovens e do número acumulado de atendimentos. Assim, o teto de oficinas é um dado de extrema relevância e que precisa ser acompanhado em sua complexidade, exigindo intervenção macro dialógica entre atores estratégicos da política pública.

Uma reflexão possível sobre o não alcance das metas no atual período avaliatório relaciona-se com a expectativa de implantações para o ano de 2022. Ao analisar as metas dos indicadores, é possível compreender que era esperado que o quantitativo de oficinas fosse evoluindo ao longo do ano, atingindo o patamar anterior à suspensão geral de todas as oficinas do Programa em 2020. Porém, pode-se verificar nos resultados do atual trimestre que essa evolução mais ou menos linear não se refletiu na realidade do trabalho das equipes do Programa.

Destacam-se alguns pontos de desafio que ainda permanecem, e que contribuem para que a ampliação do Programa não aconteça da forma esperada: **1)** o valor da bolsa dos oficinairos ainda é uma questão bastante pungente. Para muitos candidatos e candidatas, o valor não é considerado competitivo quando se avalia as responsabilidades envolvidas no trabalho do/a oficinairo/a. Além disso, destaca-se que, na gestão da oficina, o valor da bolsa também deve ser destinado à compra de materiais para a oficina e lanche para os jovens. Dada a situação geral de aumento de preços, muitas pessoas consideram a atividade de oficinairo como pouco vantajosa financeiramente, e acabam por desistir de apresentar projetos, ou, quando já apresentados, de dar sequência aos diálogos com as equipes; **2)** em muitas ocasiões, há escassez de novas propostas de oficinas. E, das poucas que chegam, muitas pessoas acabam desistindo devido aos fatores apontados no tópico 1. Tanto equipes, supervisão e gestão tem buscado ampliar as formas de identificar novas e possíveis referências para as oficinas. Esses esforços têm rendido alguns frutos, mas ainda não foram suficientes para o alcance das metas.

Logo, mediante as considerações introdutórias, analisaremos a seguir o desempenho de cada indicador no trimestre, considerando as realidades específicas de algumas equipes. Evidenciaremos os cenários críticos que precisam de intervenções, bem como os cenários que se destacaram de forma positiva e auxiliaram no aumento do quantitativo. Incluiremos também algumas situações demonstrativas explicitamente da impossibilidade do batimento das metas.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, **em média, 2.485,33 encontros de oficiais por mês, não atendendo à meta de 2.808**. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
CABANA	84	120	130	111,33
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	72	72	56	66,67
JARDIM FELICIDADE	94	109	104	102,33
JARDIM LEBLON	67	93	95	85,00
MINAS CAIXA	0	0	0	0,00
MORRO DAS PEDRAS	99	114	120	111,00
PPL	91	98	94	94,33
PRIMEIRO DE MAIO	0	11	28	13,00
RIBEIRO DE ABREU	69	109	98	92,00
SANTA LÚCIA	80	90	90	86,67
SERRA	81	94	85	86,67
TAQUARIL	162	161	160	161,00
VILA PINHO	88	101	110	99,67
CITROLÂNDIA	98	114	106	106,00
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0,00
JARDIM TERESÓPOLIS	36	41	36	37,67
PTB	48	52	58	52,67
NOVA CONTAGEM	138	166	156	153,33
RESSACA	74	87	75	78,67
CARAPINA	67	72	89	76,00
TURMALINA	53	71	67	63,67
BOM JARDIM	0	0	0	0,00
OLAVO COSTA	79	87	72	79,33
CRISTO REI	0	0	0	0,00
SANTOS REIS	84	80	68	77,33
JUSTINÓPOLIS	75	93	68	78,67
ROSANEVES	4	31	30	21,67
VENEZA	109	136	124	123,00
PALMITAL	121	131	124	125,33

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
VIA COLÉGIO	83	93	86	87,33
JARDIM CANAÃ	72	76	77	75,00
MORUMBI	60	62	62	61,33
MORRO ALTO	70	91	75	78,67
TOTAL	2.258	2.655	2.543	2.485,33

Compreendemos o não alcance da meta estabelecida para o indicador 2.1 (média de encontro de oficina) como desdobramento dos desafios que se apresentam às equipes para a contratação e manutenção do quadro de oficinairos. No trimestre referente ao 15º período avaliatório, obtivemos um tímido avanço no que diz respeito às implantações, partindo de 262 oficinas no fechamento do 14º P.A para 276 oficinas no período que se encerra.

Percebemos que este desempenho é atravessado por fatores diversos, sobre os quais a supervisão metodológica, monitoramento e DPJ tem se debruçado para compreender e solucionar, a saber: defasagem na remuneração dos oficinairos, dificuldade de espaços públicos para implantação de oficinas em diversos territórios e número expressivo de oficinairos solicitando desligamento do Programa, por exemplo.

Dessa forma, entendemos que o número de oficinas implantadas esperado pelo contrato de gestão no momento de estabelecimento das metas destoava das realidades impostas às equipes na execução do trabalho nos territórios, uma vez que precisaríamos encerrar o 15º P.A com 351 oficinas implantadas, 75 a mais do que alcançado pelas equipes até o momento.

Pontuamos também que apesar do cenário adverso, o resultado obtido é elogiável, com uma média de 9,1 encontros por oficina neste trimestre, alcançando 88,5% da meta mesmo com 78,63% das implantações esperadas.

Entre os territórios com maior número de encontros de oficina no trimestre, destacamos:

UPC	Número de oficinas	Média de encontros por mês	Total de encontros no trimestre
TAQUARIL	17	161	483
NOVA CONTAGEM	18	156	460
PALMITAL	13	124	376

Por se tratarem de territórios que se encontram entre aqueles com maior número de oficinas implantadas pelo Programa, consideramos a evolução do indicador nas unidades dentro do previsto.

No que se refere aos territórios com menor número de encontros de oficina no trimestre e que por isso, precisam de detalhamentos sobre suas realidades, destacamos:

UPC	Total
MINAS CAIXA	0
JARDIM DAS ALTEROSAS	0
BOM JARDIM	0

1) Minas Caixa:

A UPC Minas Caixa suspensa em 2020, reiniciou suas atividades em Maio de 2022 e a partir dessa retomada, principiou-se um processo de diagnóstico territorial para análises atualizadas acerca dos territórios da área de abrangência. O diagnóstico contou com circulações das equipes para diálogos com a rede mista local com o propósito de anunciar o retorno da política pública, levantar demandas e fundamentar os direcionamentos das intervenções em contextos de violências e criminalidades.

Além disso, o Programa Fica Vivo! priorizou ações que contribuiriam para o restabelecimento de vínculos com a rede local, com os moradores, com as referências juvenis e com os oficinairos desligados quando da suspensão da UPC. Nesse percurso inicial também foi essencial resgatar os históricos dos territórios e de suas relações com o Programa

para compreender quais caminhos anteriores precisavam ser revistos e quais precisavam ser inaugurados. A nova área de abrangência passou a ser composta pelo Jardim dos Comerciantes, bairro até então não atendido pela UPC, o que retrata a necessidade de novas capilaridades de intervenções.

Após passados os primeiros meses de trabalho do Fica Vivo! na Unidade Minas Caixa configurado prioritariamente pelo diagnóstico, novas vias de atendimentos puderam ser construídas, ou seja, a retomada das oficinas passaram a compor o horizonte de planejamento da equipe. Assim, no mês de Agosto foram realizados chamamentos públicos para recebimento de projetos de oficinas, sendo esta ação acolhida com interesse e empolgação pelas redes parceiras, juventudes e ex-oficineiros.

Para o trimestre do 15º P.A não foi possível a implantação de oficinas devido estas complexidades que envolvem o processo de retomada de uma Unidade de Prevenção, ou seja, o indicador número de encontro de oficinas permaneceu zerado. Mas, as oficinas iniciarão suas atividades a partir do próximo trimestre, em que perceberemos avanços na resposta do indicador.

2) Jardim das Alterosas:

A equipe da UPC Jardim das Alterosas iniciou o trabalho na segunda semana de julho. Cabe o destaque sobre o fato de essa unidade de prevenção ser uma das unidades suspensas em 2020, tendo sido retomada no mês de julho. Inicialmente, as equipes dos Programas trabalharam em uma atualização do diagnóstico sobre a área de abrangência do território. Para tanto, referências comunitárias e rede parceira foram entrevistadas para subsidiar essas informações. Além disso, a equipe participou de reuniões com a rede e fez circulações pelo território. Todos esses elementos são muito importantes para que a equipe possa tanto conhecer potenciais oficinairos e oficinairas como pensar de forma estratégica a execução do Programa no território. Além disso, a equipe entrou em contato com ex-oficineiros e oficinairas a fim de verificar o interesse em retomar o trabalho na área de abrangência.

Após esse período inicial de aproximação e reconhecimento do território, deu-se início às tratativas para possíveis implantações de projetos de oficinas. Dentre os ex-oficineiros, um oficinairo de capoeira demonstrou interesse em retornar, e a equipe iniciou os diálogos com o candidato nesse sentido. Além dele, houve também uma candidata a oficinaira, artista reconhecida no território. Essas tratativas iniciaram em agosto e foram até setembro. Contudo, ambos os candidatos estavam com pendências relacionadas ao registro de MEI, e desde então estão tentando resolver a situação. Esse fato teve de fazer com que a equipe tivesse que se reorganizar para a busca de novos projetos. A equipe vem recebendo novas propostas e dialogando com possíveis candidatos/as. Portanto, há a expectativa de que possam ocorrer as primeiras implantações do Jardim das Alterosas no próximo semestre. Dessa forma, será possível o avanço nos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3, uma vez que todos eles têm ligação direta com a efetiva implantação de oficinas.

3) Bom Jardim/Esperança:

A plena execução do Programa Fica Vivo! no território do Bom Jardim/Esperança lida com um desafio bastante específico, relacionado a uma questão logística: a dificuldade de localização e contratação de aluguel de imóvel no território, que sirva como base da Unidade de Prevenção. As equipes dos Programas têm atuado em pontos de apoio, em uma parceria com a rede comunitária. A equipe do Programa Fica Vivo! vem, ao longo dos meses, trabalhando intensamente na identificação de possíveis referências que possam vir a se tornar oficinairos e oficinairas, e, além disso, já há pessoas interessadas em enviar propostas de projetos de oficina para o Programa. Outro elemento importante a destacar, é que a equipe já tem uma robusta leitura territorial sobre os locais prioritários para a implantação das oficinas, além de um diagnóstico sobre as possibilidades de parcerias que viabilizem as implantações.

No entanto, a falta de um espaço físico da Unidade de Prevenção já consolidado tem sido um desafio relevante. Tanto por questões logísticas (recebimento de notas fiscais, orientações burocráticas sobre preenchimento de documentos, reuniões com os/as oficinairos/as) como metodológicas (ter um espaço em que tanto oficinairos e jovens consigam referenciar como espaço de fato do Programa, espaço físico esse com o qual tanto oficinairos/as e jovens pudessem se relacionar ativamente) seria importante o estabelecimento de um local físico e fixo para o desenvolvimento do trabalho da equipe. Dessa maneira, cabe ressaltar que mesmo em um cenário em que já há uma leitura estratégica sobre as implantações de oficinas, a falta de um local que seja o epicentro, a referência dessas oficinas tem sido bastante desafiador. Isso posto, devido aos fatores elencados nesse texto, não foi possível avançar de forma significativa no que diz respeito aos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3.

A gestão social tem se empenhado arduamente na busca de local para a Unidade e a locação está em tramitação. Entretanto, devido às exigências contratuais, estão sendo feitas adequações pela proprietária do imóvel para que possa ser dada sequência na contratação do aluguel.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
8.073	5.468
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos.</p> <p>Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/072022 a 30/09/2022 foram atendidos em média 5.468 jovens nas oficinas em execução até setembro de 2022, sendo a meta de 8.073 jovens não atingida. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
CABANA	163	210	242	205,0
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	133	126	134	131,0
JARDIM FELICIDADE	171	223	226	206,7
JARDIM LEBLON	114	172	169	151,7
MINAS CAIXA	0	0	0	0,0
MORRO DAS PEDRAS	259	278	290	275,7
PPL	207	222	229	219,3
PRIMEIRO DE MAIO	0	66	96	54,0
RIBEIRO DE ABREU	166	178	164	169,3
SANTA LÚCIA	188	192	219	199,7
SERRA	168	183	201	184,0
TAQUARIL	314	265	282	287,0
VILA PINHO	157	160	210	175,7
CITROLÂNDIA	247	253	227	242,3
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0,0
JARDIM TERESÓPOLIS	65	95	102	87,3
PTB	138	132	152	140,7
NOVA CONTAGEM	293	334	343	323,3
RESSACA	113	125	108	115,3
CARAPINA	199	194	230	207,7
TURMALINA	187	183	173	181,0
BOM JARDIM	0	0	0	0,0
OLAVO COSTA	169	170	165	168,0
CRISTO REI	0	0	0	0,0
SANTOS REIS	150	142	146	146,0
JUSTINÓPOLIS	198	213	228	213,0

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
ROSANEVES	31	44	59	44,7
VEZEZA	254	288	286	276,0
PALMITAL	295	327	340	320,7
VIA COLÉGIO	210	231	258	233,0
JARDIM CANAÃ	166	177	175	172,7
MORUMBI	84	167	265	172,0
MORRO ALTO	160	171	165	165,3
TOTAL	4999	5521	5884	5468

Compreendemos que o não alcance do indicador 2.2, média mensal de jovens participantes nas oficinas, está atrelado aos desafios apresentados para o indicador 2.1, uma vez que o número de oficinas disponibilizadas para as juventudes nos territórios atendidos pelo Programa influencia diretamente neste resultado. Notamos também desafios específicos que dizem respeito à relação entre Programa, oficinas e as juventudes, considerando que algumas modalidades ofertadas, em determinados contextos, não correspondem às expectativas dos jovens nos territórios, o que provoca o esvaziamento de algumas oficinas e a necessidade de repensar, metodologicamente, suas temáticas e formas de execução a partir do que o público atendido nos demanda.

Pontuamos também que embora a meta não tenha sido alcançada, obtivemos um resultado notável com uma média de 21,32 jovens por oficina implantada no 15º P.A, com consequente aumento de 17,56% no indicador 2.2 - média de jovens participantes nas oficinas em comparação com o 14º P.A.

Assim como nos indicadores anteriores, as unidades que apresentaram desempenho aquém do esperado foram o Minas Caixa, Jardim das Alterosas e Bom Jardim, sendo as análises das particularidades e desafios de cada território apresentadas no tópico 2.1

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
52.344	50.689

Descrição do Indicador

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:

1) *Atendimentos individuais*: são realizados pelos Analistas Sociais à adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC.

Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.

2) *Atendimentos Coletivos*:

a) *Projetos de Oficinas*: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.

b) *Projetos Locais*: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.

c) Projetos de Circulação: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.

d) Projetos Institucionais: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de 50.689, **sendo a meta de 52.344 cumprida.**

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	1008	170	280	370	1.828
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	910	180	168	149	1.407
JARDIM FELICIDADE	1105	192	274	251	1.822
JARDIM LEBLON	892	141	204	186	1.423
MINAS CAIXA	0	0	0	3	3
MORRO DAS PEDRAS	1592	304	292	386	2.574
PEDREIRA PRADO LOPES	1318	224	234	280	2.056
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	70	97	167
RIBEIRO DE ABREU	1071	173	233	257	1.734
SANTA LÚCIA	976	196	219	305	1.696
SERRA	666	175	277	305	1.423
TAQUARIL	1635	335	391	304	2.665
VILA PINHO	909	171	172	240	1.492
CITROLÂNDIA	1377	283	282	253	2.195
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	605	98	110	128	941
PTB	574	149	210	204	1.137
NOVA CONTAGEM	1840	307	361	365	2.873
RESSACA	792	136	234	177	1.339
CARAPINA	1242	250	229	346	2.067
TURMALINA	1473	254	294	261	2.282
BOM JARDIM	41	1	0	0	42
OLAVO COSTA	1071	201	248	194	1.714
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1078	220	172	160	1.630
JUSTINÓPOLIS	1303	214	241	243	2.001
ROSANEVES	0	31	151	411	593
VENEZA	1296	276	412	492	2.476
PALMITAL	1977	412	337	360	3.086
VIA COLÉGIO	1293	321	232	294	2.140
JARDIM CANAÃ	764	214	195	192	1.365
MORUMBI	521	92	182	302	1.097
MORRO ALTO	909	172	173	167	1.421

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
TOTAL	30238	5892	6877	7682	50.689

Para o indicador 2.3, não houve o alcance pelo programa da meta estabelecida. No entanto, destaca-se o contínuo investimento das equipes em atendimentos individuais, na execução de Projetos Locais e de Circulação, bem como em melhorar a média de jovens em oficinas, uma vez que o indicador 2.3 se apresenta como um somatório destas diversas modalidades de atendimento.

Total de Atendimentos		%
em Oficinas	17605	86%
Jovens atendidos individualmente	338	2%
Projetos Locais	1837	9%
Projetos de Circulação	651	3%
Total	20431	100%

Total de Projetos		%
Projetos Locais	46	53%
Projetos de Circulação	40	47%
Total	86	100%

Evidenciaremos assim, as equipes com destaque diante do número expressivo de atendimentos nas modalidades: em oficinas, individuais, Projetos Locais e Projetos de Circulação:

UPC Destaque	em oficinas	Individuais	em Projetos Locais	em Projetos de Circulação
Palmital	997	5	0	107
Vila Pinho	530	44	9	0
Rosaneves	134	2	451	0
Morro das Pedras	835	10	0	137

1) Palmital:

A UPC Palmital apresenta expressivo resultado de atendimentos em oficina, alcançando uma média de 25,56 atendimentos/mês em cada uma de suas 13 oficinas. Constatamos este resultado apreciável como desdobramento da continuidade de oficinas que possuem importante vinculação com as juventudes do Palmital, sobretudo as de esporte, que chegam a atender 50 jovens/mês.

2) Vila Pinho:

A UPC Vila Pinho tem trajetória consistente na realização de um número grande de atendimentos individuais. Tal potencial se relaciona à capacidade de vinculação da juventude com a equipe de analistas, vinculação essa bastante significativa. Além disso é uma equipe que tem como forte marca a circulação pelo território, se mantendo em diálogo com os/as jovens, o que em muitas ocasiões facilita a aproximação com a juventude do território.

3) Rosaneves:

As escolas têm se apresentado como importantes parceiras na rede de atendimento aos adolescentes e jovens na área de abrangência da UPC Rosaneves. Diante disso, o Programa Fica Vivo! em Rosaneves tem construído ações em

conjunto com esses equipamentos visando divulgação do Programa e das oficinas e especialmente, fortalecer a rede de proteção local.

No mês de setembro foram realizadas duas ações desenvolvidas na Escola Estadual Nossa Senhora das Neves e na Escola Estadual João Corrêa Armond, com alcance de 350 adolescentes e jovens matriculados em dois turnos. O roteiro das intervenções seguiu o seguinte percurso: os analistas sociais apresentaram o Programa Fica Vivo! e a sua relação com a área de abrangência da UPC Rosaneves; falaram sobre o retorno aos territórios; destacaram sobre as oficinas e as modalidades oferecidas; evidenciaram o caráter de promoção de uma política pública, e com isso, o seu acesso livre ao público. Para a finalização, contaram com a presença de doisicineiros que realizaram oficinas de Danças Urbanas/Cultura Hip-Hop e Capoeira de Angola.

4) Morro das Pedras/Ventosa:

A região da Ventosa é traduzida como um grande desafio para o Programa Fica Vivo! Morro das Pedras/Ventosa. Várias são as estratégias elaboradas pela equipe e rede local para acessar as juventudes, especialmente aquelas com trajetórias de envolvimento com a criminalidade. Ao longo da história do Programa nessa localidade, oficinas foram implantadas, projetos realizados e ações desenvolvidas sem conseguir resultados que permitissem vinculações fortalecidas.

A análise das dinâmicas sociais, das violências e criminalidades também ficou prejudicada, havendo grande recusa da comunidade em discussão sobre segurança pública cidadã. A relação das referências e juventudes com os equipamentos públicos da rede e principalmente com a polícia militar passou por entraves profundos, distanciamentos e conflitos. Pontos agravantes dessa realidade dizem respeito ao aquecimento da dinâmica criminal, ao aumento de enfrentamentos entre grupos rivais e subdivisões territoriais, ao aumento de casos de jovens ameaçados e à violência institucional.

Neste sentido, a Ventosa é uma área prioritária para o Programa Fica Vivo! e está no centro do planejamento de ações, de acolhida e tentativas de criação e fortalecimento de vínculos. Colocando em prática o planejado, foram realizados na Ventosa dois Projetos de Circulação, em setembro, para mobilização e proximidade das juventudes que tiveram a participação da oficina de Funk que foi implantada com o objetivo de atender o público prioritário do Programa. Houve 90 jovens participantes no Projeto.

Assim como nos indicadores anteriores, as unidades que apresentaram desempenho aquém do esperado foram o Minas Caixa, Jardim das Alterosas e Bom Jardim, sendo as análises das particularidades e desafios de cada território apresentadas no tópico 2.1

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
314	445
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica:</p> <p>1) reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com os gestores sociais de Base Local e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra.</p> <p>2) reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a gestão social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste</p>	

espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE.

3) reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação dos gestores sociais de Base Local, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPCs, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.

Este indicador será calculado pelo somatório das ações de intervenções estratégicas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizadas cumulativamente 445 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 314, foi realizado 142% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	JAN A JUN	JULHO			AGOSTO			SETEMBRO			TOTAL
	GEPAR/GIE/RP	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
CABANA	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	9	1	1	1	1	0	0	1	1	1	16
JARDIM FELICIDADE	13	1	0	0	0	1	0	0	0	0	15
JARDIM LEBLON	9	1	0	0	0	1	1	1	1	1	15
MINAS CAIXA	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	6
MORRO DAS PEDRAS	18	1	2	2	2	0	0	1	0	2	28
PEDREIRA PRADO LOPES	10	1	0	0	0	0	0	1	0	0	12
PRIMEIRO DE MAIO	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
RIBEIRO DE ABREU	10	1	0	0	1	1	0	2	1	1	17
SANTA LÚCIA	12	1	1	1	0	1	1	1	0	0	18
SERRA	9	1	1	1	1	1	1	1	0	0	16
TAQUARIL	7	0	1	1	0	0	0	1	0	0	10
VILA PINHO	9	1	1	1	0	0	0	1	1	1	15
CITROLÂNDIA	10	1	0	1	0	1	0	1	0	0	14
JARDIM DAS ALTEROSAS	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
JARDIM TERESÓPOLIS	9	0	0	1	1	1	0	0	0	0	12
PTB	9	0	0	0	1	1	0	0	0	0	11
NOVA CONTAGEM	9	1	1	1	1	0	0	1	1	0	15
RESSACA	8	1	1	1	1	0	0	1	1	0	14
CARAPINA	11	1	0	0	1	1	1	1	0	0	16
TURMALINA	11	1	0	0	1	1	1	1	0	0	16
BOM JARDIM	9	1	0	0	1	1	1	1	0	0	14
OLAVO COSTA	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	5	0	0	0	1	0	0	1	1	0	8
JUSTINÓPOLIS	9	1	1	1	1	0	0	1	1	1	16
ROSANEVES	3	1	1	1	1	0	0	1	1	1	10
VENEZA	10	0	1	1	1	0	0	1	1	1	16
PALMITAL	8	1	1	1	1	0	0	1	1	1	15
VIA COLÉGIO	14	2	1	1	2	0	0	2	1	1	24
JARDIM CANAÃ	7	0	0	0	1	0	1	1	1	0	11
MORUMBI	6	0	0	0	1	0	1	0	1	0	9
MORRO ALTO	12	1	0	0	1	1	1	1	0	0	17

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC											
UPC	JAN A JUN	JULHO			AGOSTO			SETEMBRO			TOTAL
	GEPAR/GIE/RP	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
TOTAL	277	25	16	18	26	15	10	27	17	14	445

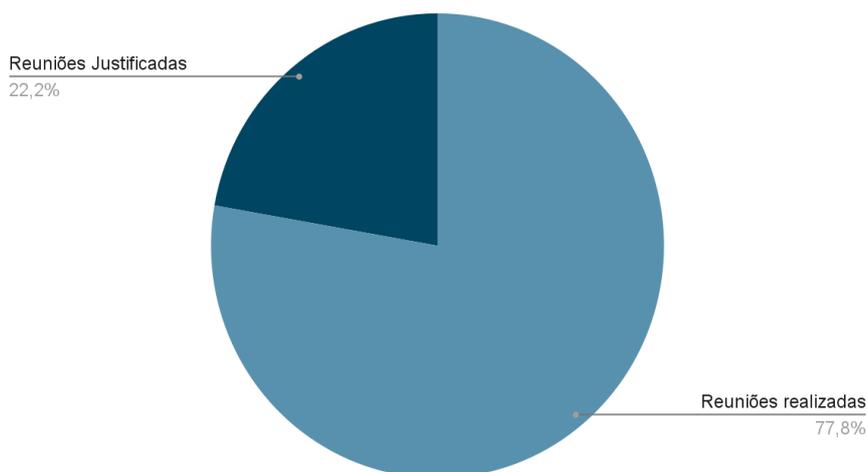
No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizadas cumulativamente 445 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Como se sabe, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da gestão social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021. Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta nº 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco - GEPAR. Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade, com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança. Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território pautadas no conceito de segurança cidadã, favorecendo a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

Conforme resolução supramencionada, é orientado aos Gestores das UPCs bem como aos Tenentes do GEPAR a realização de reuniões mensais, as quais originam atas que são assinadas por ambos e são contabilizadas enquanto um dos indicadores da Política de Prevenção à Criminalidade. Contudo, em que pese os esforços de ambos os atores, identificamos que em algumas ocasiões esses encontros não acontecem, motivo pelo qual passaremos a abordar as justificativas levantadas pela gestão social.

No trimestre em análise (**julho/agosto/setembro**) foram realizadas **78 (setenta e oito)** reuniões entre a gestão social e o GEPAR. E foram apresentadas **22 justificativas** para a não realização do encontro.

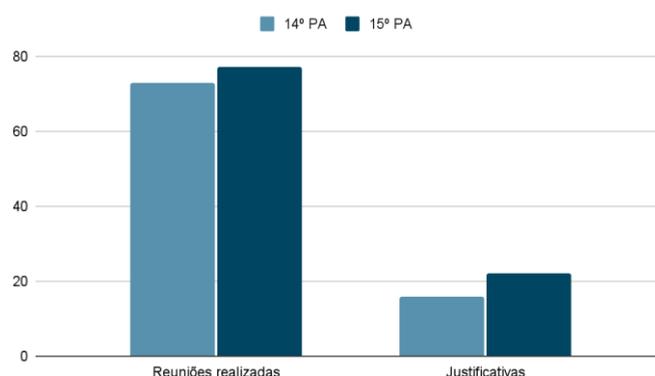
Reunião entre UPC e Gepar



Nesse contingente, podemos dizer que **77%** dos encontros esperados para o período foram executados, enquanto **22%** foram justificadas. Quando comparado ao período avaliatório anterior, compreendido entre os meses de **abril a junho de 2022**, identificamos que a média se manteve muito próxima, pois tivemos **80%** das reuniões realizadas em detrimento de **20%** de justificativas apresentadas. Tivemos a continuidade do cenário positivo com a manutenção de mais de **70%** de reuniões contempladas. Acreditamos que o esforço em destacar a importância dessa parceria junto

à gestão social tem contribuído de forma positiva, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões. Vale destacar que as unidades do Ribeiro de Abreu, Via Colégio e Morro das Pedras/ Ventosa, possuem uma divisão de cobertura da área de abrangência feita pelo Gepar. Dessa forma, a gestão realiza duas reuniões mensais, uma com cada um dos comandantes do Gepar que atuam nestas áreas vizinhas. Outra consideração que se faz importante é a da reabertura de 3 Unidades de Prevenção durante este período avaliatório, sendo elas no Minas Caixa (Belo Horizonte), em Rosaneves (Ribeirão das Neves) e no Jardim Alterosa (Betim). É por isso, também, que o número total de reuniões realizadas e o número de justificativas neste período é maior que no período anterior. Como exemplificado no gráfico abaixo.

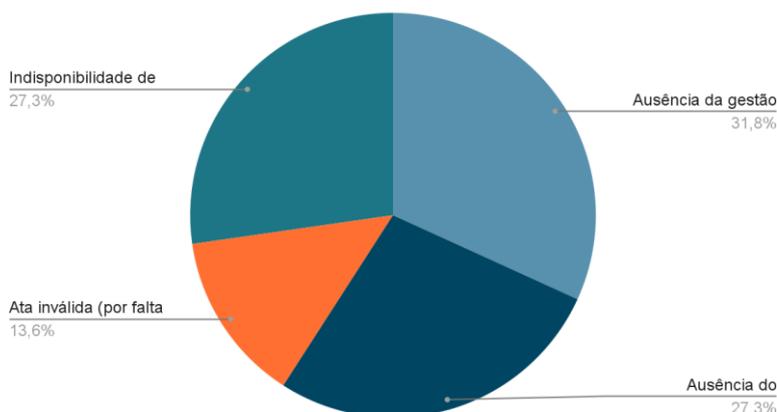
Períodos avaliatórios



Conforme mencionado anteriormente, é orientado aos Gestores das UPC's e aos Tenentes do GEPAR a realização de reuniões mensais, as quais originam atas que são assinadas por ambos e são contabilizadas enquanto um dos indicadores da Política de Prevenção à Criminalidade. Contudo, em que pese os esforços de ambos os atores, identificamos que em algumas ocasiões esses encontros não acontecem, motivo pelo qual passaremos a abordar as justificativas levantadas pela gestão sobre a não realização do encontro mensal.

Para analisarmos os fatores e desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR neste período avaliatório, dividimos as justificativas em **quatro** categorias, a saber: ausência da gestão social (férias, licença médica, unidade sem gestor social); ausência do comandante do GEPAR (troca de comando, férias e licença médica); indisponibilidade de agenda dos atores e ata inválida (por falta de assinatura ou erro no preenchimento). De modo descritivo, temos como principal justificativa nesse trimestre a **“ausência da gestão social”**, que correspondeu em **31,8%** das razões apresentadas para a não realização da reunião. A justificativa relacionada a **“ausência do comandante do GEPAR”** ficou na mesma proporção da justificativa relacionada à **“indisponibilidade de agenda dos atores”** de **27,3%**. Quanto à **“ata inválida”**, onde a reunião foi realizada, mas não houve assinatura ou teve erro no preenchimento do documento, as justificativas corresponderam a **13,6%**, conforme ilustrado abaixo.

Justificativas

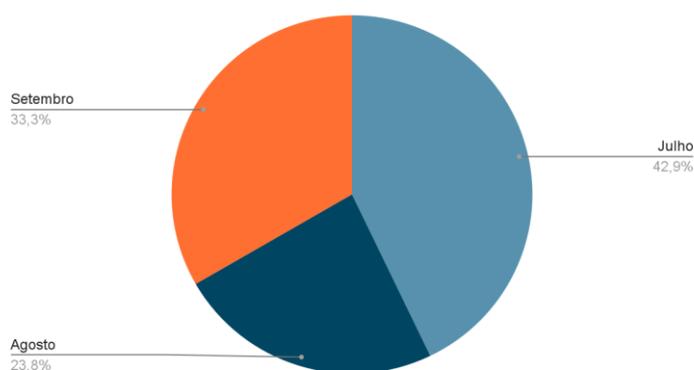


Vale considerar que tivemos **3 (três)** casos em que a reunião foi realizada, mas a ata não tinha validade. Uma por não conter a assinatura do comandante do Gepar e outras duas por terem sido registradas em formulário errado.

Por fim, mantemos o reforço sobre a necessidade de qualificação das discussões realizadas nesses espaços enquanto parte fundamental para desenvolvimento do trabalho da política de prevenção e construção de estratégias de intervenção nos fenômenos de violência e criminalidade. Uma vez apresentado os resultados referentes as reuniões, tratar-se-á agora dos outros dois tipos de reuniões que compõem esse indicador, as reuniões preparatórias e as do GIE.

As reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica consistem na discussão prévia realizada entre a Gerência de Intervenção Estratégica e a Gestão Social. É o momento no qual esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão levadas para o espaço do GIE, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território pela proteção social, bem como a sinalização das ações desenvolvidas pelos programas da Política de Prevenção à Criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidade de cada aglomerado. Nesse sentido, as Reuniões Preparatórias tendem a ocorrer nos dias que antecedem as agendas das reuniões do GIE. Importante destacar que muitos dos encontros do GIE são bimestrais, logo, nem todos os territórios realizarão discussões prévias mensalmente. No período que compreende o 15ª PA, ocorreram 32 reuniões preparatórias para os encontros dos grupos de intervenção estratégica, sendo: 18 (dezoito) delas em julho, 10 (dez) em agosto e 14 (catorze) em setembro. Como pode ser observado no gráfico abaixo.

Preparatória para o GIE



O grupo de intervenções estratégicas - GIE, por sua vez, é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, tenentes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo “intervenção estratégica” do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal “a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa”.

Conforme calendário anual de reuniões, a previsão de encontros prevista para os meses de julho, agosto e setembro, era de 21 encontros do GIE, contemplando os aglomerados de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior de Minas Gerais onde temos a implantação do programa Fica Vivo e do grupamento da polícia militar, Gepar. Esse montante foi plenamente alcançado, mas pontuamos que: no mês de julho ocorreram 7 encontros, mas no encontro realizado no município de Montes Claros não tivemos a presença da gestão social por motivo de férias; no mês de agosto e setembro ocorreram 7 encontros com a presença da gestão social em todos, respectivamente.

Percebemos, por fim, que no que tange às duas ações analisadas (reuniões preparatórias e participação da gestão social no GIE), vislumbramos avanços da proteção social, com falas mais qualificadas e assertivas por parte da gestão social. Acreditamos que, em grande parte, isso se deve ao investimento da política de prevenção na implementação das reuniões preparatórias para o encontro do GIE e o acompanhamento realizado pelos supervisores da gestão.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Meta do período avaliatório**Resultado do período avaliatório****630****1.175****Descrição do Indicador**

Descrição: O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes/jovens que concluíram, ou estão em processo de desligamento, das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo, o Programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:

1) Modalidades no pré-desligamento:

a) Atividade de apresentação individual: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais, na sede do Programa, aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.

b) Atividade de apresentação coletiva: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga.

c) Atividades Temáticas Internas: atividades com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pósdesligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga.

d) Atividades Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade.

e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo.

g) Acolhimento: momento de escuta, onde é acolhida e trabalhada a escolha do egresso em participar do Programa; tem-se como objetivo, entender os pontos que levaram o adolescente/jovem à conectar-se ao Se Liga.

2. Pós-desligamento

a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e objetivos.

b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo.

c) Acolhimento: momento de escuta, destinado aos egressos já incluídos no Se Liga. Caracteriza-se pela presença do adolescente/jovem na sede do Programa, não necessariamente motivada pelo atendimento previamente agendado com o analista social de referência, mas para tratar de alguma demanda pontual. Em sua grande maioria, pauta-se na busca por orientações e serviços, mas também em situações de urgência e emergência.

d) Visita domiciliar: instrumento técnico metodológico, de caráter pontual, e que tem por objetivo acessar o egresso após o cumprimento da medida socioeducativa, seja ele acompanhado ou não pelo Se Liga, em virtude da impossibilidade do contato telefônico, para convidá-lo a participar do Programa ou para a manutenção do próprio acompanhamento.

e) Ações com familiares: forma de atendimento no qual o familiar ou a pessoa do convívio do egresso acompanhado pelo Se Liga é incluído no Programa. Portanto, as ações com a família devem ser estabelecidas de acordo com o direcionamento do caso, objetivando trazer-lhe contribuições importantes para seu acompanhamento. As ações com a família podem contemplar o encaminhamento do familiar a cursos que serão custeados pelo Programa, quando esta estratégia se constituir propícia ao caso, ou afetar diretamente o adolescente.

f) Atividade de circulação: modalidade de atendimento individual e coletiva. Individual: ferramenta que visa promover a autonomia e a reinserção social, elaborada de maneira singular, com ocorrência em diferentes espaços da cidade, a partir das demandas do adolescente/jovem, considerando o seu projeto de vida no reencontro com a liberdade. Coletiva: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de

proteção. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Contextualização Geral dos Indicadores:

Pode-se analisar de forma geral, que o referido trimestre se apresentou como um período desafiador, atravessado por diversos contextos vivenciados pelas equipes, dos quais poderiam consequentemente fazer com que determinados indicadores obtivessem uma baixa significativa, porém é notório o quanto as equipes vêm se debruçando pelas buscas incessantes de alternativas ao se depararem em situações desafiadoras e imprevistas.

No que se refere à equipe de BH, esta inicia o referido período avaliatório dando continuidade ao Projeto “Circuito liberdade novas conexões com a cidade” via Ementa Parlamentar, implementado no Município de Belo Horizonte, uma das atividades foi a de circulação ao Boliche que contemplou adolescente/ jovens egressos, incluídos no Programa Se Liga. A atividade, apesar do seu esvaziamento proporcionou um momento único de interação das equipes com os adolescentes que deram retornos positivos, pois vivenciaram pela primeira vez tal experiência, mostrando o quanto o Se Liga tem tido um papel importante nesta interlocução do Jovem e seu acesso à cidade. Foi realizada ainda Atividades de Circulação com os Centros Socioeducativos de Ribeirão das Neves, Santa Helena e Lindéia, além da Casa de Semiliberdade Letícia.

Porém, haja vista que algumas pactuações acerca de sua execução precisavam ser reavaliadas de forma a obtermos um melhor aproveitamento e adequação das ações e resultados, o projeto teve seu cronograma de execução interrompido. A paralisação impossibilitou que as demais ações com as Unidades Socioeducativas, já agendadas, pudessem dar continuidade. No entanto, tendo em vista que o Projeto nada mais é do que as ações do Programa se Liga sendo desenvolvida com uma injeção de recursos, propiciada através de uma Ementa Parlamentar, sua interrupção não impactou nas ações e provocações suscitadas pelas equipes que utilizaram de distintos recursos com a finalidade de alcançarem o público atendido.

A equipe de BH realizou ações não somente de apresentação do Programa Se Liga como diálogos com temas diversos com os adolescentes/ jovens acautelados nas Unidades Socioeducativas. Nota-se um número expressivo de inclusões o que sinaliza a movimentação da equipe para com as Unidades Socioeducativas e o fato de terem se debruçado na planilha de adolescentes/ jovens pré-inclusos, convidando-os a acessarem o Programa. Ressaltam-se ainda as ações estratégicas junto a Rede de Proteção Social, os incessantes diálogos com entidades parceiras e estudos de casos com a rede ampliada fazendo com que o Programa Se Liga se faça cada vez mais presente nos espaços.

Cabe ressaltar que no referido período avaliatório destaca-se a importância do mês de agosto onde celebramos o mês das juventudes, haja vista que esse, distingue-se por se tratar de um período de uma série de datas importantes para o público atendido. Sendo o mês de aniversário do Estatuto da Juventude, que em 2022 completou nove anos, marcando o principal marco legal para as Políticas Públicas de Juventude no Brasil. Ressalta-se ainda, que dia 11 de agosto, no Brasil é celebrado o dia do Estudante, comemorada desde o ano de 1927, somando-se ainda com o dia 12 de agosto de 1999, celebrado o Dia Internacional da Juventude, consistindo em conscientizar a população mundial acerca da educação e do papel dos jovens enquanto futuros representantes do planeta, responsáveis pelo desenvolvimento das nações. Sendo assim, faz-se extremamente necessária a celebração do referido mês, pois este contribuiu para uma política indiscutivelmente, mais inclusiva.

Para tanto, ambas as equipes realizaram atividades dentro das Unidades Socioeducativas, focadas em tal discussão, como forma de enfatizar no público atendido a importância da participação além do acesso à informação. A discussão gerou envolta do tema “o que é ser jovem?”, trazendo assim, elementos para que as equipes pudessem se embasar em propostas futuras no acompanhamento destes adolescentes/ jovens acautelados. A equipe de BH realizou a atividade no Centro Socioeducativo Andradas (CSEA) e nas Casas de Semiliberdade Ipiranga e Santa Amélia, a equipe da ZM realiza no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora (CSEJF) e nas Casas de Semiliberdade Caminheiros de Jesus, Muriaé e Bethânia. Em agosto a equipe da Zona da Mata realiza também atividade de circulação ao Parque de

Diversões que contemplou os adolescentes egressos acompanhados pelo Programa Se Liga. A proposta de atividade de circulação foi uma iniciativa da equipe que se mobilizou de forma autônoma a encontrar espaços de circulação no território, sem custos ao Programa. Sendo assim, a mesma apresenta projeto detalhado, destacando de forma assertiva os motivos pelos quais a Atividade é de extrema relevância para os adolescentes/ jovens, uma vez que, possibilita o acesso à cidade e o pertencimento dos mesmos aos espaços.

A Zona da Mata, desde sua implantação, vem enfrentando dificuldades no que se refere à parceria com as Unidades Socioeducativas, mais precisamente com a Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus. Contudo, tal situação apresentou avanços, superando determinados obstáculos, como a realização de Apresentação individual do Programa Se Liga aos adolescentes acautelados. A partir do manejo e diálogo de forma assertiva e cuidadosa entre o Programa Unidade, tem sido possível pactuar determinados fluxos e facilitar a parceria, embora ainda restem barreiras a serem quebradas.

A Equipe de Juiz de Fora vivenciou momentos de apreensão e inquietudes tendo em vista a eferescência da dinâmica criminal envolvendo os bairros Santo Antônio e Vila Ideal. Integrantes do bairro Olavo Costa por terem envolvimento com o tráfico de drogas no Bairro Vila Ideal acabaram se envolvendo também na Dinâmica. O Programa Se Liga atendia um adolescente que teria envolvimento com a guerra estabelecida e, após Operação Policial, ele foi detido e levado para o CSEJF encontrando-se atualmente no provisório. O fato é destacado aqui por evidenciar o quanto a equipe se mostrou indiscutivelmente cuidadosa no sentido de resguardar o adolescente e munir a Unidade Socioeducativa no que tange a possíveis retaliações, além da delicadeza que envolve o contexto territorial. É possível avaliar o quanto a equipe tem estado atenta à dinâmica criminal fazendo uma leitura muito precisa dos fatos, possibilitando um cuidado e zelo no que tange as ações Metodológicas do Programa.

A equipe de BH passou por reconfigurações com a mudança de gestão e com a chegada das novas estagiárias em BH, marcando um ganho no que se refere à ampliação das equipes – esse último contemplado também pela equipe de Juiz de Fora. O trimestre foi marcado ainda por encontros de formações, espaços de trocas, estudos de casos e uma maior aproximação das equipes, gestão e Supervisão da gestão. É importante destacar ainda o quanto as equipes se debruçaram e mantêm se debruçando na construção dos Fóruns Multiterritoriais interagindo, refletindo e dialogando com os demais parceiros da política de Prevenção.

Ao final do trimestre, foi pactuada a retomada do Projeto Circuito Liberdade que dará continuidade às Atividades de Circulação nas Unidades Socioeducativas das quais foram desmarcadas. Além de darmos início a segunda etapa do Projeto que irá viabilizar o acesso a cursos profissionalizantes, a saber: Mecânica de autos e barbearia. Foi definida ainda a possibilidade de custeio, aos cursos destacados, através da referida Ementa Parlamentar, aos adolescentes/ jovens acompanhados na Regional Zona da Mata, sendo 02 de Juiz de Fora, e 02 de Ubá, já sinalizados pela equipe.

Por fim, entende-se como importante elencar alguns dos desafios enfrentados pelas equipes, uma vez que esses elementos poderiam vir a interferir no alcance dos indicadores, no entanto percebe-se que o Programa Se Liga mantém-se cumprindo com relativa folga todas as metas e inclusive fazendo com que estas sejam repensadas. O indicador 3.1- número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga, para além de ressaltar o atingimento da meta, cabe destacar que segue, desde o início da execução do Programa, em uma crescente evolução. O indicador 3.2- número acumulado de ações estratégicas com a rede de Proteção Social, apesar de ter tido queda destacada no término do referido período avaliatório, mantém-se atingindo a meta, assim como o 3.3- número acumulado de ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas, que obteve queda em agosto, porém regressou ao seu maior número já atingido, ressaltando a diligência das equipes que marcam seu empenho no trabalho realizado.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizados cumulativamente 1.175 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 630, atingiu-se 186,5% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão	
Tipos de atendimentos	Nº
Atividades de Apresentação Coletiva	99
Atividades de Apresentação Individual	35
Atividades Temáticas INTERNA à Unidade	111

Atividades Temáticas EXTERNAS à Unidade	10
Atividades Culturais	1
Ações com Familiares	19
Acolhimento	0
Total	275
Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga	
Atendimento Individual	237
Atendimento em Oficina	0
Acolhimento	2
Visita Domiciliar	26
Atividade de Circulação	17
Total	282
Atendimentos a familiares	
Atendimentos individuais	39
Total Geral	596

Com o intuito de melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

Como já destacado na análise global, a equipe de BH possibilitou o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas Socioeducativas nas Atividades propiciadas pelo Projeto Circuito Liberdade. As Unidades Socioeducativas de Internação, sendo estas, Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves (CSERN) liberou a participação de 5 adolescentes na Atividade Space Kart, Centro Socioeducativo Horto (CSESH) e Centro Socioeducativo Lindeia (CSELI) foram contemplados com a atividade BH Escape sendo 3 do CSEH e 1 do CSELI. A casa de Semiliberdade Letícia, com a participação de 4 jovens para a atividade de cinema, além da participação de 3 adolescentes egressos na atividade de boliche.

Mesmo com a suspensão do Projeto em julho, os esforços da equipe em manter ações junto aos adolescentes não foram estagnados dada a realização de apresentações coletivas aos adolescentes em todas as Unidades de Internação e Semiliberdade no referido trimestre. Foi possível ainda a concretização de oficinas temáticas dentro das Unidades Socioeducativas a fim de atender aos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida. Destaca-se também avanços na realização dos atendimentos de apresentações individuais na UPC Se Liga, mesmo havendo atravessamentos como o caso de alguns adolescentes/ jovens serem desligados sem que haja este momento de criação de vínculo.

Não podemos deixar de mencionar e destacar o aumento significativo no número de inclusões, haja vista que no mês de julho foram realizadas 04 (quatro) inclusões de adolescentes/ jovens egressos, em agosto 11 (onze) e em setembro 10 (dez), totalizando 25 (vinte e cinco) inclusões no trimestre.

A equipe tem ainda realizado uma constante de acolhimentos a adolescentes não incluídos no Programa ou familiares. Tem sido frequente o atendimento a adolescentes que vão até a UPC, acompanhados por adolescentes incluídos, solicitar a retirada de documentos, fazer currículos, acessar sites de emprego etc. Sendo assim, mesmo com as dificuldades e problemáticas mencionadas aqui, a equipe atingiu a meta referente ao indicador 3.1.

ZONA DA MATA

No que se refere aos atendimentos realizados pela regional Zona da Mata, essa permanece se diferenciando em detrimento dos fatores de risco que têm se apresentado, tais como questões referentes à ausência de circulação pela cidade/bairros em razão de risco/ameaça por conflitos antigos ou recentes, sobretudo no que se refere ao território em que o Programa está localizado. Situação essa que ainda tem sido um ponto de questionamento por parte de algumas Unidades Socioeducativas e adolescentes egressos. Contudo, a equipe diariamente tem se reinventado e buscando alternativas diversas, realizando os atendimentos em zonas neutras.

A Equipe realiza ainda atividade de Circulação com os adolescentes/ jovens egressos no Parque de Diversões "Super Star Park", localizado no estacionamento do Shopping Jardim Norte na cidade de Juiz de Fora. Entendemos que a circulação e o acesso dos adolescentes/jovens a diferentes locais são importantes para que estes possam se apropriar de novos espaços, possibilitando o sentimento de pertencimento à cidade. A atividade aconteceu de forma gratuita denotando a autonomia e movimentação da equipe em fazer com que os adolescentes/ jovens acessem os espaços, propondo alternativas em prol da promoção e circulação do público atendido.

Em setembro/ 2022, foi realizada uma atividade coletiva no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, contando com a participação de 7 (sete) adolescentes/ jovens. Foi realizada ainda, atividade coletiva na Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus, contando com a participação de 10 (dez) adolescentes/ jovens. Por sua vez, à Casa de Semiliberdade Bethânia, também houve atividade, contando com a participação de 08 (oito) adolescentes.

Pode-se observar que apesar do contexto vivenciado pela Zona da Mata, a equipe atinge a meta em detrimento da movimentação que esta faz e da relação que vem sendo estreitada e construída com as Unidades e o Programa Se Liga.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
150	932
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: O Programa Se Liga, de forma integrada, busca o desenvolvimento de uma ampla rede de atendimento, promovendo o fomento à atuação de uma rede de proteção social mista, que abarca tanto a rede institucional quanto a sociocomunitária, a partir do que cada adolescente/jovem endereça ao Programa. Por meio deste fortalecimento da rede de proteção é possível construir alternativas que visem romper a trajetória infracional de adolescentes e jovens, conciliando a responsabilização com a garantia de direitos. Para fins deste indicador deverão ser contabilizadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à juventude e socioeducação; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos dos pré egressos e egressos acompanhados pelo Programa com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede parceira, para orientação, acesso a direitos e à cidade; 5) Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa Se Liga e para a execução da política pública na área de abrangência da regional, de forma a garantir atuação articulada do Programa e encaminhamento do público atendido, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências; 6) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa. <p>Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de atividades de ações estratégicas junto à rede de proteção social nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto.</p> <p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor.</p> <p>Cálculo de Desempenho (CD): $(\text{resultado} / \text{meta}) \times 10$</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório (julho a setembro) o Programa realizou 522 ações estratégicas com a rede de proteção social, com um número acumulado de 932 ações. Considerando que a meta para o período foi de 150 ações acumuladas, o programa executou 621% do total pactuado.

Número acumulado de ações estratégica junto à rede de proteção social	
Modalidades	Nº

Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede	21
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas	61
Discussão de casos dos pré-egressos e egressos com a rede	97
Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede	89
Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa	44
Número de entidades que participaram dos encontros de rede	210
Total	522

Para qualificar os resultados, os resultados desse indicador serão descritos considerando a Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

A equipe inicia o referido período avaliatório, com ações em rede executada no espaço do Projeto Romper, no Morro das Pedras, em parceria com os Programas PRESP e CEAPA referências da regional Oeste. O momento possibilitou representantes do CRAS Vila Leonina e uma ex-juíza da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Mulheres assistidas pelo Projeto Romper estavam presentes para as discussões realizadas.

Cabe destacar ainda a participação das equipes em algumas Comissões que compõe o FORUM Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, este é um espaço de discussão criado para acompanhar a execução do Sistema Socioeducativo de BH, seus desdobramentos, demandas e impactos sociais. O FORUM é composto por 12 Comissões temáticas que se reúnem em espaços de reuniões ampliadas e que geram temas, demandas prioritárias e resultados de seus trabalhos.

Para tanto, a equipe do Programa Se Liga têm participado da Comissão de Participação e Mobilização Juvenil, que conta com a presença de representantes das Instituições Desembola na Ideia, Observatório da Juventude, Rede Cidadã, DOS - SUASE, e CRAS. Os encontros facilitados pela Comissão têm como finalidade mobilizar as formas de participação de jovens acautelados e egressos do Sistema Socioeducativo. Além da participação na Comissão citada, o Programa esteve presente também nas Comissões de Educação, espaço que discute pautas acerca da inserção ou evasão escolar dos adolescentes/ jovens. No referido trimestre, a pauta “adolescentes em semiliberdade e a evasão escolar” manteve-se em alta, na qual o Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas (NAMSEP) apresentou desafios da permanência dos adolescentes na educação. O NAMSEP utiliza das estratégias de busca ativa e solicitação de vagas aos setores responsáveis nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Apesar desses movimentos, ainda há o desafio da permanência desses jovens na escola, pauta que converge fortemente com a do Programa Se Liga. O Programa Se Liga tem estado presente ainda na Comissão “Esporte Cultura e lazer” proporcionando um espaço de conhecimento e possibilidades.

A equipe se mobilizou também para que acontecesse Reunião de alinhamento estratégico entre o Se Liga BH e a Unidade de Acolhimento Acreditar no Amanhã, localizada em Ribeirão das Neves (MG). A ação se fez necessária tendo em vista que atualmente a instituição abriga adolescentes/ jovens egressos da Unidade Socioeducativa de Ribeirão das Neves, além do fato de que precisamos estreitar os vínculos com os equipamentos disponibilizados no Município.

Foi possível ainda reunião de articulação de rede integrada entre Se Liga BH e o Programa Desembola na Ideia, sendo este um espaço de escuta, na linha da psicanálise, ofertada aos adolescentes que apresentam vulnerabilidade social. A proposta é compartilhar as ações e possíveis fluxos metodológicos, dado que existe uma demanda do “Desembola na ideia” de aproximar de adolescentes egressos das medidas socioeducativas para trabalhar com os mesmos.

ZONA DA MATA

Pouco antes do início do período avaliatório referente, já haviam sido realizadas articulações com diversos parceiros da rede para o evento de inauguração do Programa Se Liga. Além disso, foi proferida uma reunião com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) suscitando a possibilidade da realização de atividade externa com temática esportiva com os adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora juntamente com o Programa Se Liga e o Projeto "Fala aí Juventude" da SEDH.

Além disso, uma nova parceria foi iniciada entre o Se Liga da Zona da Mata e a Unidade Santa Lúcia para apresentação do Programa no Comitê Gestor do Programa Descubra. Isso tem possibilitado grandes ganhos e um diálogo fluido, que aos poucos vem superando os desafios quando concentrado apenas em BH.

No vigente período avaliatório, a equipe realizou contato com Luíza Travassos, Coordenadora de Políticas para Juventude e para População LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), na Prefeitura de Juiz de Fora. O contato se deu para posterior agendamento de reunião com a finalidade de a equipe prosseguir com retornos e

trocar informações sobre a atividade externa que tem sido desenvolvida e planejada em parceria com a SEDH, que atualmente realiza o “Fala aí Juventude!” com os adolescentes acautelados do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora.

A equipe realizou ainda contato telefônico com o CREAS da cidade de Manhuaçu - MG a fim de repasse do caso de um adolescente acompanhado, demonstrando a atenção e cuidado com o mesmo.

Em setembro/2022 foi realizada reunião com representantes das equipes dos Programas Se Liga, Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, CEAPA e PRESP, bem como com as gestoras sociais e as técnicas administrativas, tendo como objetivo a organização referente ao Fórum Multiterritorial. Além disso, no presente mês, a equipe realizou também articulação com a supervisão metodológica do Programa Fica Vivo!, tendo como objetivo discussão do caso de um adolescente atendido pelo Programa Se Liga, visto que o mesmo pode estar envolvido em conflito com o território do Vila Ideal. Outro ponto a ser destacado é o fato de a equipe ter sido convidada a participar da Reunião de Rede Socioassistencial do CRAS Olavo Costa.

O Se Liga da Zona da Mata tem alcançado força por estar presente nos espaços e pelas constantes articulações com os parceiros da rede.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
540	1.057
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada a estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos. O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados. Para fins deste indicador, são consideradas ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas:</p> <p>1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes. 2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade.</p> <p>Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto. Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: somatório do número de ações estratégicas dentro das Unidades Socioeducativas de semiliberdade e internação realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizadas cumulativamente 1.057 ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 540, o programa superou em muito o estabelecido.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	342
Estudo de caso	83
Total	425

Assim como nos indicadores anteriores, a qualificação dos resultados será feita considerando as duas regionais.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

As ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas, configuram-se como uma prática rotineira das Equipes, mesmo que, pontuais dificuldades apresentadas na relação com determinadas Unidades Socioeducativas, tem sido possível desenvolver uma relação de proximidade. A equipe tem participado de estudos de casos de maneira frequente e significativa. Percebe-se, ainda, uma crescente aos convites para participação destes momentos, destinadas ao Programa Se Liga.

Como mencionado no indicador 3.1, há de se destacar que a equipe de BH deu continuidade às ações do Projeto Circuito Liberdade, a partir da articulação com as Unidades Socioeducativas de Internação CSERN, contemplando a participação de 5 (cinco) adolescentes na Atividade Space Kart. Trata-se de uma pista de corrida de kart para adultos e crianças localizada em Belo Horizonte, proporcionando Lazer e diversão.

O CSESH e CSELI foram contemplados com a atividade BH Escape. Refere-se a uma experiência em que o participante e sua equipe precisa explorar o ambiente, solucionar enigmas e mistérios para conseguir escapar de determinadas salas. A atividade se trata de um jogo presencial que desencadeia a adrenalina de ser o personagem principal da dinâmica. Houve articulação também com a casa de Semiliberdade Letícia, com a participação de 4 (quatro) jovens para a atividade de cinema. A equipe trouxe, ainda, que tais ações com as referidas Unidades possibilitaram maior proximidade no que tange às relações de parceria e que as atividades foram elogiadas por sua organização no transitar dos adolescentes, lanches, atividades escolhidas, com uma excelente avaliação.

No que tange as demais Unidades Socioeducativas, por hora, não contempladas nas atividades, destaca-se as articulações para que ocorressem as atividades de Apresentação do Programa Se Liga, e/ou temas diversos como “O que é ser jovem?” e Oficinas com o tema “Étnico Raciais”. No Centro Socioeducativo de Sete Lagoas (CSESL), foi realizada oficina com o tema “Relações Étnico raciais” com a participação de 06 (seis) adolescentes acautelados. O diálogo perpassou relações étnico-raciais refletindo as questões concernentes à população afro-brasileira, a fim de sair do impasse e da postura dicotômica entre os conceitos raça e etnia. A analista de referência da Unidade tem estado bastante presente, haja vista os impasses já apresentados no que se refere à distância do Centro Socioeducativo, de modo que a manutenção das atividades possa ser um facilitador impulsionando a manutenção da parceria.

Contudo, a extensão da medida cumprida em Sete Lagoas continua sendo um impasse para o Se Liga, uma vez que os adolescentes/jovens acautelados permanecem na Unidade por demasiado período e se perde um pouco do tempo do Programa. Além disso, a referida Unidade recebe majoritariamente um público fora da área de abrangência, o que inviabiliza nosso acompanhamento e dificulta as ações junto a Unidade.

No referido trimestre foi realizada, também, uma atividade com o Centro Socioeducativo Andradas (CSEA), na qual foi desenvolvida a atividade de oficina “batata quente” com os adolescentes/ jovens acautelados. A oficina consiste em estudos de caso sobre racismo, na qual os adolescentes/ jovens, ao som da música “Negro drama”, deveriam se posicionar se houve racismo ou não. A equipe facilitou diálogos sobre racismo estrutural, racismo institucional, assédio sexual, genocídio da população preta e pobre e padrões de beleza racistas. Cabe destacar que a oficina foi uma demanda da Unidade e teve como objetivo trabalhar as relações étnicas raciais e aproximar a parceria entre Se Liga BH e a Unidade. O momento foi muito importante e construtivo para o público atendido, além de evidenciar que a Unidade Socioeducativa confia ao Programa Se Liga tal tarefa e a vê como parceira.

ZONA DA MATA

No que se refere às ações estratégicas junto às Unidades, Zona da Mata segue mantendo algumas dificuldades com a Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus. A Unidade, como foi mencionado nos relatórios anteriores, manteve-se não autorizando a ida dos adolescentes/ jovens acautelados até a UPC, o que dificulta o fluxo previsto em Metodologia. Contudo, as equipes sempre orientadas pela gestão e supervisão metodológica se mantiveram focadas

na busca por estratégias e formas diversas para que os adolescentes acautelados acessassem o Programa. Um exemplo é a parceria com o CREAS II, que tem disponibilizado salas de atendimentos as quartas-feiras para que a equipe realize os atendimentos, tendo em vista os empecilhos localizados pela Direção da Casa de Semiliberdade, que envolvem o território ao qual está localizada a UPC.

A equipe manteve a relação da Unidade com o Programa, buscando estratégias para amenizar os atravessamentos.

Ainda sobre a Casa de Semiliberdade Caminheiro de Jesus, é importante pontuar que o vigente período avaliado demarcou crescentes avanços, haja vista que a Direção da Unidade tem se apresentado pouco mais disposta às propostas e ações voltadas para a criação de vínculo com os adolescentes acautelados. Sendo assim, verifica-se que a relação com a Unidade tem sido mais possível, uma vez que a analista de referência tem observado alguns movimentos por parte da Direção que visam dialogar de forma mais parceira com o Programa. Obviamente, ainda há um caminho árduo a percorrer, contudo são percebidos avanços, sem perder de vista a manutenção dos frequentes diálogos.

Ao término do vigente período avaliatório, ocorreu na Unidade, a Atividade coletiva do Programa Se Liga com a temática de “Setembro amarelo”. O objetivo foi levar os adolescentes a refletirem sobre suas qualidades e sobre as qualidades de seus colegas, além de alertarem sobre a importância de buscarem auxílio na área da saúde mental quando sentirem necessidade.

Com as demais Unidades Socioeducativas, apesar de algumas dificuldades apresentadas, a parceria tem sido possível. A Casa de Semiliberdade de Muriaé, apesar de distante, quando as equipes vão até o local, a receptividade para com o Programa é fator que faz todo o diferencial para a potencialização do trabalho. Apesar dos desligamentos, que ocorrem de maneira “abrupta” sem que anteriormente os adolescentes/jovens tivessem conhecimento do Programa, a equipe tem sempre pontuado a importância do fluxo para posterior inclusão dos jovens.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas de forma particular em cada Unidade Socioeducativa, várias estratégias junto às Unidades têm sido possíveis, como por exemplo um “café da tarde” realizado no CSE de Juiz de Fora, onde a técnica de referência realizou um lanche coletivo com os adolescentes/ jovens na tentativa de criação de vínculos, proporcionando um momento descontraído e diversificado. Em agosto, a equipe realiza com todas as Unidades Socioeducativas a atividade “Cartaz das Juventudes”, haja vista que no referido mês é celebrado o mês das juventudes como já descrito. A equipe, então, confeccionou um cartaz que no centro do mesmo havia a palavra “Juventudes”. O Cartaz foi levado a todas as Unidades, em que os adolescentes/ jovens escreveram ao redor “o que é ser jovem?” de forma livre, surgindo assim diversas palavras e frases: amor, lembrança, amizade, liberdade, ser feliz, educação, direitos dentre outras. O cartaz foi levado até a UPC e fixado para apreciação dos adolescentes e rede parceira, como forma de marcar o lugar da juventude.

Em Setembro/2022, foi realizada atividade coletiva no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, contando com a participação de 7 (sete) adolescentes/ jovens. Foi realizada, ainda, atividade coletiva na Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus, contando com a participação de 10 (dez) adolescentes/jovens. No que se refere à Casa de Semiliberdade Bethânia, também houve atividade, contando com a participação de 8 (oito) adolescentes.

Além de se fazerem presentes dentro das Unidades Socioeducativas, as ações estratégicas junto às mesmas têm sido frequentes não somente em atividades de Apresentação do Programa e/ou temáticas, como também para a participação em Estudos de casos, diálogos construtivos visando o bem-estar e acesso aos direitos voltados para as juventudes.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
42.060	43.891
Descrição do Indicador	
<p>Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais; 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores; 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença; 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença. 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A fim de retratar o desenvolvimento do programa CEAPA durante o 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 é oportuno contextualizar o cenário da execução neste trimestre.

De início, importa ressaltar que no mês de setembro ocorreu a retomada dos trabalhos no município de Araguari e as tratativas junto ao Poder Judiciário para recebimento dos cumpridores já estão sendo realizadas. Por outro lado, a previsão de implantação do programa em Varginha ainda não se concretizou. No que toca ao município de Curvelo que atua no “Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência”, destaca-se o recebimento dos homens que cumprem Medidas Protetivas de Urgência a partir de agosto, e salienta-se que a equipe já iniciou a primeira ação de responsabilização com o público no formato grupal.

De maneira geral, durante os meses de julho a setembro se manteve a execução plena das atividades presenciais – tanto as relacionadas ao público, quando as relacionadas à rede – com a ressalva do município de Belo Horizonte que permanece executando a maior parte dos grupos no formato virtual, tendo em vista ausência de espaço físico na UPC para tal frente de trabalho. Nesse sentido, é importante pontuar que há previsão de mudança de UPC tão logo o novo local esteja equipado com o necessário.

Ainda no referido período, a Política de Prevenção à Criminalidade iniciou o processo de construção dos Fóruns Multiterritoriais, viabilizados por recurso de emenda parlamentar. Esses eventos e seus atos preparatórios envolvem vários atores dessa política e, no que toca ao programa CEAPA, os profissionais se debruçam sobre a construção de espaços que oportunizem a discussão de temáticas atinentes aos atravessadores da vida do público das políticas penais, incluindo as redes municipais nesse diálogo. Nesse trimestre, portanto, as equipes iniciaram a mobilização do público e rede para os Fóruns que serão realizados entre novembro e dezembro deste ano.

Diante do exposto, e também considerando o fluxo de saída e entrada de novos profissionais e estagiários no programa, insta frisar que a supervisão metodológica realizou diversos processos seletivos no período, bem como capacitações – tanto as introdutórias, quanto as de nivelamento técnico – visando alinhamento metodológico com todas as equipes e qualificação da execução do acompanhamento das alternativas penais. A supervisão metodológica construiu nove espaços nesse sentido, além das agendas individuais por equipe (*in loco* nas equipes de Belo Horizonte e região metropolitana e por viagem ou videochamada nos municípios do interior).

Por fim, no que diz respeito ao desempenho do Programa nos seus três indicadores, convém adiantar que as metas esperadas para o trimestre em questão foram alcançadas, refletindo o empenho contínuo do Programa na

organização para o desenvolvimento das múltiplas frentes, e na atuação gerencial voltada para a especificidade de cada município, visando o aprimoramento do trabalho a partir das dimensões estadual e municipal.

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizados cumulativamente 43.891 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. **Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 42.060, atingiu-se o objetivo estabelecido.** Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	0	0	0	0
BELO HORIZONTE	6.793	1.533	1.446	1.414	11.186
BETIM	2.143	398	379	413	3.333
CONTAGEM	2.033	406	427	333	3.199
DIVINOPOLIS	909	175	185	154	1.423
GOVERNADOR VALADARES	1.325	293	250	281	2.149
IBIRITE	1.155	235	144	218	1.752
IPATINGA	2.114	410	400	392	3.316
JUIZ DE FORA	2.099	400	539	533	3.571
MONTES CLAROS	1.592	304	411	325	2.632
R. DAS NEVES	1.689	372	394	471	2.926
SANTA LUZIA	1.079	252	289	290	1.910
SETE LAGOAS	1.122	179	293	172	1.766
UBERABA	1.556	303	419	390	2.668
UBERLÂNDIA	1.074	182	155	72	1.483
VARGINHA	0	-	-	-	0
VESPASIANO	261	85	120	111	577
TOTAL	26.944	5.527	5.851	5.569	43.891

De início, para fins de alinhamento, insta ressaltar que esse indicador se refere à somatória das seguintes modalidades de atendimento: atendimentos individuais de inscrição, atendimentos individuais de acompanhamento, atendimentos grupais de PSC, atendimentos grupais de PEAP e atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa.

Isto posto, verifica-se que o referido indicador apresentou o total de 43.891 atendimentos no período, considerando as cinco modalidades supracitadas, o que demonstra alcance da meta e superação em 4,3% da execução esperada para o trimestre. Destaca-se, ainda, que esse desempenho é 62,8% superior ao trimestre anterior, denotando aumento ascendente em todas as modalidades.

É importante ressaltar que a obtenção desse quantitativo ocorreu mesmo sem o início dos atendimentos no município de Araguari e sem a implantação do programa em Varginha, ainda que os dois municípios tenham sido considerados no cálculo da meta.

Em análise mais detida desses valores, é possível identificar expressivo crescimento dos atendimentos de acompanhamento, que representam 58% dos atendimentos no período, além de expressar uma ampliação de 17% se comparado ao trimestre anterior. Essa performance está associada ao investimento técnico no acompanhamento dos casos que cumprem PSC, além do acompanhamento das pessoas com alternativa penal nos aspectos relacionados às vulnerabilidades sociais e riscos criminais. Ainda nesse sentido, é fundamental salientar que o cumprimento de Medidas Cautelares se dá a partir do comparecimento no atendimento de acompanhamento, o que gera aumento desse quantitativo especialmente em Belo Horizonte.

Em consonância com o que já foi apontado em relatórios anteriores, os atendimentos grupais de PEAP figuram como outra modalidade que se destaca pela oscilação positiva, isto é, a ampliação das portas de entrada do programa nessa modalidade de alternativa penal permanece gerando significativo impacto no desempenho do referido indicador, já que tal modalidade representou 20% do valor apresentado no trimestre.

Assim, nesse período, destaca-se a execução de duas temáticas de grupos: 1) Ações de Responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha, que registraram aumento de 40% em relação aos grupos iniciados, se comparado ao trimestre anterior, e representa a ampliação de encaminhamento de casos ou mesmo inauguração desse fluxo – como no município de Juiz de Fora, que em agosto executou seu primeiro grupo nessa modalidade; 2) Trânsito, cujo aumento foi de 36% no comparativo entre períodos. O número de grupos executados está relacionado à demanda de cada município para determinado tema e está diretamente ligado a inscrição desses casos no programa mediante os fluxos de encaminhamento junto ao Poder Judiciário.

Somado a isso, destaca-se o aumento de 14% de práticas de Justiça Restaurativa no programa, que acompanham as análises supracitadas já que são operacionalizadas nos PEAPs.

Por fim, a partir dessa leitura geral, se identifica que alguns municípios contribuíram de maneira significativa para a ampliação do número acumulado de atendimentos. Abaixo, segue uma discussão para cada um deles.

- **Betim:** Este município ultrapassou o indicador em 37,7%. Como contexto para tal valor, temos como principal elemento o comparecimento do público regular no cumprimento da PSC para a entrega da folha de ponto, bem como os atendimentos destinados as pessoas que estão irregulares e para as quais cabem intervenção da equipe. Tem-se, ainda, como fator para esse número dentro período, a execução simultânea de dois grupos no escopo das Ações de Responsabilização com Homens Autores de Violências contra as Mulheres. Há que pautar ainda que os Atendimentos de Inscrição aumentaram, e esses, por sua vez, levam consequentemente ao aumento das demais modalidades, seguindo o fluxo natural de condução do Programa.

Diante do cenário com alto índice de atendimento realizado por uma equipe que tem enfrentado durante todo o ano diversas mudanças em sua composição e, por muitas vezes, não conta com todos seus componentes, a supervisão têm pautado constantemente os riscos à qualidade das intervenções e também às distribuições de esforços com as demais frentes de trabalho que são de extrema relevância para a Central, cujo impacto é retratado nos demais indicadores.

- **Montes Claros:** Repetindo o ocorrido nos últimos períodos avaliatórios, este município apresentou dados dentro do indicador 4.1 com elevação significativa em relação a meta. A recorrência desse contexto ainda acontece sob os mesmos elementos apresentados nos relatórios anteriores, nos quais se destacaram o movimento massivo da equipe para atuação com os casos de PSC a fim de promoverem o acompanhamento das pessoas regulares, bem como intervenções assertivas junto ao público irregular. Uma das frentes de orientação construída com a equipe para tratativa desse fenômeno é o uso dos recursos previstos na metodologia para atuação coletiva mediante os casos de PSC (em especial dos GI's e GA's), a fim de assegurar qualidade às intervenções frente ao intenso número de pessoas frequentes na unidade.

Ao que concerne o número de Atendimentos Individuais de Inscrição, chama a atenção o expressivo aumento no mês de agosto. Porém, não foi observado nenhum fenômeno atípico que tenha levado a essa situação, vez que os demais meses do trimestre apresentaram média seguindo o que ocorreu no período anterior. Por sua vez, a modalidade de atendimentos grupais de Projetos de Execução de Alternativa Penal na temática de trânsito se destacou também no mês de agosto com a realização de um grupo, que contou com presença maior que 95% dos participantes. No âmbito das Ações de Responsabilização com Homens autores de Violência contra às mulheres, a abertura de um grupo no mês de julho fez com que a unidade superasse os atendimentos nessa modalidade em relação ao período anterior.

- **Ribeirão das Neves:** O quantitativo de atendimentos realizados no município é consequência da organização implementada para tornar as intervenções com o público mais tempestivas. Desde o início do ano a Central enfrenta dificuldades para a inserção do público no cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade e execução de Ações de Responsabilização. Por isso, visando garantir a efetividade das intervenções e o cumprimento das Alternativas Penais, com toda a composição de analistas e a partir do suporte da gestão social e da Supervisão Metodológica, a equipe conseguiu desenvolver estratégia de promoção dos atendimentos grupais e individuais. Nesta conjuntura, os atendimentos de acompanhamento foram fortemente impulsionados pela inserção do público no cumprimento, assim como os atendimentos grupais de PEAPs se avolumaram, gerando reflexos positivos no indicador. Cumpre observar que estes últimos apresentaram boa adesão de público e representam quase 25% do desempenhado no indicador. Tal tendência também deve se apresentar no próximo período avaliatório visto que a organização se manterá ativa diante da acumulação de casos que ainda persiste nestas modalidades.

- **Uberaba:** Em termos de execução do indicador, esse município se destaca como o de maior expressividade proporcional na realização de atendimentos ao público. No trimestre em questão, foi efetivado 71,6% a mais que a meta prevista para uma unidade com esse porte. A fim de compreender isso, é válido destacar que essa é uma unidade que atua com a maioria de casos em cumprimento de Penas Restritivas de Direitos na modalidade de prestação de serviço à comunidade (PSC) sendo, portanto, a frequência na unidade para entrega de folha de ponto o maior motivador do número de atendimentos todos os meses. Oportunizados pela entrega da folha de ponto, esses casos têm apresentado à equipe diversos contextos de vulnerabilidades e riscos e demandado a construção de acompanhamento sistematizado por meio de atendimentos com as referências técnicas. Desse modo, pode-se prever continuidade de um cenário com alto número de atendimento também nos próximos meses.

Nessa unidade, assim como em Montes Claros, a proposta é que a equipe atue qualificadamente em intervenções coletivas em contraponto aos espaços individuais - nesse sentido, já se observa um movimento no trimestre de execução de Grupos de Acompanhamento. Acrescido a esse cenário, emergem os Projetos de Execução que ocorreram durante todos os meses e contribuíram para o número de atendimentos.

Ainda que a expectativa para o referido indicador tenha sido superada, cabe apresentar elementos sobre o não alcance da meta municipal em:

- **Contagem:** O desempenho deste município foi afetado pela baixa execução de atendimentos grupais. No âmbito da Prestação de Serviços à Comunidade a equipe investiu em atendimentos individuais de acompanhamento - na contramão dos grupais que seriam estratégias de promover maior capacidade em momentos de redução do número de analistas. Somado a isso, a execução dos Projetos de Execução Penal ficou a cargo da rede parceira nos meses de agosto e setembro – condição que não gera efeitos de contabilização no indicador em análise. Posta assim a questão, ainda que neste trimestre os atendimentos de acompanhamento e de inscrição tenham atingido seu ápice, a Central não alcançou a meta estipulada. Considerando tal fato e o panorama de composição da equipe, resta à Central promover, de maneira preventiva, maior organização para os atendimentos, lançando mão de recursos metodológicos que garantem maior fluidez e capacidade de trabalho. Tal proposta será estimulada pela Supervisão Metodológica e, com maior número de analistas, tende a elevar o patamar numérico nos próximos períodos avaliatórios.
- **Divinópolis:** O desempenho do município de 79% do esperado para o período está diretamente relacionado à porta de entrada no programa. Desde a flexibilização do contexto pandêmico, articulações com o Poder Judiciário vêm sendo desenvolvidas para impulsionar os encaminhamentos para a Central e possibilitar maior quantitativo de pessoas atendidas. Porém, ainda não houve avanço relevante no encaminhamento de casos, sobretudo aqueles que cumprem Medidas Protetivas de Urgência. Somado a isso, alguns juízos têm se manifestado pela aplicação de penas pecuniárias via depósito judicial, o que também enfraquece o fluxo de envio de casos para o programa. Por fim, é preciso destacar que ainda que os atendimentos de inscrição não se expressem de maneira plena, percebe-se progressão dos números que compõem o indicador – em especial dos grupos de PSC – já que a equipe investiu na qualificação do acompanhamento dessa alternativa penal, executando Grupos de Inicialização, Grupos de Acompanhamento, e Grupos Introdutórios voltados ao público que cumpre pena restritiva de direitos por comércio ilegal de drogas.
- **Uberlândia:** A unidade do município de Uberlândia, nos trimestres anteriores, conseguiu na maior parte dos meses, apresentar números satisfatórios dentro do indicador de atendimento. Contudo, no período avaliatório em questão, por construção da gestão, diretoria, supervisão metodológica e RH do Instituto Elo, foi estabelecida a nova composição de analistas, a fim de responder às demandas de qualificação e atuação dentro da perspectiva do programa. Assim, o processo de descontinuidade e alteração da equipe levou a grande impacto na força de realização de atendimentos, o que culminou no índice bem abaixo do esperado.

Feitos os registros, não se pode olvidar o destaque a outros municípios que influenciaram o indicador:

- **Araguari:** a Central retomou suas atividades no mês de setembro - derradeiro do trimestre em análise. Nesta circunstância, os trabalhos foram direcionados para articulações com o Sistema de Justiça que fizeram efeito no bojo do indicador 4.3, mas não produziram encaminhamento de casos ao Programa. Em decorrência disso, não foram registrados atendimentos, ainda que se espere resultados de maneira gradual nos próximos períodos avaliatórios.
- **Vespasiano:** quando comparado a Relatórios anteriores, as atividades da Central demonstram maior volume e, como esperado, os atendimentos ganharam maior expressão. No trimestre em análise a CEAPA realizou 316 atendimentos no município – quantitativo que chega mais próximo à meta de 432 estabelecida no Contrato de Gestão. Nesta análise, ainda que considerando maior quantitativo de atendimentos de inscrição e acompanhamento, não se pode deixar de jogar luz sobre os atendimentos de PEAPs: a execução de Projeto de Trânsito e Ação de Responsabilização com homens autores de Violências contra as mulheres avolumou o quantitativo de intervenções realizadas com o público no município e impactou positivamente no dado em análise.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
74%	77,1%

Descrição do Indicador

Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 77,1%. Considerando que a meta estabelecida foi de 74%, o programa não ultrapassou o estabelecido para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial			
	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	0	0	0,0%
BELO HORIZONTE	566	718	78,8%
BETIM	82	121	67,8%
CONTAGEM	183	198	92,4%
DIVINOPOLIS	13	17	76,5%
GOVERNADOR VALADARES	76	93	81,7%
IBIRITE	70	105	66,7%
IPATINGA	56	86	65,1%
JUIZ DE FORA	38	54	70,4%
MONTES CLAROS	70	91	76,9%
R. DAS NEVES	107	138	77,5%
SANTA LUZIA	52	73	71,2%
SETE LAGOAS	41	54	75,9%
UBERABA	51	71	71,8%
UBERLÂNDIA	57	80	71,3%
VARGINHA	0	0	0,0%
VESPASIANO	27	33	81,8%
TOTAL	1.489	1.932	77,1%

A leitura e análise do indicador de percentual de cumprimento das Alternativas Penais exige, em sua constituição, um olhar amplo sobre todos os processos e eixos de trabalho executados nas unidades. Por conter em si o objetivo primário de efetivação das práticas de penas responsabilizadoras em liberdade, o alcance ou não dessa meta sempre remete ao todo do Programa.

A partir da concepção integrada que esse indicador exige, relatar o alcance do percentual nos três meses que compõem esse período avaliatório, demanda que seja também considerado o alcance das demais metas pactuadas, haja vista a associação entre atuação sistematizada junto à rede parceira e espaços qualificados de intervenção com o público em cumprimento.

Entende-se que consolidar práticas de Alternativas Penais, em qualquer âmbito de instituto jurídico é, sumariamente, seguir uma atuação técnica operacional de monitoramento que promova performance direta e célere junto ao público em situação de irregularidade e princípio de descumprimento. Esse processo pode ser visto quando se faz leitura dos números nas modalidades de Atendimentos Individuais de Acompanhamento e Atendimentos Grupais de PSC. A intervenção direta com o público, tanto individual quanto coletiva, é primordial para tratativa dos elementos que se colocam como impeditivos para o cumprimento.

Nos atendimentos, as equipes técnicas buscam a promoção de fatores de proteção para as vulnerabilidades e riscos identificados, sendo o enfretamento a esses pontos favoráveis, tanto para o cumprimento integral da pena quanto para a prevenção à criminalidade e violências. Falar de intervenção direta com o público associada ao cumprimento

da Alternativa Penal, coloca ainda como necessária a inclusão de análise acerca da atuação junto a rede parceira (PSC e Proteção Social).

Como política desencarceradora, trabalhar com o cumprimento de Alternativas Penais é pautar como eixo estrutural a rede de apoio. Deste modo, superadas as limitações postas pelas restrições do período pandêmico, as equipes, seguindo orientadores metodológicos, direcionaram esforços para as estratégias de articulação com as entidades associadas ao Programa e/ou que compõem a rede de proteção social dos municípios.

Ainda sobre o indicador 4.2, é pertinente listar que nos cinco primeiros meses do ano de 2022 não se observou o alcance da meta, mesmo tendo esse valor nunca ficado abaixo dos 70%. Contudo, em junho (mês que compõe o período avaliatório anterior) o valor pactuado foi atingido e no trimestre que se seguiu, e sobre o qual versa esse relatório, se tem uma sequência de alcance do valor esperado, inclusive com pequenas porcentagens para mais, registrando 77% de cumprimento integral no trimestre. Ainda nesse sentido, insta destacar que na perspectiva da meta acumulada do ano, no momento cravamos o montante de exatos 77% no percentual de Alternativas Penais cumpridas.

Compreender de maneira mais detalhada a dinâmica envolvendo a baixa dos casos no Programa significa observar esse movimento com recorte também dos institutos jurídicos. Nessa perspectiva, se vê claramente o papel desempenhado pelos Projetos de Execução de Alternativas Penais no atingimento do percentual. Aqui, uma média mensal de 90% das pessoas com determinações para grupos em temáticas especialmente de trânsito e uso de drogas, logram efetividade no cumprimento integral.

Em contrapartida, a alternativa com menor índice de cumprimento no acumulado são as Penas Pecuniárias. Entretanto, no último trimestre os valores esperados de cumprimento foram atingidos também nessa modalidade.

Nesses dois extremos de percentual, no qual uma alternativa tem um índice de cumprimento muito alto e a outra apresenta constante baixa, elenca-se a dicotomia dos aspectos centrais nas intervenções. Enquanto os grupos reflexivos são espaços dialógicos, de construção coletiva de sentido e de vinculação pela atuação direta do analista/facilitador, as Penas Pecuniárias marcam uma relação pela mercantilização da pena, além de ser diretamente afetada pelas vulnerabilidades sociais que dizem de empregabilidade, renda e acesso a direitos (como uma defesa de qualidade no processo). A atuação da equipe deve ser pautada na superação desses atravessadores para o cumprimento da PP e, pela perspectiva do trimestre atual, essas intervenções foram promovidas com percentual satisfatório.

Tem-se ainda outra modalidade de Alternativa Penal que também merece análise própria: na PSC, alternativa com maior número de inscritos e também o maior número de baixas, se observa o não atingimento da meta no trimestre ao manter uma média de 73%, valor 1% abaixo. Aqui se avalia que o aumento dos índices de cumprimento, conforme citado acima, deve ser atrelado a qualificação da rede para encaminhamentos mais efetivos, e ao monitoramento em tempo adequado para atuação com o público. Desse modo, antagônico aos esforços e orientações metodológicas, esses são pontos ainda necessários de avanço em grande parte das equipes.

A título de melhor compressão dos processos que envolvem esse indicador, a seguir serão pautados alguns municípios que apresentaram dados positivos no período e, em contrapartida, outros em que os resultados foram insatisfatórios.

- **Contagem:** Neste município, o resultado no indicador foi influenciado pela alta adesão do público aos Projetos de Execução de Alternativas Penais. Esta foi a modalidade com alto índice de cumprimento e que levou o município à posição de destaque. A par disso, há que se analisar ainda, o índice de cumprimento da alternativa penal de Prestação de Serviços à Comunidade: mesmo que expressivo, o dado pode não refletir a realidade dos casos acompanhados. A Central enfrenta dificuldades para realizar o monitoramento regular das alternativas penais. A partir das organizações e alinhamentos metodológicos realizados, posta a tendência de composição da equipe, é possível que nos próximos períodos avaliatórios as taxas de cumprimento desta Central sofram queda em virtude das medidas e, deixem o município fora do destaque positivo ocorrido neste documento.
- **Vespasiano:** com a ampliação das modalidades de atendimento e maior apropriação metodológica da equipe, a Central apresentou bom índice de cumprimento dos Projetos de Execução de Alternativas Penais realizados no trimestre – tanto na temática de Trânsito quando nas Ações de Responsabilização. O fato foi capaz de amortizar os efeitos das baixas por descumprimento oficiadas na Prestação de Serviços à Comunidade e dar ao município posição de relevância no indicador.
- **Governador Valadares:** Este foi o trimestre com maior índice de cumprimento da Central no ano – média de 81,7%. A maior adesão no cumprimento foi motivada, entre outros fatores, pelo investimento do Programa no acompanhamento do público através da qualificação técnica da equipe nas intervenções em fatores de risco. Além disso, com maior proximidade da rede parceira, foi possível garantir a tempestividade das ações de monitoramento e intervenções em atravessadores do cumprimento. Lançando mão de recursos metodológicos diversos, a equipe

conseguiu desenvolver ações com o público – principalmente nos PEAPs e Medidas Cautelares – que elevaram o percentual de alternativas penais baixadas conforme a determinação judicial no município.

De outra feita:

- **Betim:** dentro do ano corrente, essa unidade apresenta diversos atravessamentos para uma atuação consolidada dentro dos eixos do programa o que tem levado a reiterados episódios de não alcance das metas estabelecidas nos indicadores, com exceção do indicador 4.1, no qual essa unidade apresenta números superiores ao esperado, conforme já discursado nesse relatório. Como contexto para o não alcance do percentual, se tem as reiteradas recomposições de equipe e períodos sem analistas, tanto pela saída de profissionais quanto por afastamentos motivados por questões de saúde. Acrescido a isso, a unidade tem enfrentado dificuldades para organização de suas frentes e distribuição de forças de trabalho ficando, por muitas vezes, com toda sua atuação voltada para os atendimentos ao público, o que leva à pouca atuação de rede e ausência de monitoramento em tempo adequado junto aos casos.

- **Ipatinga:** Em primeiro plano, faz-se necessário destacar que esta Central ficou em evidência neste indicador em todos os períodos avaliatórios do ano. Jogar luz sobre o fato é importante para assinalar que, ainda que a meta estabelecida no Contrato de Gestão não tenha sido atingida, o volume de casos baixados por cumprimento integral neste município demonstra ascensão e dá sinais de progresso nos trabalhos. Sendo este o trimestre com melhor performance neste indicador (média de 65,1% de cumprimento), pode-se atribuir o resultado aos constantes esforços da equipe técnica e da Supervisão Metodológica para tornar as ações junto à rede e ao público mais efetivas na garantia da regularidade do cumprimento. A ampliação da rede parceira, o investimento nos espaços de acompanhamento e a regularidade dos procedimentos de monitoramento mostraram-se capazes de elevar o índice de cumprimento regular das alternativas penais e gerar efeitos positivos no indicador. Ainda que enfrentando dificuldades, a equipe conseguiu desenvolver intervenções em situações que impactam no cumprimento com maior eficácia e profundidade – o que elevou a taxa, principalmente no mês de setembro. Desta feita, as ações seguirão sendo aprimoradas e sob a ação de todos os envolvidos, espera-se a elevação do percentual de cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela Central nos próximos períodos avaliatórios.

Por fim, importa destacar o desempenho de Ibirité nesse indicador:

- **Ibirité:** Este município tem apresentado baixos índices de cumprimento durante parte significativa dos meses de 2022. Contudo, em julho e agosto a meta foi atingida e até mesmo ultrapassada, mas o baixo número em setembro manteve o percentual na média de 73% no trimestre vigente. Essa unidade acompanha, em montante expressivo, casos com determinação de Medida Protetiva de Urgência, executando Ações de Responsabilização na esfera individual e grupal. Nos processos de intervenção da equipe, se observa que os homens autuados na Lei Maria da Penha que apresentam irregularidades e conseqüente descumprimento, procedem com faltas injustificadas aos encontros grupais e atendimentos, não respondem positivamente as intervenções da referência técnica, manifestam maior resistência com a medida e discurso mais intenso de naturalização das violências. Partes desses, após os primeiros atendimentos, não retornam a UPC, mesmo com todos os procedimentos de monitoramento (ligação, mensagem e carta). O tempo entre a inscrição e a baixa por descumprimento nessa unidade dentro do 15º período avaliatório não extrapolou a média de 5 meses, a exceção de dois casos. A pauta sobre estratégias para atendimento com esses casos é mantida constantemente entre equipe e supervisão para que sejam superados os desafios postos a esse percentual, mas apresentados de maneira individualizada por cada caso.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.075	2.982
Descrição do Indicador	
O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede.	

Para fins deste indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais;
- 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais;
- 5) Visitas de captação de novos parceiros;
- 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizadas cumulativamente 2.982 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.075, o objetivo não foi alcançado. No entanto, alcançou-se 96,9% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	0	0	13	13
BELO HORIZONTE	288	95	129	72	584
BETIM	64	18	9	22	113
CONTAGEM	193	22	30	16	261
DIVINOPOLIS	82	16	14	17	129
GOVAL	98	20	20	19	157
IBIRITE	137	23	9	12	181
IPATINGA	144	25	26	27	222
JUIZ DE FORA	202	34	21	30	287
MONTES CLAROS	81	13	17	21	132
RIBEIRÃO DAS NEVES	115	48	24	20	207
SANTA LUZIA	113	11	28	13	165
SETE LAGOAS	147	15	15	13	190
UBERABA	59	18	19	9	105
UBERLÂNDIA	83	16	14	0	113
VARGINHA	0	-	-	-	0
VESPASIANO	89	8	13	13	123
TOTAL	1.895	382	388	317	2.982

No período em análise, a CEAPA desenvolveu 2.982 articulações junto às redes de apoio – quantitativo que fica abaixo das 3.075 ações esperadas para o trimestre. O montante demonstra um aumento gradativo de interlocuções, mas, ainda que em progresso, dado o desempenho do Programa nos períodos anteriores, não permite que o acumulado de ações atinja o patamar estabelecido como meta no acumulado do ano.

Posta assim a questão, há que se considerar que a evolução até aqui registrada é desdobramento da atuação de vários atores que compõem o sistema de Alternativas Penais. Fruto de esforços somados, as articulações desenvolvidas com a rede parceira exigem a (re)construção de fluxos e instâncias de interação entre as instituições que revelam a complexidade do indicador e a importância dessa frente para a efetividade e consolidação das Alternativas Penais. Por isso, analisar as ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio é também observar a interatividade da sociedade civil e do Sistema Judicial Penal na estruturação, no acompanhamento, implementação e avaliação das penas e medidas restritivas de direitos acompanhadas.

Levando isso em consideração, as frentes de trabalho que compõem o indicador refletem as estratégias do Programa de fortalecimento da pauta através do estímulo ao protagonismo da rede parceira. Nesta esteira, o desempenho de todos os municípios em que a CEAPA atua está associado à necessidade de qualificação das entidades para a co-execução das Alternativas Penais. Considerados os atravessamentos que excetuam a constatação, a CEAPA investiu de maneira estratégica no contato com os parceiros para alinhamento metodológico, aprofundamento em aspectos e temáticas que perpassam o cumprimento e atenção às demandas sociais apresentadas pelo público. Com efeito, este foi o período avaliatório de 2022 em que a CEAPA: realizou maior quantitativo de visitas às instituições que recebem o público de Prestação de Serviços à Comunidade (518 visitas); mais visitou instituições que desenvolvem PEAPs (19 visitas) e; mais se reuniu com a rede de Proteção Social que atua nos municípios para discussão de casos (36 encontros). Consoante a isso, este foi o ciclo avaliatório de maior adesão dos parceiros aos encontros de rede promovidos pelo Programa (170 instituições estiveram presentes nos 15 espaços realizados).

É sobretudo importante assinalar que estas ações são executadas primordialmente pelos profissionais de ponta dos serviços e permite a aproximação dos atores que lidam diretamente com o público que cumpre as alternativas penais. Assim, as atuações desenvolvidas exclusivamente pelos analistas sociais demonstram o maior quantitativo no ano e, deve ser interpretado levando em consideração não somente a proporcionalidade numérica dos profissionais, mas, também, à luz do objetivo dos feitos. Ainda que interligado ao trabalho da gestão social e reflexo das ações da Supervisão Metodológica, os esforços dos analistas demonstram o refinamento do olhar às entidades que compõem a rede e visam a construção de trabalho alinhado com os princípios e diretrizes das Alternativas Penais, considerando o perfil do público atendido. Por isso, há que se destacar que este foi também o período avaliatório do ano com maior número de parcerias desativadas – fato que revela o empenho de tornar o catálogo de parceiros condizente com a realidade dos municípios – elemento primordial para a efetividade na execução das penas monitoradas.

Por terem sido desenvolvidas neste sentido em todas as Centrais, quando comparadas ao período avaliatório anterior, o quantitativo de ações demonstra estabilidade, mas ganha destaque em alguns municípios:

- **Ribeirão das Neves:** na contramão da tendência das Centrais, este município realizou quantitativo de articulações 53% maior que o estipulado em meta. A execução está diretamente associada ao cenário da Alternativa Penal de Prestação de Serviços à Comunidade: há acúmulo de casos a serem inseridos no cumprimento. Tal realidade movimentou diversas frentes do indicador visto que, para sanar a adversidade, demanda aproximação, qualificação e refinamento da rede para ampliar as possibilidades de execução da pena. Assim, este foi o trimestre do ano em que a equipe mais investiu em visita para a captação de novas parcerias e de maior presença nos espaços físicos dos parceiros para a qualificação e monitoramento do cumprimento. Nesta seara, a Central impulsionou a presença das instituições na Unidade de Prevenção à Criminalidade para reuniões de aprimoramento dos trabalhos e estreitamento de laços. Por iguais razões, ainda no trimestre, a CEAPA promoveu no mês de julho um Encontro de Rede para a discussão de pautas das Alternativas Penais que levou o indicador ao ápice no ano. Como consequência, este foi o período com maior volume de ações executadas exclusivamente pelos analistas sociais – fato condizente com a necessidade de aprimoramento do trabalho técnico e aproximação da rede parceira. No mais, há que se destacar que o trabalho desenvolvido na ponta dos serviços permitiu ainda que maior quantitativo de casos fossem discutidos com a rede a fim de promover estratégias de proteção social do público atendido.

Em encerramento, espera-se que nos próximos trimestres, ainda que o cumulado de casos a serem inseridos no cumprimento da PSC diminua, as ações de rede sigam em qualificação e reverberem de maneira positiva na atuação técnica e na performance deste e dos demais indicadores.

Posta assim a questão, é de se dizer que o desempenho do município supracitado não é parecido com as demais centrais: enquanto aquele se destaca pelo grande quantitativo, estes se assemelham pela performance próxima ou aquém da meta estabelecida. Para analisar tal fato, é relevante destacar que o Indicador em análise sofre grande influência da organização e disponibilidade das equipes técnicas para atividades externas à Unidade de Prevenção à Criminalidade. Por este e outros motivos, destacam-se os municípios:

- **Betim:** Este município tem apresentado constantes desafios para a concretização de um trabalho que contemple todas as frentes previstas para uma Central de Alternativas Penais. Se por um lado são executadas porcentagens muito superiores às esperadas no indicador de atendimentos, nos outros dois aferidores essa unidade não consegue entregar os números pactuados. O baixo número de ações e articulações de rede é reflexo de uma equipe que durante o ano de 2022 funcionou quase sempre em composição reduzida, bem como passou, em menos de um ano, pela troca de todos os seus membros, sendo algumas das vagas alteradas por mais de duas vezes. A inconstância da equipe leva à pouca apropriação e maturação dos profissionais, mas, somado a isso, se tem uma unidade com dificuldade de implementar uma organização consistente e sistematizada de atuação com a rede. Ao passo, isso se faz uma pauta constante de atuação da supervisão metodológica e da gestão social – inclusive com suporte efusivo da diretoria.

Como resposta a essa dificuldade, foi sedimentada a regionalização referenciada e escrita de projeto com cronograma para atuação coletivizada com a rede, mas essas estratégias não foram concretizadas de modo satisfatório mediante a instabilidade da equipe.

- **Uberlândia:** A unidade do município de Uberlândia não apresentou alcance desse indicador no período avaliatório anterior. Contudo, isso se repete no terceiro trimestre de 2022, mas de modo mais significativo. Como contexto, nos meses anteriores, se observou junto a equipe pouca apropriação da rede parceira e consequente ausência de estratégias de articulação nesse eixo - bem como nas demais frentes de trabalho. Situação tal, que no último trimestre, por construção da gestão, diretoria, supervisão e RH do Instituto Elo, foi definida a descontinuidade e alteração integral da equipe. Isso, em consequência, culminou no impacto nas ações de rede no mês de setembro, não tendo sido realizada nenhuma intervenção dentro das modalidades do presente no indicador, o que levou o executado a uma drástica queda no período de avaliação. Desta feita, insta destacar que, esse processo de troca e necessidade de capacitar a nova equipe deverá ainda causar efeitos nas metas do município também no próximo trimestre.

Para mais, ainda tratando particularidades de algumas Centrais, há que se destacar no indicador:

- **Araguari:** o município teve sua replantação no final do período em análise e, em decorrência disso, no mês de setembro executou 13 articulações junto à rede de apoio – quantitativo que extrapola a meta da Central. Convém ponderar que as ações foram desenvolvidas exclusivamente pela gestão social e versaram sobre a discussão e estabelecimento de fluxos de encaminhamento de alternativas penais ao Programa. Assim, nos próximos períodos avaliatórios a tendência é de maior expressão do município no indicador com a atuação da equipe técnica na interlocução com as entidades parceiras na execução das penas e medidas no município. De toda feita, é de memorar a retomada das atividades da CEAPA no município após período de suspensão e registros nos relatórios anteriores.

- **Juiz de Fora:** Nesse município realizou-se 94% da meta esperada para o período, já que no mês de agosto – único em que a meta não foi alcançada – as visitas de monitoramento apresentaram queda e o encontro de rede planejado precisou ser adiado para que a mobilização das instituições parceiras fosse mais assertiva. É importante enfatizar que a organização interna é fator primordial para que as articulações de rede sejam realizadas com constância, qualidade e quantidade, e a equipe está orientada nesse sentido.

- **Uberaba:** Este município, que se destaca nos últimos meses com superação das expectativas para o indicador 4.1, não tem conseguido replicar dados satisfatórios no indicador que quantifica a atuação no eixo de rede. Apesar de no trimestre atual a unidade ter alcançado a meta, em termos acumulados, a Central tem funcionado aquém do previsto. Como contexto que elucida o porquê desses dados no decorrer do ano, se tem o primeiro semestre marcado pela saída de duas analistas, que levou a vivência de significativo período de defasagem antes da recomposição da equipe, sendo necessária a organização para que os atendimentos (demanda expressiva) fossem priorizados. De todo modo, com a equipe restaurada, capacitada e com maior propriedade do trabalho, no trimestre vigente se observou a execução de rede conforme esperado.

Como encerramento, após as análises tecidas, é primordial interpretar o avanço da CEAPA no indicador à luz do empenho de diversos atores para a consolidação dos trabalhos através da promoção de alinhamentos, metodologias e ações. Contudo, visto a importância da rede parceira para o cumprimento das Alternativas Penais, ainda é necessário traçar estratégias e ações de investimento nessa frente de trabalho de maneira a produzir melhores resultados. Garantir organização das atividades para lançar forças de maneira constante, eficiente e fluida nas ações de rede ainda é um desafio para as Centrais e requer dos agentes maior empenho para que a qualificação da relação com os parceiros seja contínua – visando melhor capacidade e sensibilidade para as questões que envolvem a execução da alternativa penal e reflexos positivos nos demais indicadores do Contrato de Gestão.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
17.388	16.841
Descrição do Indicador	
<p>O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.</p> <p>Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos; 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento; 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos; 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar; 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença; 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença. 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença. 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizados cumulativamente 16.841 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 17.388, não foi possível alcançar o objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	1.761	431	420	432	3044
BETIM	749	134	173	121	1177
CONTAGEM	788	164	147	98	1197
DIVINÓPOLIS	192	36	47	54	329
GOVERNADOR VALADARES	530	96	107	78	811
IBIRITÉ	210	63	74	50	397
IPATINGA	847	204	155	124	1330
JUIZ DE FORA	881	204	219	207	1511
MONTES CLAROS	1.096	168	180	188	1632
RIBEIRÃO DAS NEVES	884	232	192	185	1493
SANTA LUZIA	516	101	93	92	802
SETE LAGOAS	327	82	66	125	600
UBERABA	501	84	66	69	720
UBERLÂNDIA	1.053	140	155	175	1523
VESPASIANO	157	55	25	38	275
TOTAL	10.492	2.194	2.119	2.036	16841

Neste período avaliatório o programa PrEsp atingiu e superou a meta pactuada, demonstrando o avanço do trabalho e o sucesso das intervenções realizadas nos períodos avaliatórios anteriores. Este resultado é fruto de um conjunto de ações e condições que foram desenvolvidas e propiciadas por toda a equipe de profissionais envolvidos. Não obstante, o atingimento da meta cumpre pormenorizar e dar relevo aos fatores que perpassaram a execução das ações neste trimestre.

Como destaque para a promoção do alcance da meta indicamos o município de Belo Horizonte que, pelo número de analistas e estagiários, representou uma forte contribuição para o indicador e que, pela primeira vez no ano, apresentou um desempenho dentro do esperado.

A Acréscimo registrado para o indicador de atendimentos na equipe de Belo Horizonte ocorreu a partir da construção de um plano de ação entre gestão social, equipe e supervisão metodológica. Neste último, foram propostas ações com maior investimento nas frentes coletivas com pessoas inscritas no Programa e em fomento de ações de apresentação na rede parceira no município a fim de expandir as “portas de entrada” do PrEsp. Tais ações coletivas de apresentação com o público representaram 39% do indicador de atendimento da equipe de Belo Horizonte, sendo o restante atendimentos/acompanhamentos em intervenção individual.

A equipe também intensificou atividades coletivas com egressos acompanhados através do grupo reflexivo “Vivências” e com os egressos inseridos e encaminhados para cursos profissionalizantes ofertados pelo programa. Com isso, foi possível notar uma maior circulação de egressos na UPC, resultando em uma média de 50 novas inscrições realizadas em cada mês do trimestre deste período avaliatório e na manutenção da elevação dos números deste indicador diversificando as frentes de trabalho.

Tais assertivas são evidentes quando analisamos a forma de chegada do público à Unidade de Belo Horizonte. Tivemos uma elevação significativa neste período avaliatório no que se refere à forma de chegada do público. Das 152 inscrições realizadas, 72 (representando 47%) foram encaminhadas pela rede do município. A elevação de tal forma de chegada no Programa tem um impacto positivo, pois joga luz a uma das propostas metodológicas do PrEsp, que é diversificar a forma de chegada do público para além dos encaminhamentos do sistema de justiça (condicionalidade de assinaturas). O município de Belo Horizonte já apresentava esta diversidade, mas vale destacar como a equipe conseguiu alcançar tais resultados a partir de um conjunto de ações estratégicas acompanhadas pelos atores desta política.

Outra equipe que apresentou um desempenho similar foi Ribeirão das Neves, que, a partir das intervenções da supervisão, conseguiu melhorar de maneira significativa seu número de atendimentos. Deste modo, a UPC se aproximou de seu potencial, considerando a população egressa residente no município. Ressaltamos ainda que em ambas equipes, apesar de observarmos uma significativa parcela de atendimentos oriundos de ações coletivas sobretudo com pré-egressos nas Unidades Prisionais, estes atendimentos não representam a principal frente de trabalho, percebendo-se, assim, um salto de qualidade e apropriação metodológica por parte das equipes.

Em um cenário de estabilização positiva e consolidação do trabalho realizado, temos os municípios de Juiz de Fora e Montes Claros, que mantiveram o incremento do indicador de atendimentos, superando a meta prevista para o trimestre. Deste modo, tal progressão tem sido acompanhada, observando as repercussões sobre o corpo técnico e sobre a qualidade das atividades desenvolvidas.

Ainda neste trimestre, a equipe de Juiz de Fora recebeu três novos profissionais, se apresentando composta por três analistas e dois estagiários, proporcionando maior disponibilidade para as diversas frentes de trabalho executadas. De modo similar, para Montes Claros, com o alcance da meta prevista, mas ainda com alto impacto dos grupos com pré-egressos em Unidades Prisionais no resultado do indicador, observou-se a manutenção de uma proporcionalidade que considerou um maior investimento em números de atendimentos e acompanhamentos ao público egresso do sistema prisional e familiares enquanto frente prioritária de atuação.

Uberlândia, da mesma forma, apresentou números estáveis, acima da meta, precisando, contudo, de intensificar os esforços nos atendimentos de acompanhamento dentro da unidade de prevenção. Santa Luzia também alcançou a meta estipulada para o trimestre, em todos os meses que o compõe. Essa realidade foi pautada por alterações significativas na organização dessa equipe, considerando maior investimento em discutir pontos primordiais da metodologia. Alguns tópicos se referem ao vínculo com público e acompanhamento, além de alterações no quadro de profissionais que compõem a equipe e maior entrada na rede de serviços, com destaque para início das atividades coletivas, grupos reflexivos quinzenais, na APAC junto aos pré-egressos.

Num cenário de instabilidade e sofrendo intervenções de maneira mais sistematizada estão os municípios de Betim, Contagem e Uberaba, todos sofrendo efeitos do processo de renovação das equipes. Equipes estas que possuem

analistas recém-chegados, com a necessidade de treinamento para apropriação das frentes de trabalho e metodologia.

Em Contagem, no início deste período avaliatório a equipe apresentou um acréscimo significativo no que toca ao indicador de atendimento, registrando, no último mês, um declínio considerável. Diversos são os fatores que comprometeram esse indicador, desde o investimento da equipe em ações coletivas com egressos acompanhados, pré-egressos e ações de apresentação até a recomposição desta equipe, em que tivemos o desligamento de uma analista mais antiga tida como referência desta equipe, sendo mantida a equipe com duas analistas novatas.

Assim, foi necessário o investimento da supervisão metodológica no treinamento e apropriação da equipe de Contagem, comprometendo algumas frentes de trabalho. O que foi notado no último mês deste período avaliatório, no qual tivemos uma analista a menos, sendo desafiador o cumprimento da meta para o município que se espera um número mais alto. Entretanto, mesmo diante deste desafio, consideramos que os números entregues nos dois primeiros meses deste PA equilibram o trimestre como um todo.

Cabe destacar, ainda, o início de grupos reflexivos na Penitenciária Nelson Hungria com pré-egressos. Já havia alguns anos que não era possível a entrada nesta Unidade Prisional diante do baixo número de pessoas público do programa e, também, o cenário desafiador de constantes fugas e interdições. Após a retomada da articulação da gestão social, foi possível analisar junto a diretoria de atendimento o quantitativo e o início desta frente de trabalho.

Já o município de Uberaba tem sofrido impacto nos indicadores, em especial no de atendimento em virtude da instabilidade de equipe de analistas, inclusive devido ao desfalque de todos os analistas da equipe por quase 10 dias. Apesar disso, no último mês do período avaliatório, a equipe foi recomposta e esperamos que já no próximo trimestre o alcance de metas seja efetivado. Ressaltamos, apesar de todas as adversidades, o público tem circulado pela unidade, tem sido encaminhado pela rede e tem demandado o Programa, o que demonstra que o PrEsp ocupa lugar de importância no atendimento à população egressa do município.

Também com instabilidade, o município de Governador Valadares apresentou contexto diverso, porém, a análise que a supervisão realizou no acompanhamento desta equipe perpassa fatores pontuais de ordem pessoal à organização de vida de alguns egressos, que não estavam disponíveis para retornarem à UPC, conforme devolutiva do próprio público. Foi possível nesse período avaliatório, a partir dos cursos ofertados ao PrEsp, a condução de grupos com egressos inscritos na Unidade, elevando os números de atendimentos na UPC e impactando diretamente também na adesão desse público. A equipe não mediu esforços para o planejamento e mobilização para ações coletivas, mas ainda sim temos observado um volume baixo de pessoas circulando na Unidade.

Desse modo, avaliamos que a retomada dos grupos na penitenciária do município alavancará este indicador entendendo como estratégico diante do volume de pré-egressos no local. Sendo necessária a retomada da articulação com esta Unidade Prisional, cabe destacar a ausência da gestão social afastada por condições de saúde desde a segunda quinzena de agosto, o que impacta em articulações como esta.

Em cenário específico temos 4 municípios de “Implantação”, em que se observa um grande desafio em consolidar a atuação do programa. Sabe-se que a pauta da pessoa egressa é bastante polêmica e, por questões de estrutura social, é recorrentemente invisibilizada, sendo necessários esforços além dos ordinários para trazer este tópico de maneira viva na rede de atenção dos municípios.

Cada município de implantação enfrentou desafios específicos que vêm sendo identificados e enfrentados de maneira consistente e coerente com a metodologia desde a inauguração. Destacamos, portanto, Ibirité, município marcado por um aumento progressivo do indicador de atendimentos, resultado do investimento em atividades coletivas junto ao público que circula pela rede, e de articulações para encaminhamento do público, sobretudo serviços de atenção à pessoa em situação de rua e judiciário, com o indicativo em ata para acesso voluntário ao programa, promovidas neste trimestre.

Em Divinópolis, assim como em Ibirité, foi possível observar um aumento progressivo de atendimentos neste período avaliatório. Para além das ações reflexivas nas Unidades Prisionais, no município tem sido possível ações coletivas em parceiros da rede como nas Comunidades Terapêuticas e nos serviços de acolhimento a pessoas em situação de rua. Cabe destacar ainda um aumento interessante no que se refere aos retornos na UPC. Além disso, a partir da ação de apresentação realizada em uma Comunidade Terapêutica, foi possível a inscrição de algumas pessoas presentes nessa ação de apresentação impactando positivamente neste indicador.

Dentre as implantações, a equipe de Sete Lagoas completou um ano de atuação no mês de setembro, o que traz reflexões sobre os indicadores apresentados por esta. No que toca ao indicador de atendimentos, a equipe neste trimestre, apresentou uma evolução do indicador culminando na superação do mesmo no último mês do trimestre. Essa meta é alcançada, sobretudo, a partir das atividades coletivas reflexivas com pré-egressos em Unidades Prisionais, como atividades coletivas na APAC Sete Lagoas e no Presídio Promotor José Costa, e, ainda, em serviços

da rede parceira como Comunidades Terapêuticas para apresentação do programa para egressos, o que se configurou como 84% do total do indicador no mês de setembro, por exemplo.

Portanto, tal quantitativo não refletiu a taxa de egressos inscritos ou que acessaram para acompanhamento, esse número ainda se apresenta baixo nesse trimestre. Diante disso, foi necessário realizar uma análise mais aprofundada sobre a não chegada do público para atendimento, apesar do grande investimento em apresentação do Programa e circulação em espaços onde é possível ter acesso aos egressos e pré-egressos. Foram identificados aspectos metodológicos associados ao manejo com o público como dificuldade de vinculação, ausência de leitura sobre o público e proximidade com a rede parceira. Ao final do trimestre, uma articulação foi iniciada junto à gestão, com o intuito de trabalhar aspectos observados na equipe de analistas e elaboração de um plano de trabalho pautado em intervenções direcionadas aos pontos observados, a fim de qualificar o indicador de atendimento, o que pode refletir significativamente no próximo período avaliatório.

Já Vespasiano se apresentou como o município que ainda tem os menores indicadores e que vem sofrendo com diversas questões relacionadas à mobilidade do público e à localização não estratégica da UPC no município, em virtude de uma dinâmica criminal recentemente constatada. Isto posto, as intervenções vêm sendo mais severas, o que demanda a construção sistemática de alternativas viáveis para o alcance do público egresso. Dessa forma, destaca-se a promoção de atendimentos estratégicos em espaços diversos da Unidade de Prevenção, como CRAS, UPC de Base Local, Fórum, equipamento de atenção à população em situação de rua, tudo com o cuidado necessário para não desvirtuar a metodologia do programa. Além disso, a supervisão e gestão vêm reforçando pontos de trabalho com a equipe favorecendo a formação de vínculo com o público e a entrada em acompanhamento.

Por fim, outro fator geral que favoreceu os resultados obtidos neste trimestre foi a contratação de estagiários, que, apesar de ainda não terem experiência, somam esforços com as equipes de analistas possibilitando a maximização dos resultados alcançados.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
78%	83,2%
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 83,2%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78%, a meta foi alcançada. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	0	0	0,0%

BELO HORIZONTE	734	886	82,8%
BETIM	314	393	79,9%
CONTAGEM	201	238	84,5%
DIVINOPOLIS	25	45	55,6%
GOVAL	131	151	86,8%
IBIRITE	83	99	83,8%
IPATINGA	201	275	73,1%
JUIZ DE FORA	472	509	92,7%
MONTES CLAROS	300	338	88,8%
RIBEIRÃO DAS NEVES	227	251	90,4%
SANTA LUZIA	157	190	82,6%
SETE LAGOAS	17	29	58,6%
UBERABA	133	171	77,8%
UBERLÂNDIA	117	153	76,5%
VESPASIANO	11	26	42,3%
TOTAL	3.123	3.754	83,2%

Neste período avaliatório o programa atingiu a meta esperada do indicador de adesão, tendo neste trimestre uma média de 83% de adesão do público com o programa. Mas importante destacar que alguns municípios não conseguiram alcançar os 78% de adesão esperados (representando os 100% da meta) deste indicador, e o volume alcançado por outras UPC's elevou o indicador acima da meta, considerando a leitura nos 15 municípios de atuação do programa atualmente.

Notou-se que em Ipatinga e Uberlândia o cenário apresentou leitura semelhante, uma vez que a queda deste indicador foi proporcional ao volume de chegada de novos egressos para serem inscritos no programa bem como ações de apresentação que propiciam essa chegada ao PrEsp. Em Ipatinga, cabe destacar o alto número de inscrições associado ao expressivo número de egressos residentes em outros municípios que acessam o Programa para atendimento e não se configuram como público para inscrição, além das atividades com pré-egressos em Unidades Prisionais como elementos que repercutiram no quantitativo apresentado por tal indicador, visto que a equipe também tem investido no retorno do público inscrito.

Em Uberlândia, houve uma variação no percentual de adesão inversamente proporcional ao número de inscrições realizadas, conforme se espera pela própria fórmula do mesmo. Este resultado foi observado considerando o trabalho da supervisão junto a esta equipe, qualificando os grupos de apresentação para fomentar de maneira mais efetiva a chegada do público ao Programa, uma vez que o fluxo de pessoas na UPC é consideravelmente maior que os efetivamente acompanhados.

Em ambos os municípios a supervisão metodológica vem trabalhando com foco na ampliação e qualificação do acompanhamento dos usuários visando um equilíbrio entre os atendimentos de retorno e as inscrições. Tal atuação é corroborada a partir da leitura de que o equilíbrio citado se configura como um ponto de atenção no desenvolvimento do trabalho por tais equipes devido à significativa oscilação apresentada.

Ainda fora do alcance almejado para este indicador, Contagem e Uberaba apresentaram oscilação na adesão do público, justificada pela recomposição de equipe. Neste trimestre, o município de Contagem não alcançou, pela primeira vez, a meta no último mês deste período avaliatório. Isso se deve à impossibilidade de alcançar todas as frentes de trabalho com efetividade por parte da equipe. Diante da saída da analista mais antiga no início do mês de setembro (tendo equipe completa somente nos 4 primeiros dias úteis do mês), a equipe de analistas novatas, que ainda está se apropriando do trabalho, teve que cumprir algumas agendas de rede já estabelecidas anteriormente, cobrir os atendimentos que chegaram à UPC e os grupos pré-agendados, não sendo possível o investimento em mobilização do público para retorno aos atendimentos.

A diminuição de atendimentos de retorno impactou diretamente no indicador de adesão, mas a supervisão metodológica avaliou tal situação como pontual, não generalizando de forma negativa diante da análise dos períodos avaliatórios anteriormente entregue pelo município de Contagem.

Já em Uberaba, percebemos impacto na adesão desta equipe, uma vez que passou por recomposição completa neste período e era esperado que o vínculo dos atendidos com o Programa fosse afetado. Ressaltamos, porém, um fluxo considerável de usuários nas dependências da UPC, expressando o vínculo do público com o Programa e viabilizando a recuperação de maneira ágil do vínculo com a nova equipe. Ressaltamos ainda a boa divulgação e referenciamento do Programa no município mesmo com os contratemplos nesta recomposição de equipe. Obtivemos um número alto de inscrições, todas de maneira espontânea ou encaminhadas pela rede, visto que neste município não existe parceria com o judiciário para coleta de assinaturas.

No que toca aos municípios que estão completando o primeiro ano desde a implantação, notamos que ainda apresentam uma baixa taxa de pessoas inscritas, e o não sistemático retorno desse público mensalmente, devido a uma série de atravessamentos que diz respeito à própria organização do público ou manejo de equipe, deixando a oscilação deste indicador mais evidente. Desse modo, o acompanhamento acaba repercutindo de forma significativa nos indicadores de atendimento e adesão, entretanto é visível o investimento destas equipes na evolução das frentes de trabalho.

Observamos que, em Divinópolis, desde que o município iniciou de forma mais ativa as ações de apresentação, o indicador de adesão sofreu declínio diante do volume de contato com egressos que ainda não são inscritos no Programa. Entretanto, nesse período avaliatório foi possível perceber o retorno desta frente de trabalho da equipe em que, mesmo sem alcançar a meta estipulada, houve acréscimo na porcentagem entregue, e, ainda, inscrições e retorno em atendimentos na UPC a partir do primeiro contato com a ação de apresentação na rede.

Em Ibirité, houve um aumento expressivo do indicador de adesão neste trimestre, resultado do investimento da equipe em promover a vinculação com o público inscrito a partir de contatos, agendamentos a fim de viabilizar o retorno e estruturação do acompanhamento.

Já no município de Sete Lagoas a alta taxa de atividades coletivas com público não inscrito (egressos e pré-egressos) e o baixo retorno do público já inscrito para acompanhamento, refletem de forma significativa nesse indicador, o que repercutiu na necessidade de intervenções estratégicas junto ao público acompanhado. Ainda, ao final deste período avaliatório, iniciou-se a elaboração do plano de trabalho que visa contemplar de forma corretiva a baixa vinculação do público inscrito como um dos pontos de atenção para a atuação dessa equipe.

Damos destaque a equipe de Vespasiano no que se refere a adesão baixa dos egressos com o Programa. O município vem enfrentando desafios para atingir o indicador de adesão e percebemos que a questão da mobilidade no município é um fator impactante para o retorno do público ao Programa. Além disso, a equipe foi capaz de identificar que o local onde a UPC está localizada não é território neutro na dinâmica de criminalidade, sendo de difícil acesso por boa parte do público que pode sofrer represálias ao transitar no território.

Deste modo, o acréscimo no número de inscrições realizadas no mês de setembro pode até impactar negativamente este indicador, mas deve ser lido como positivo pois espera-se que progressivamente a equipe tenha êxito em alcançar mais egressos passando a acompanhá-los, tendo efeitos positivos para o indicador de atendimento. Com relação aos desafios de mobilidade e territorialidade anteriormente citados, cumpre ressaltar que já estão sendo adotadas medidas que visam minimizar esse efeito. Para tanto, a equipe tem se deslocado para realizar atendimentos fora da Unidade, sendo possível ofertar o atendimento seja na base local, nos equipamentos de assistência e da rede parceira de maneira geral.

Percebemos, ainda, que de maneira geral as equipes vêm entregando bons resultados no que se refere às medidas esperadas para este indicador, uma vez que o acompanhamento é norte para vinculação do público ao programa, bem como a chegada de novos egressos. Isso é perceptível em Belo Horizonte.

Tal equipe alcançou a meta desse indicador assim como nos demais períodos avaliatórios passados. Mesmo a equipe elevando as ações de apresentação substancialmente como percebido no volume de ações de apresentação na rede e o aumento desejável de novas inscrições, cabe destaque a manutenção daquilo que se é esperado, os 78% de vinculação do público ao Programa. Isso demonstrou um fortalecimento de vínculo entre o público e o Programa no município de Belo Horizonte, e o esforço desta equipe na continuidade de mobilização do público para retorno mesmo tendo que aumentar a chegada de novos egressos à UPC.

Governador Valadares também vem apresentando porcentagem satisfatória no que se refere à adesão do público. Com destaque às ações coletivas atreladas à empregabilidade, que têm tido bom retorno na vinculação do público com o Programa. A equipe tem investido cada vez mais na temática atrelada ao mundo do trabalho, que é uma das principais demandas apresentadas pelos egressos do sistema prisional. Grupos reflexivos e pontuais têm movimentado de forma positiva a presença de egressos na UPC impactando na construção de novas possibilidades de elevação de renda.

Outro município de destaque é Juiz de Fora. Mesmo apresentando uma pequena queda no indicador de adesão, em comparação ao último período avaliatório, notou-se nesse ínterim o aumento do número de inscrições a partir da maior entrada da equipe em Unidade Prisional, com encaminhamentos ou a partir da participação de pré-egressos em atividades coletivas realizadas, além da retomada de encaminhamentos por serviços da rede como Centro Pop e outros. Cabe ressaltar que essa equipe também apresentou um número significativo de reaberturas de casos, o que pode impactar neste indicador a partir da alta da taxa de retornos de casos antigos, em um movimento de atualização de casos que não acessam há mais de um ano o Programa para continuidade do acompanhamento.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.206	1.618
Descrição do Indicador	
<p>O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.</p> <p>Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos; 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município; 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa; 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos. 6) Visitas às unidades prisionais. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 foram realizadas cumulativamente 1.618 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.206, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

UPC	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	124	24	27	19	194
BETIM	52	9	9	4	74
CONTAGEM	46	7	5	7	65
DIVINOPOLIS	66	13	11	11	101
GOVAL	36	8	8	5	57
IBIRITE	160	13	15	8	196
IPATINGA	61	10	8	7	86
JUIZ DE FORA	71	15	14	15	115
MONTES CLAROS	89	5	16	9	119
RIBEIRÃO DAS NEVES	76	25	13	12	126
SANTA LUZIA	75	7	14	10	106
SETE LAGOAS	80	10	10	9	109
UBERABA	80	10	12	12	114
UBERLÂNDIA	42	12	13	10	77
VESPASIANO	45	10	10	14	79
TOTAL	1.103	178	185	152	1.618

Neste período avaliatório, observou-se uma queda no indicador de mobilização de rede em comparação ao anterior e, ainda assim, a meta estipulada foi superada. Este cenário pode estar associado a uma gama de fatores que se evidenciaram na realidade das equipes do Programa, sobre os quais apresentaremos abaixo.

Essa articulação com a rede parceira é extremamente pertinente ao trabalho desenvolvido pelo PrEsp, visto que propicia discutir também junto à rede pautas pertinentes ao público promovendo outras possibilidades de atuação junto aos parceiros e ao público circulante, como observado em Belo Horizonte.

Ao compararmos este indicador com o período avaliatório anterior, no município supracitado, notamos uma pequena elevação na quantidade total de ações de rede. Nesse sentido, um quantitativo significativo de articulações resultou nas ações coletivas de apresentação com o público não inscrito no programa e que circulam por tais serviços, refletindo positivamente ainda no indicador de atendimento.

Cabe destaque para a ação realizada na rede com mulheres trans profissionais do sexo que, após apresentação do Programa em um Hotel em que vivem e trabalham, proporcionou um retorno positivo. Dentre as participantes, três eram egressas do sistema prisional e as três, após a intervenção de apresentação, foram à UPC com demandas possíveis de acompanhamento. Assim, foi realizada a inscrição. Mobilizações como esta favorecem a visibilidade do programa entre os participantes.

Outro ponto relevante neste trimestre para tal indicador remete ao fato de que mesmo com a intervenção metodológica, após orientações da diretoria do PrEsp em relação à necessidade de aumento deste indicador através de um investimento maior da gestão social na condução das articulações de rede, percebe-se que a gestão esteve envolvida ativamente em apenas 37% das articulações de rede deste período avaliatório, necessitando um maior investimento deste ator. Isso se faz necessário na manutenção da relação estratégica da gestão social enquanto articulador político, acompanhando de perto o que tem sido dialogado nos espaços de proteção social do município.

Sendo assim, a disponibilidade de toda equipe técnica se apresenta como primordial para a execução das frentes de trabalho, entre elas a mobilização de rede, de modo que notamos que foi um fator que impactou no desempenho apresentado por algumas equipes em tal indicador.

Em Betim, neste trimestre, observamos que no mês de setembro houve uma queda nas mobilizações de rede relacionada a um quadro reduzido de funcionários. Além disso, impactos como a ausência de auxiliar administrativo na unidade fez com que a Gestão e equipe ficassem absorvidas por demandas internas dificultando a realização de articulações de rede. Além disso, o dispêndio de recursos de pessoal para a mobilização para os cursos executados pela ASMEC impactou na capacidade de articulação da equipe.

Em Governador Valadares, ao compararmos o período avaliatório passado, observamos um acréscimo neste indicador mesmo com o desafio que a equipe encontrou em executar articulações estratégicas com o afastamento da gestão social por motivos de saúde. Essa elevação foi possível a partir do investimento de tal equipe em mobilização de rede associada às discussões de casos de egressos acompanhados no Programa. Ressaltamos, portanto, neste trimestre, a promoção de articulação sistemática com a rede de serviços, a partir das intervenções necessárias aos casos em acompanhamento no programa, seja por meio de discussões de casos ou visando fortalecer ações pertinentes a pautas que atravessam a realidade do público.

Mediante a isso, em Ribeirão das Neves, no mês de julho, o indicador teve um acréscimo notável, atribuído a um encontro de rede promovido pela equipe do PrEsp, que mobilizou diversas instituições, dando maior visibilidade às pautas atinentes à política de prevenção no município e ampliando as possibilidades de construções conjuntas.

Ainda neste trimestre, outra ação característica do indicador de mobilização de rede foi o investimento em mapear a rede de serviços em alguns municípios como ação estratégica para apropriação dessa rede pela equipe, visando articulações que favoreçam a chegada do público ao Programa e encaminhamentos assertivos a partir das vulnerabilidades apresentadas pelo público.

No que se refere ao indicador de mobilização de rede, para tanto, Santa Luzia foi um município que superou o quantitativo previsto, conforme observado neste trimestre. Retomou-se a proposta de mapeamento com o intuito de ampliar “portas de entradas” e favorecer uma maior apropriação da rede de serviços que existe em tal município, por essa equipe. A partir dessa construção, foi possível se aproximar mais especificamente dos serviços de atenção à pessoa em situação de rua neste trimestre, com a realização de articulações para ações coletivas pontuais de apresentação do programa, discussões de casos em acompanhamento e encaminhamentos. Cabe salientar, que os serviços que compõem essa rede ainda estão se estruturando no município.

Outro ponto de destaque foi a estruturação de um espaço de encontro de rede ampliado mensal promovido pela Política de Prevenção no município. Iniciado neste trimestre, esse espaço proporcionou ao programa maior proximidade com os serviços que compõem a rede formal do município.

Em contramão ao cenário da equipe supracitada, em Ibirité neste trimestre houve uma queda no indicador de rede, o que condiz com uma progressão dentro do esperado, visto que passada a necessidade de articulações para implantação e posteriormente a inauguração, algumas parcerias de rede já se apresentaram mais estabelecidas. Nesse ínterim, a equipe tem investido no mapeamento da rede de forma estratégica, aproximando-se de serviços

que compõem o terceiro setor, objetivando ampliar “portas de entradas” para o Programa e encaminhamento do público para acesso a partir das demandas e vulnerabilidades observadas no acompanhamento ao público inscrito.

Por fim, cabe ressaltar as possibilidades oriundas de um acompanhamento qualificado próximo das equipes, em que é possível intervir sobre elementos da metodologia que “escapam” na prática cotidiana. Em Uberlândia, por exemplo, a equipe apresentou melhorias nos indicadores, após intervenções no sentido de esclarecer os parâmetros do indicador e sensibilização para a importância desta frente de trabalho.

Em Vespasiano, foi possível estabilizar o indicador de mobilização de rede a partir da organização das frentes de trabalho realizadas junto à supervisão metodológica, gestão e outros atores da política. Um importante fator que contribuiu foi a maior disponibilidade de veículos para mobilidade da equipe a partir de diálogos com a SUPEC e alteração no sistema de solicitação de veículos.

Considerações pertinentes 15º Período Avaliatório:

Ressaltamos que neste período avaliatório o PrEsp executou em 11, dos 15 municípios de atuação diversos cursos profissionalizantes, em parceria com a ASMEC, financiados por verba do Convênio PrEsp e DEPEN Federal. Foram ao todo 18 turmas, obtendo um total de 175 concluintes certificados. A execução de tantos cursos de maneira simultânea em municípios tão distantes física e estruturalmente representou um enorme desafio à capacidade de organização, articulação e também de mobilização do público. Muitos recursos das equipes foram utilizados, afetando de maneira direta ou indireta os indicadores, mas sem sombra de dúvidas maximizando o impacto do programa PrEsp na realidade das pessoas egressas e de seus familiares. Como efeitos diretos observamos além da certificação, a aproximação do público ao programa, a presença para participação no curso, o direcionamento de demandas e a inscrição de egressos interessados. Como efeitos indiretos, tivemos o fortalecimento de vínculo com o Programa, o aumento na autoestima e na superação do estigma social e a aproximação do público com o mercado de trabalho, com a sala de aula e com o respeito à dignidade e à cidadania.

Além disso, realizamos neste trimestre a finalização da parceria com a JA Minas Gerais para a capacitação de egressos, pré-egressos e seus familiares com a perspectiva de ampliar a discussão sobre o Mundo do Trabalho, tendo levado este conhecimento e discussões para aproximadamente 300 pessoas. Ressaltamos a organização para a execução das atividades e os retornos positivos tanto do público capacitado quanto do parceiro.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
99	1
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais.</p> <p>A execução dos grupos será contabilizada de acordo com a quantidade de encontros realizados.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto.</p> <p>Fórmula de Cálculo: número de encontros dos grupos de responsabilização realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor.</p> <p>Cálculo de Desempenho (CD): $(\text{resultado} / \text{meta}) \times 10$</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Quando o atual plano de trabalho foi pactuado entre a OS e a Sejusp havia uma expectativa de que o Projeto fosse implementado nas Comarcas de Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre nos meses de abril e maio, tendo a construção das metas esse parâmetro. Contudo, alguns atravessamentos inviabilizaram o cumprimento desse planejamento, de modo que apenas Curvelo teve sua Unidade inaugurada. Tal situação tem impactado sobremaneira no cumprimento das três metas estabelecidas do Programa.

Diante do exposto e tendo em vista que o não cumprimento dos indicadores foi devido a fatores que extrapolam a atuação da OS, pede-se a desconsideração dos indicadores 6.1, 6.2 e 6.3 na contabilização da nota final desse Período Avaliatório.

De todo modo, se faz importante apresentar um panorama sobre o funcionamento do Programa. Em um momento marco para os Programas Ceapa e Mediação de Conflitos, no dia 28 de junho de 2022 foi inaugurada a unidade na comarca de Curvelo por meio da parceria com Ministério Público Estadual e com o objetivo de acolher as atuações na Lei Maria da Penha no âmbito das Ações de Responsabilização com Homens Autores de Violência contra as Mulheres, conforme arcabouço metodológico já desenvolvido.

Os dois Programas vivenciam situação distintas, onde é possível destacar:

CEAPA:

Com o espaço físico inaugurado e as articulações com o Poder Judiciário em andamento, a equipe da Ceapa, que passou por capacitação específica com a supervisão metodológica do Programa, procedeu com os Atendimentos de Inscrição a partir do primeiro dia de agosto do corrente ano.

Em paralelo ao início dos atendimentos, e em contínuo processo capacitatório, foi construída articulação entre as equipes de Belo Horizonte e Curvelo para acompanhamento de analista dessa unidade em grupo virtual realizado pela equipe da capital. Esse intercâmbio favoreceu a experiência e a multiplicação do conhecimento do papel do facilitador. Essa proposta também gerou pontos de discussão e aprimoramento teórico e prático para a equipe da nova unidade, vez que essa tem sido uma área de atuação construída de modo basilar em Curvelo.

Diante de um fluxo de encaminhamento de casos para inscrição no Programa ainda embrionário no município, no final de setembro se instaurou a execução de Ação de Responsabilização na modalidade de grupo aberto, no qual a entrada de novos participantes acontece de modo mais fluido e atendendo o recebimento dos casos na medida em que eles são inscritos no Programa, sem a necessidade de formação de quórum para início de novos grupos. Contudo, mesmo em modo novo de execução para o Programa, os aspectos técnicos, qualitativos e objetivos das intervenções nos fenômenos da violência doméstica e de gênero permanecem no padrão dentro da perspectiva do grupo aberto.

PMC:

Por sua vez, durante o mês de junho, a equipe do PMC passou por uma capacitação com Diretoria do Programa e a Supervisão Metodológica. Já os meses de agosto e setembro os profissionais ficaram comprometidos no desenvolvimento de um Diagnóstico da Violência contra a mulher construído a partir de levantamento com atores e instituições chave da Comarca e de outros tipos de dados. A partir desse estudo, está sendo construído um plano de ação a ser concluído até dezembro.

A elaboração do Diagnóstico tem apresentado efeitos secundários muito positivos, como divulgação do Programa para a população e rede (há vários casos de pessoas que acessam a unidade de forma voluntária por já ter ouvido falar do Programa) e treinamento prático da equipe sobre o território. Além disso, essa ação tem favorecido uma iniciativa metodológica de promoção de atendimento para além dos muros da UPC, ou seja, levar a equipe para promover atendimentos, palestras e projetos onde os equipamentos de proteção não estão presentes. Estratégia fundamental dada a amplitude do território e a natureza fragmentada e, muitas vezes, o pouco conhecimento da rede e do público sobre questões afetas à violência contra a mulher. Paralelamente ao Diagnóstico, destacam-se a realização de duas ações importantes: uma em uma escola com 80 para alunos e outra no CRAS para o público idoso.

Por fim, sobre o indicador 6.1, “número acumulado de encontros dos Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Autores de Violência Contra a Mulher executados”, são contabilizados o total de encontros grupais realizados no mês/trimestre junto as pessoas inscritas no Programa. Nesse sentido, partindo da chegada do público em agosto e a observação de quórum para a inauguração de um grupo aberto em setembro (com a perspectiva de 15 convocados), foi feito o primeiro encontro na Unidade no dia 29/07/2022, rendendo, dentro do trimestre, o valor referente a 1 dentro da meta esperada de 99. Aqui, destaca-se novamente a observação que Curvelo responde no momento por toda a meta esperada pelo Projeto, vez que as implantações previstas para as outras duas comarcas até o momento não foram efetivadas.

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher													
	13º PA			14º PA			15º PA			16º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA	0	0	0	0	0	0	0	0	1				1
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1				1

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
870	173
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal.</p> <p>Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática.</p> <p>Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário.</p> <p>Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória); 2) atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos; 3) projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado; 4) atendimentos grupais - execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença. <p>Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto.</p> <p>Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor.</p> <p>Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

O número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA - contempla em sua descrição os atendimentos de inscrição, os atendimentos individuais de acompanhamento e os atendimentos grupais. Para maiores esclarecimentos, novamente se faz imprescindível pautar que existe a meta estipulada para todo o Projeto, considerando as três comarcas, mas que até o momento de fechamento do presente relatório, somente Curvelo se encontra com unidade inaugurada, equipe capacitada e porta de entrada ativa para geração desse dado. Desta feita, da meta pactuada de 870 atendimentos para todo o Projeto, foram realizados 34 atendimentos no âmbito do Programa Ceapa e 140 do PMC em Curvelo.

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica													
	13º PA			14º PA			15º PA			16º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA	0	0	0	0	0	0	0	9	24				34
PMC	0	0	0	0	0	0	5	122	13				140
TOTAL	0	0	0	0	0	0	5	131	37				173

Pelas razões apontadas no indicador 6.1, solicita-se também a desconsideração também desse indicador.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
165	128
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto; 5) Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais. <p>Ademais, as UPC devem resguardar na sua sede os comprovantes de cada uma das ações indicadas. Todas essas ações possuem modelos de instrumento que serão fornecidos pela SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto.</p> <p>Fórmula de Cálculo: número de ações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.</p>	

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Meta pactuada com o MP: 315 ações de articulação com

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social – dado referente a contabilização das articulações e ações desenvolvidas junto a rede para o desenvolvimento de frentes de demanda do público. No período avaliatório em questão a unidade de Curvelo promoveu 19 articulações com instituições da rede no âmbito do Programa Ceapa, sendo, em sua maioria, motivadas pela necessidade de sedimentar a porta de entrada do programa e estabelecer maior robustez junto as redes diante do início das atividades. Vale destacar novamente que a meta diz respeito ao Projeto em funcionalidade nas três comarcas, mas até o momento apenas Curvelo está ativa e contabilizando os indicadores. Ainda assim, é possível observar resultados satisfatórios das equipes no trimestre, onde o Programa realizou 128 ações, sendo 40 da CEAPA e 88 do PMC.

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social													
	13º PA			14º PA			15º PA			16º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA	0	0	0	0	13	8	7	8	4				40
PMC	0	0	0	0	0	7	4	34	43				88
TOTAL	0	0	0	0	13	15	11	42	47				128

Pelas razões apontadas no indicador 6.1, solicita-se também a desconsideração também desse indicador.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
900	896
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, executado por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica com os municípios, atua na perspectiva da Segurança Cidadã, concebendo como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação de rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade; 2) Número de ações de discussão de casos, construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede; 3) Número de ações de mobilização das instituições e sociedade civil para participação nos espaços de rede promovidos pelo Programa; 4) Número de encaminhamentos para a rede parceira de casos de violência, visando a prevenção e/ou o enfrentamento da violência; 5) Número de ações para apresentação institucional do Programa, instituição de novas parcerias, aplicação de diagnóstico e construção do Plano Municipal; 6) Número de participantes das organizações nas capacitações; 7) Número de ações de participação social e/ou a mobilização comunitária. <p>Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de ações de articulação de rede nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto. Fórmula de Cálculo: somatório do número de ações de articulação de rede realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 obteve-se um total acumulado de 896 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de 900 ações, o programa atingiu 99,6% do objetivo.

Municípios	Meses				TOTAL
	JANEIRO A JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	
Alfenas	194	-	-	-	194
RISP 10	311	82	132	177	702
Total	505	82	132	177	896

O terceiro período avaliatório apresenta características e conquistas, em relação a execução do trabalho e alcance da meta estabelecida, diferentes dos outros dois períodos avaliatórios deste ano, tendo em vista às questões que apontaremos a seguir.

Contudo, inicialmente o resultado aqui alcançado merece destaque já que pela primeira vez, neste ano, superamos o “*número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas*”, o que representa um marco quantitativo importante na execução do Programa, mas que reflete, sobretudo, a consolidação, com muita qualidade, de uma política pública inovadora que se propõe, no âmbito da Segurança Pública Cidadã, ser também referência regional de 23 municípios na Risp 10.

Assim, nesse período avaliatório foram realizadas 391 ações de articulações de rede do Programa Selo Prevenção Minas, tendo sido superado em 8,61% a meta estabelecida (360 articulações). Tal resultado é produto dos esforços compartilhados da SUPEC, Coordenação Estadual do Programa, Setor de Monitoramento do Instituto Elo, Supervisão Metodológica, Supervisão Geral, Gestão Social, equipe técnica e equipe de apoio da UPC de Patos de Minas/Risp 10.

A análise do indicador pactuado e o desempenho da UPC em que é executado Programa Selo Prevenção Minas é sempre desafiadora, pois a fazemos, em muitas situações, sem a possibilidade de comparação, já que o formato da execução atual é inédito e ainda neste período avaliatório, diferente do 13º e 14º, só foi considerada a atuação do Selo na Risp 10, uma vez que o trabalho em Alfenas foi encerrado em abril de 2022.

Contudo, a saída encontrada é refletirmos sobre a implementação do Programa ao longo dos meses deste ano, em que comparamos a atuação mensal, consideramos e apontamos as particularidades, bem como promovemos a reflexão sobre os aspectos semelhantes, que por vezes carecem de continuidade ou de correção, a depender da situação.

Tal alternativa permite a análise do trabalho, bem como possibilita qualificar a execução das ações, o que pode ser visto a partir da implementação de articulações de rede diversificadas e fora do território de Patos de Minas, tendo em vista que até o momento realizamos ações, para além da apresentação do Programa e coleta de dados para a construção do diagnóstico, em 10 municípios. Ou seja, no primeiro trimestre de vigência do Plano de Ação já demos início a execução dos diversos eixos do Programa em 43,47%, para este ano pretendemos alcançar pelo menos 65% dos municípios da Risp 10, conforme prevemos no Plano de Ação do Programa Selo para tal região.

Antes da análise mensal do desempenho do Programa na Risp 10, precisamos trazer uma ressalva sobre o município de Alfenas. A Certificação no período avaliatório anterior não significou o encerramento da parceria com tal município, uma vez que o antigo Articulador Municipal do nosso Programa, que atualmente atua na pasta municipal de Segurança Pública, tem se apresentado como parceiro importante no desenvolvimento de ações do Selo em âmbito estadual, estando presente em capacitações, além de participar de reuniões para trocas e intercâmbio de práticas.

Além de Alfenas, o trabalho do Selo na Risp 10 também tem sido construído, sobretudo nos momentos compartilhados de capacitações com as outras equipes do Programa em três municípios (Itabirito, Manhuaçu e Santa Bárbara do Monte Verde), em que a implementação aconteceu diretamente via parceria estado e prefeituras. Tais trocas e compartilhamentos favorecem o fortalecimento do Programa em todo estado e, por conseguinte, na Risp, já que as similaridades e diferenças em cada localidade agregam novos conhecimentos e práticas ao nosso trabalho.

Retornando para a análise do trabalho na Risp 10, destacamos os seguintes aspectos a cada mês:

❖ julho/2022: único mês do período em que não foi alcançado a meta prevista, o que se atribui principalmente a ausência de uma analista, uma vez que não foi possível a recomposição imediata do quadro dos colaboradores, tendo em vista que a única profissional cadastrada no banco do processo seletivo, até aquele momento vigente, recusou a contratação. Sendo que em julho/2022 foi realizado novo processo seletivo, mas dado os procedimentos necessários, a recomposição aconteceu no mês subsequente.

Embora, não se tenha alcançado a meta prevista para julho, aconteceram importantes entregas e construções no Programa Selo, que repercutiram de forma positiva nos meses de agosto e setembro. Nesse sentido, destacamos algumas ações:

- a) finalização e entrega da primeira versão do Plano de Ação, documento importante que responde e orienta como se dará o trabalho do Programa na Risp 10, a partir da análise de toda equipe do Selo, diretrizes emanadas pela Coordenação do Programa e sobretudo a partir das leituras possibilitadas pelo Diagnóstico de Implantação (produto do Contrato de Gestão, entregue pela OS);
- b) desenvolvimento de primeira ação presencial fora de Patos Minas, trata-se da capacitação “*Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado*”, que contou com a participação de 40 pessoas representantes de 13 instituições de políticas de proteção social daquele município e da Polícia

Militar. Cumpre destacar que esta capacitação, a partir da análise da equipe, no momento de produção do Diagnóstico de Implantação, será realizada em todos os municípios da Risp 10, como resposta à demanda apresentada e constada pela equipe, ao mesmo tempo como estratégia de entrada e fortalecimento vínculos com o poder público em cada localidade;



Capacitação realizada em São Gonçalo do Abaeté em 28/07/2022

- a) fortalecimento de parceria e construção de ações em conjunto com a Rede Patos, rede temática sobre violências com atuação na comarca, o que faz com muitas ações ultrapassem a delimitação territorial deste município, alcançando também São Gonçalo do Abaeté, Lagoa Formosa e Varjão de Minas, como é o caso de encontro promovido em parceria com Selo no qual o público-alvo foram os conselheiros tutelares e o projeto Justiça na Escola, que no mês de julho começou a ser devolvido;
- b) produção de proposta de trabalho para o Fórum Multiterritorial, na qual a partir das orientações dadas pela SUPEC foi executado capacitação sobre participação social para equipe do programa e na sequência houve a construção compartilhada entre Supervisão Geral, Gestão Social, Supervisão Metodológica e equipe técnica do projeto, que foi no mês subsequente avaliado e aprovado pela Coordenação do Programa;
- c) desenvolvimento de proposta de Consultoria para a Núcleo Intersectorial de Prevenção da Violência e Promoção da Paz, por meio da realização de reuniões, pesquisas e produção de relatórios parciais de Consultoria.

❖ **agosto/2022:** alcançamos para mais, em 10%, o número de articulações esperadas para o mês. Podemos destacar alguns fatores que contribuíram para isso:

- a) recomposição da equipe a partir da chegada de nova analista social, em 08/08/2022, tal profissional recebeu treinamentos iniciais e acompanhou as rotinas de trabalho Programa, integrando e fortalecendo a atuação do Selo na Risp;
- b) execução presencial da capacitação *“Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado”* em Carmo do Paranaíba, no qual contamos com a participação de 42 pessoas, representando 28 instituições de proteção social e do poder judiciário atuante no município;
- c) execução da primeira capacitação online do Programa Selo na Risp 10, na qual foi desenvolvido a temática *“Participação Social e Segurança Cidadã: caminhos para a construção de uma política pública que envolva a população”*, tendo sido facilitada pela Supervisão Metodológica e destinada para 36 servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Patos. Constituindo-se como ação de formação do Programa, prevista no Eixo “Em Curso” e como etapa estabelecida na proposta de trabalho do Fórum Multiterritorial, já que serão realizadas atividades com o público da política de Assistência;
- d) execução de segunda capacitação presencial em São Gonçalo do Abaeté com a temática *“Rede de atendimento Intersectorial: Construção, Fluxos e Atribuições”*, que teve a participação de 19 pessoas oriundas de 15 instituições do poder público atuante na cidade. Tais ações representam a continuidade

da parceria, tendo sido estimulada a partir da primeira capacitação realizada em julho/2022, demonstrando que a estratégia elencada pela equipe para a “entrada” nos municípios está sendo assertiva e efetiva para quem passa pelas formações. Além destas capacitações cumpre destacar que no município supramencionado estamos auxiliando diretamente na construção de fluxos de atendimento de público vulnerável, bem como contribuindo com a formação do Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Ainda sobre de agosto/2022, cabe destacar uma ação presencial, realizada pela Gestão Social, Coordenação do Programa e SUPEC, que repercutirá no desenvolvimento do Programa na Risp 10, trata-se da articulação com poder público municipal de Patrocínio para execução do Eixo “Certifica” naquele município, que trará uma nova perspectiva de trabalho para o Programa dentro da região. No momento, aguarda-se os procedimentos necessários para a consolidação desta proposta de trabalho prevista no planejamento do Selo.

❖ **setembro/2022:** trata-se do mês em que alcançamos o maior número de articulações de rede do ano, tendo ultrapassado 47,5% ao valor estabelecido, tal oscilação é justificável, devido aos seguintes aspectos:

- a) neste período conseguimos realizar presencialmente 03 capacitações de “*Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado*” em outros 03 municípios da Risp 10, trata-se de Tiros, Varjão de Minas e Lagoa Formosa, tendo alcançado, respectivamente 34, 17 e 63 pessoas que atuam no poder público de tais localidades. O que demonstra que a prática torna-se cada vez mais capilarizada dentro da região e que os desafios estruturais impostos aos trabalhadores da ponta, como ausência de veículo próprio para deslocamento e em alguns casos inadequação dos horários de ônibus rodoviários às atividades a serem desempenhadas pela equipe, tem sido minimizados devido as articulações da Gestão Social com os poderes públicos municipais, que valorizam e viabilizam a nossa ida através da busca, em Patos de Minas, de nossos profissionais. Ademais o recurso disponibilizado para arcar com diárias parciais para a equipe, tem sido utilizado quando devido, também favorece o deslocamento dos colabores, que em determinados dias exercem a jornada de trabalho em locais distantes do município em que está implantada a UPC;
- b) execução de capacitação em Patos de Minas, sobre “*Prevenção Social às violências: desafios e possibilidades em práticas intersetoriais*” para 37 componentes dos Núcleos Intersetoriais de Prevenção da Violência e de Promoção da Paz dos municípios de Carmo Paranaíba, Lagamar, Patos de Minas, Rio Paranaíba, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros e Varjão de Minas.
- c) Tal ação foi construída coletivamente pela equipe técnica, Gestão Social, Supervisão Metodológica e Coordenação do Programa, tendo alcançado um significativo de municípios, possibilitando fortalecer vínculos, transmitir conhecimentos acumulados pela Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, bem nos aproximar de atores municipais estratégicos que estão desenvolvendo ou que irão desenvolver ações, que tem similaridade com os objetivos e as propostas de atuação do Selo.

A capacitação supramencionada irá desencadear novas ações para o Programa e ainda fortaleceu, bem como ampliou o repertório de atuação da equipe técnica.

Ainda sobre setembro/2022, cumpre destacar um avanço na prática do Programa na Risp 10, que não teve impactos significativos em relação aos números, mas que permitiu iniciar uma prática fundamental para a consolidação de uma política de prevenção social à criminalidade, trata-se da criação e fortalecimento dos espaços de participação social, impulsionados pela execução, com a disponibilização de recursos pela SUPEC, do Fórum Multiterritorial, previsto para acontecer em dezembro de 2022. O processo de implantação e execução do Programa tem exigido o desenvolvimento de ações e estratégias de aproximação, criação de vínculos e construção de trabalho em conjunto com a rede, conforme aqui mencionado.

Nesta empreitada surge a necessidade de aproximar e construir vínculos com os públicos atendidos por tais políticas, entendendo que por mais que o Programa Selo Prevenção Minas tenha como público alvo as instituições, nossas ações surtem impactos e efeitos na vida das pessoas, sobretudo àquelas mais vulneráveis e suscetíveis aos fenômenos de violências e criminalidade, nas quais elencamos como públicos específicos da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, que, não por acaso, também são atendidos e acompanhados pelas Políticas municipais Assistência Social.

Neste sentido, para poder realizar o Fórum Multiterritorial ao final do ano, foi necessário aproximar e dialogar com população de Patos de Minas. Nesta perspectiva, em nossa proposta para o Fórum estabelecemos a execução de 4 encontros preparatórios com a população dos 4 territórios referenciados pelos Centros Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Assim, em 15/09/2022 realizamos o nosso primeiro “pré-fórum”, em parceria com o CRAS III e a Projel Engenharia, empresa responsável por desenvolver o serviço de Técnico Social naquele território, ambos parceiros auxiliaram com a mobilização, cessão e organização do espaço físico, sendo que o último também forneceu

lanches e os materiais utilizados no dia. Ademais, foi também em setembro que realizamos o 2º “pré-fórum” no município, desta vez em parceria e no território do CRAS I.



1º Pré-fórum do Programa Selo Prevenção Minas realizado na extensão CRAS III no bairro Jardim Quebec

Sobre o Programa Selo em Patos de Minas/Risp 10, após a síntese da execução mensal, cumpre destacar que o cuidado e o esforço da Supervisão Metodológica, foi o de realizar o acompanhamento do trabalho, a construção antecipada de cronograma de atividades e a proposição de ações, por meio das supervisões (online e presencial), participação da primeira etapa preparatória do Fórum Multiterritorial, reuniões (com toda equipe responsável pela execução do programa), capacitações mensais e contatos com equipe técnica e gestão social. De modo a possibilitar e favorecer as entregas necessárias, minimizar os impactos dos períodos de ausência da profissional aqui mencionada, bem como acolher e contribuir com a formação da analista social e estagiária, que chegaram para compor a equipe do Programa neste período avaliatório.

Os meses aqui analisados tiveram comportamentos diferentes no que tange o número de articulações de rede realizadas. Não consideramos tais oscilações como prejudiciais ao trabalho desenvolvido na Risp 10, pelo contrário, avaliamos como positivo, constituindo-se enquanto reflexo de uma construção coletiva (por todos os atores envolvidos na implementação do Programa), que tem acontecido de forma gradual e processual à medida que as parcerias pela região se tornam mais fortalecidas, bem como o repertório de atuação da nossa equipe aumenta.

Nessas perspectivas pretendemos continuar trabalhando para o alcance das metas estabelecidas, dentro das possibilidades de um trabalho incipiente, inovador e que apresenta muita qualidade, bem como atentando-se para um aspecto a ser melhor desenvolvido, a saber: construção e execução de ações diversificadas, no que tange os eixos e as possibilidades do Programa, sendo este ponto de análise e trabalho da Supervisão, partilhado e acompanhado pelos demais envolvidos com a execução, acompanhamento e monitoramento do Programa.

Tal questão é levantada, pois 73,65% dos resultados alcançados neste trimestre em relação ao indicador do Programa, refere-se “*número de participantes da organizações em capacitações promovidas pelo Programa*”, o que não constitui um problema dado o momento atual do Selo na Risp, bem a qualidade do desenvolvimento das ações, no entanto, um Programa que se propõe a intervir em fenômenos tão complexo como o das violência e da criminalidade, precisa cada vez mais diversificar ações e estratégias, dado o conhecimento acumulado por toda Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, bem como a área de atuação do Selo na Risp, composta por 23 municípios com características próprias.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.1. Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.600	5.163

Descrição do Indicador

Descrição: Para o aprimoramento da execução da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais é necessário capacitar constantemente os profissionais que atuam nela. Desta forma, os espaços de capacitação e formação visam aprimorar as competências das equipes, garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade e promover a integração e o nivelamento das equipes, visando o aprimoramento contínuo da política pública.

São consideradas capacitações dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade:

a) capacitações presenciais e/ou virtuais com a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos e supervisores, com objetivos e temáticas específicos e que tocam o trabalho desenvolvido nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Poderão ser contabilizadas capacitações promovidas pela OS, SUPEC/SEJUSP ou outro agente externo. Não são consideradas capacitações as reuniões rotineiras realizadas para alinhamento dos trabalhos.

b) Supervisões presenciais e/ou virtuais promovidas pela supervisão metodológica e da gestão, com ementas específicas, com a participação dos analistas sociais, estagiários e gestores sociais para o acompanhamento e o desenvolvimento das equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Não são consideradas supervisões de acompanhamento e desenvolvimento os alinhamentos rotineiros de trabalho, tais como ligações telefônicas, trocas de e-mail, discussão de casos específicos, entre outros.

Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações e nas supervisões realizadas nos formatos citados acima.

A OS cuidará integralmente do registro e aferição das participações nas capacitações. Para as capacitações presenciais, a OS deverá passar lista de presença. Para as capacitações no formato virtual, deverá tirar *print* da tela do evento acompanhado de ementa constando data, hora, tema e nº de participações.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: listas de presença, *prints*, atas, ementas.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07 a 30/09/2022 o número acumulado de participantes em capacitações de profissionais da política de prevenção social correspondeu a 5.163. Considerando que a meta estabelecida foi de 3.600, o **indicador foi alcançado**.

No que se refere especificamente aos os meses que compõem o 15º período avaliatório (julho, agosto, setembro), nota-se que houve um total de 347 capacitações e supervisões metodológicas e da gestão nos 6 programas de prevenção à criminalidade e a gestão das unidades. Os programas Selo Prevenção e Se Liga, a partir do final de março, passaram a contar com supervisores metodológicas e tiveram suas atividades devidamente incluídas na presente apuração desse indicador. Importante destacar também que parte das capacitações e supervisões ocorreu em formato de videoconferência e outras em formato presencial. Ao todo, tem-se uma participação total de 2.028 profissionais, dentre a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos, supervisores e diretoria dos Programas.

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese das capacitações e supervisões:

Programas/ Gestão	15º PA		Total de Participantes Acumulado
	Nº de encontros	Nº de participantes	
CEAPA	45	271	763
Fica Vivo!	59	638	1195
PMC	73	350	1144
PrEsp	38	226	731
Se Liga	14	141	190
Selo Prevenção	38	118	193
Supervisão da gestão	80	284	947
Total	347	2.028	5.163

O indicador 8.1 contabiliza o número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade. Estas assumem como objetivo aprimorar os profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade. Dessa forma, o indicador sumariza o desenvolvimento em capacitação destes profissionais. Os itens apresentados a seguir correspondem aos programas PMC e PrEsp, que apresentaram as capacitações com participações mais numerosas.

As capacitações com maior público correspondem àquelas que aconteceram de forma conjunta entre os Programas Fica Vivo! e Se Liga. Dos 2.028 participantes de supervisões e capacitações no presente P.A., 38% condiz com tais Programas. Dentre as mais numerosas, pode-se citar a capacitação de tema “Cidade, institucionalidade e violência urbana”, ocorrida no dia 21/09, via online e promovida pelo Fica Vivo!, com 100 participações compondo um grupo de analistas sociais dos Programas FV! e Se Liga.

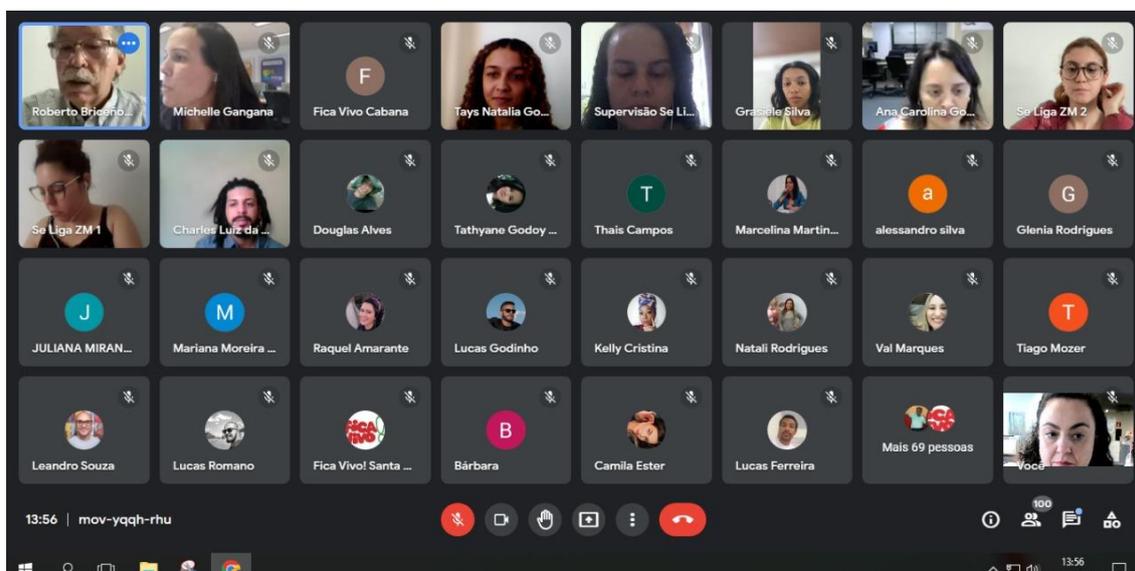


Figura 1 - "Cidade, institucionalidade e violência urbana" - Fica Vivo! e Se Liga [21/09]

A segunda capacitação com maior número de participantes corresponde ao Fica Vivo!, com 85 presenças via online no dia 28 de setembro. O público alvo abrangia analistas sociais do Programa e tinha como tema a função de oficinairo enquanto multiplicadores de Segurança Pública Cidadã.

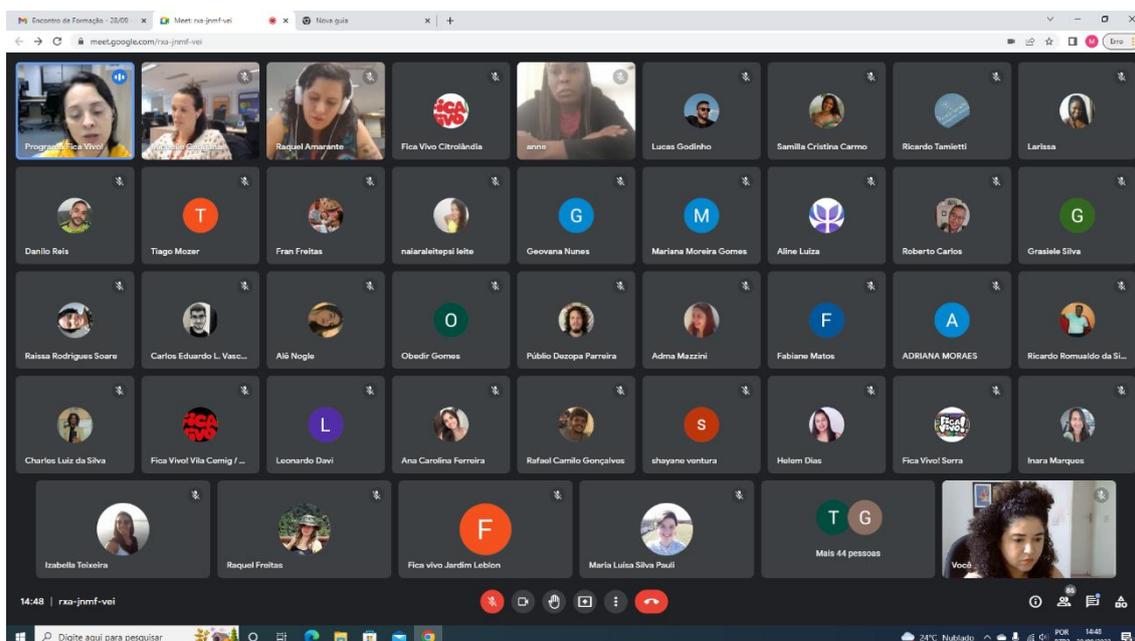


Figura 2 - "Capacitação de Oficinairos Multiplicadores de Segurança Pública Cidadã" - Fica Vivo! [28/09]

A capacitação correspondente ao PrEsp com tema “Liberdade na rua: manejos e construções possíveis no atendimento às pessoas em situação de rua”, ocorrida no dia 14 de setembro, teve o maior número de participações do Programa, contabilizando 53 participantes, sendo estes analistas e gestores sociais de todas as equipes.

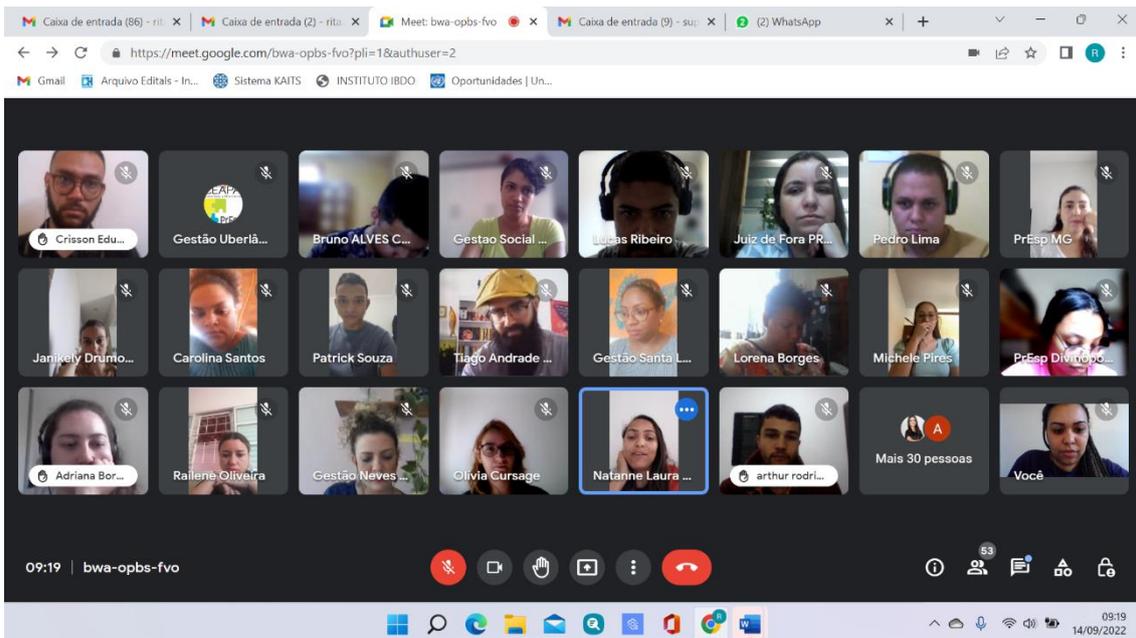


Figura 3 - "Liberdade na rua: manejos e construções possíveis no atendimento às pessoas em situação de rua"- PrEsp [14/09]

Na ordem, o episódio de tema "Capacitação sobre os procedimentos administrativos das oficinas do ComAgente", contou com a presença via videoconferência de profissionais da base local, como analistas, gestores e técnicos administrativos, 37 participantes ao todo. Esta corresponde ao Programa Mediação de Conflitos e aconteceu no dia 22 de julho.



Figura 4 – "Capacitação sobre os procedimentos administrativos das oficinas do ComAgente" – Programa Mediação de Conflitos [22/07]

A capacitação de maior número de participantes promovida pela Supervisão da Gestão teve 33 participantes, com o tema "Estagiários; Processo Seletivo; Fórum Multiterritorial; Guia da Gestão Social". Esta ocorreu no dia 05 de setembro.



Figura 5 - "Estagiários; Processo Seletivo; Fórum Multiterritorial; Guia da Gestão Social" - Supervisão da Gestão [05/09]

O Ceapa teve uma capacitação de 32 pessoas, dia 17 de agosto. Estavam presentes, via online, analistas sociais das UPC's de BH, região metropolitana e do interior do estado. Teve como objetivo uma capacitação conjunta de tais profissionais.



Figura 6 - "Capacitação Conjunta com Analistas sociais (BH, RM e Interior)" – Ceapa [17/08]

Por último, cita-se a capacitação de 9 participantes organizada pelo programa Selo Prevenção, de tema "Ações de responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres – conceito e perspectivas de atuação", e contou com a presença virtual da equipe composta por analista social e técnico administrativo e de articuladores municipais (Itabirito, Manhuaçu e Santa Bárbara do Monte Verde) e coordenação estadual do Programa.

The image is a screenshot of a Zoom meeting. At the top, it says "Joyce Arruda está apresentando". The main content is a presentation slide with the title "Conceito de Alternativas Penais". The slide text reads: "Mecanismos de intervenção em conflitos e violências, diversos do encarceramento, no âmbito do sistema penal, orientados para a restauração das relações e promoção da cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade." To the right of the text is an image of a hand holding a cage. The Zoom interface shows a grid of participants: Joyce Arruda, Karolina Oliveira, Fabio César, Defesa Civil SBMV, Selo Prevenção..., Paula Dirmeve, Administrativo S..., Mais 7 pessoas, and Você. The bottom of the screen shows the Windows taskbar with the time 10:28 and date 31/08/2022.

Figura 7 - "Ações de responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres – conceito e perspectivas de atuação" - Selo Prevenção [31/08]

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	9,5

Descrição do Indicador

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto.

Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão.

Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo.

Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

A OS deverá promover processos seletivos para constituição de cadastro reserva para contratação e/ou reposição de profissionais dos cargos em vacância que surgirem. Os processos seletivos deverão ser regidos por edital público, com ampla divulgação, e observarão as normas do Regulamento de Compras e Contratação e legislação pertinente. A vacância se dará por motivo de:

- 1) Demissão;
- 2) Desligamento a pedido do funcionário;
- 3) Licenças/afastamentos superiores a 20 dias corridos;

Unidade de medida: dias corridos.

Fonte de Comprovação: solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças

Fórmula de Cálculo: (número de dias corridos de vacância do cargo) – (Número de desistências formais x 3) – (Número de processos sem candidatos excedentes aptos x 30) / nº de reposições realizadas

Polaridade: quanto menor melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas **55 substituições que levaram em média 9,5 dias para serem realizadas.**

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
1	24/06/2022	Supervisores	Lívia de Souza Lima	Beatriz Santana Correia (remanejamento/alteração de cargo)	01/07/2022	7
2	20/06/2022	Contagem	Andrea Christine Teixeira (desligamento)	Magda Costa Araújo	04/07/2022	14
3	20/06/2022	Sede Administrativa	Abertura de vaga	Maysa de Souza Carvalho	04/07/2022	14

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIÓNÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIÓNÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
4	20/06/2022	Governador Valadares Centro	Abertura de Vaga	Júlio Cesar Dutra Cirilo	04/07/2022	14
5	24/06/2022	Betim Citrolândia e PTB	Mirtes Adriane Fernandes (desligamento)	Mônica Gil de Matos	04/07/2022	10
6	23/06/2022	Uberlândia Canaã	Josianne Lorraine de Souza (licença maternidade)	Stéfani Martins - recusou Gislaine Cristina Almeida Silva - recusou Mônica Cordeiro Almeida	06/07/2022	13
7	28/06/2022	Santa Luzia Palmital e Via Colégio	Sabrina de Bessa Rodrigues (remanejamento)	Camila Patrocínio Luiz da Silva	04/07/2022	14
8	29/06/2022	Ribeiro de Abreu	Adriane Gonçalves de Oliveira Alves (desligamento)	Carla Versieux Costa - recusou Juliana Florêncio Miranda	06/07/2022	8
9	30/06/2022	Juiz de Fora	Abertura de vaga	Lucas Nunes Nora de Souza - recusou Arthur Rodrigues da Silva	11/07/2022	11
10	27/06/2022	Ribeirão das Neves	Vladimir Nani Sales (desligamento)	Luciana Soares de Oliveira - recusou Sabrina de Bessa Rodrigues (remanejamento)	04/07/2022	7
11	04/07/2022	Jardim Alterosas	Abertura de vaga	Diogo Henrique Silva	11/07/2022	7
12	04/07/2022	Jardim Alterosas	Abertura de vaga	Fabricia Nascimento Araújo Teixeira (remanejamento)	11/07/2022	
13	04/07/2022	Se Liga BH	Fabrcia Nascimento Araújo Teixeira (remanejamento)	Mariane Gonçalves de Almeida	11/07/2022	7
14	04/07/2022	Jardim Alterosas	Abertura de vaga	Ana Claudia (Serviço Social) - recusou Tatiana Maciel Figueiredo - recusou Lueni Micheli Trindade Farias	14/07/2022	10
15	04/07/2022	Jardim Alterosas	Abertura de vaga	Fernanda Helena Ribeiro Januário	14/07/2022	10
16	11/07/2022	Betim Centro	Thais Aparecida de Lacerda (desligamento)	Ademilde Amélia de Jesus Fonseca	18/07/2022	7
17	14/07/2022	Sete Lagoas	Camila Aparecida Souza de Figueiredo (desligamento)	Sueli Camila Duarte	18/07/2022	7
18	11/07/2022	Cabana	Guidyon Augusto Almeida Lima (desligamento)	Anne Cristina Eliane de Souza das Silva (remanejamento)	20/07/2022	9
19	25/07/2022	Contagem Centro	Juliana Câmara Sebastião (desligamento)	Grayce Kellen Pereira de Assis	01/08/2022	7
20	25/07/2022	Contagem centro	Giovanna Oliveira de Deus Simões (desligamento)	Emily Gabriele de Souza Ferreira	01/08/2022	7
21	25/07/2022	Vespasiano	Natalia Darck Silva de Freitas (desligamento)	Pollyane Souza Teixeira	01/08/2022	7
22	26/07/2022	Morro das Pedras	Paula Carolina Silva dos Santos (desligamento)	Evelyn Raissa Lobão	01/08/2022	6
23	22/07/2022	Santa Luzia Centro	Beatriz Santana Correia (alteração de cargo)	Lidiane de Oliveira (remanejamento/alteração de cargo)	01/08/2022	10
24	28/07/2022	PPL	Filipe Lorrán Batista Melo (desligamento)	Roxanne Mussolini Pimentel (remanejamento)	01/08/2022	4
25	27/07/2022	Santa Luzia - Palmital	Roxanne Mussolini Pimentel (remanejamento)	Lucas Henrique Ferreira (remanejamento)	01/08/2022	5
26	28/07/2022	Patos de Minas	Kerley de Fátima Barros (desligamento)	Bethânia Teixeira Mendes	08/08/2022	11
27	12/08/2022	Vila Pinho	Anne Cristina Eliane de Souza da Silva (remanejamento)	Valmir Alcântara Alves convocado - recusou Daiana Louise da Silva Dias - recusou Natana Ester Silva Coelho	18/08/2022	6
28	25/08/2022	Araguari	Abertura de vaga	Guilherme Aleixo Honorato (remanejamento/alteração cargo)	01/09/2022	7
29	25/08/2022	Uberaba	Daiana Cristina do Nascimento (desligamento)	Brenda Soares Rodrigues - recusou Renata Karime Costa Silva Melo -	01/09/2022	7

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
				recusou Larissa Barbosa Nogueira da Silva		
30	30/08/2022	Serra /Santa Lúcia	Luciana de Oliveira Venâncio (desligamento)	André Lucas de Faria Freire	01/09/2022	2
31	25/08/2022	Ibirité Centro	Lidiane de Oliveira (remanejamento/alteração de cargo)	Kelly Cristina Batista dos Santos	05/09/2022	11
32	23/08/2022	Juiz de Fora	Vitória Barbosa Mancini (desligamento)	Bárbara Cristina de Paula Ferreira	05/09/2022	13
33	26/08/2022	Se Liga BH	Sarah Souza Lima (desligamento)	Tays Natalia Gomes	05/09/2022	10
34	25/08/2022	RIBEIRO DE ABREU	Lucas Henrique Ferreira (remanejamento)	Graciene Moreira dos Santos Sobrinho - desistiu Luciana Monique Silva	05/09/2022	11
35	24/08/2022	Juiz de Fora	Ian Lourenço Pires (desligamento)	Paola Monteiro Ribeiro	05/09/2022	12
36	24/08/2022	Curvelo	Abertura de vaga	Matheus Felipe Veiga da Rocha	05/09/2022	12
37	29/08/2022	BH Centro	Regina dos Santos Mendes (desligamento)	Juliana Lopes Oliveira (remanejamento)	05/09/2022	7
38	25/08/2022	Sete Lagoas	Bárbara de Moura Santos (desligamento)	Rivane Martins Barreto Fernandes	05/09/2022	11
39	26/08/2022	Governador Valadares Centro	Erica Borges Soares (licença maternidade)	Karina Ferreira da Silva	05/09/2022	9
40	25/08/2022	Uberaba centro	Maria Alice Soares Ferreira de Sousa (desligamento)	Luana de Carvalho Prado	08/09/2022	14
41	06/09/2022	Vila Cemig	André Lucas de Faria Freire (remanejamento/alteração de cargo)	Ricardo Romualdo da Silva (remanejamento)	12/09/2022	6
42	06/09/2022	Santa Luzia Centro	Aline Magna de Paula (desligamento)	Gustavo da Silva Estevam (PCD)	14/09/2022	8
43	05/09/2022	Ipatinga Bom Jardim Esperança	Ana Maria Brandão de Jesus (desligamento)	Lamara Vieira - sem retorno / desclassificada Livia Fernanda Queiroz Silva	14/09/2022	10
44	12/09/2022	Sede Administrativa/ jurídico	Camila Corrêa dos Santos Prado (desligamento)	Jordana Bueno Souto	15/09/2022	3
45	08/09/2022	Sete Lagoas - Centro	Juliana Lopes Oliveira (remanejamento)	Jefferson Geraldo Teixeira Filho	19/09/2022	12
46	12/09/2022	Betim Centro	Karoline Silveira de Souza (desligamento)	Gabriela Reis Saraiva	19/09/2022	8
47	08/09/2022	Ribeirão da Neves- Veneza	Adriano Pandeló Machado (desligamento)	Michael Oliveira Santos - recusou Grazielle Cristine Nogueira Batista	19/09/2022	12
48	08/09/2022	Contagem Centro	Tatiana Maciel Figueiredo (desligamento)	Miriam Cristina dos Santos	19/09/2022	12
49	08/09/2022	Araguari	Abertura de vaga	Meirilane Vieira dos Reis Rocha	20/09/2022	13
50	08/09/2022	Araguari	Abertura de vaga	Luiz Carlos Peixoto Salomão Júnior	20/09/2022	13
51	08/09/2022	Araguari	Abertura de vaga	Átila Rodrigues de Sousa	20/09/2022	
52	02/09/2022	Ipatinga Bom Jardim Esperança	Dayane Cristiana Reis (desligamento)	Daniel Louzada Barbosa Souza - recusou após exame Tathiane Godoy Silva Alvernaz	20/09/2022	13
53	06/09/2022	Uberlândia Centro	Guilherme Aleixo Honorato (remanejamento/ alteração de cargo)	Lorraine da Silva	20/09/2022	14
54	06/09/2022	Uberlândia - Centro	Flávia Severina de Sousa Partata (desligamento)	Larisse Medeiros Venâncio	20/09/2022	14

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
55	12/09/2022	Taquaril	Ricardo Romualdo da Silva (Remanejamento)	Tiago Mozer de Moura Rangel	20/09/2022	8

Foram realizados ao longo do período 37 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
1	jun/22	218 - 2022 Analista Social PRESP FEDERAL - Betim e Contagem
2	jul/22	219 - 2022 Analista Social Selo Prevenção - Patos de Minas
3	jul/22	220 - 2022 Analista Social CEAPA - Vespasiano
4	jul/22	221 - 2022 Analista Social PRESP Estadual PCD - BH e RMBH
5	jul/22	237 - 2022 Gestor Base Municipal - Araguari
6	jul/22	238 - 2022 Analista Social CEAPA - Araguari
7	jul/22	239 - 2022 Técnico Administrativo - Araguari MG
8	jul/22	240- 2022 Analista Social FICA VIVO! - BH
9	jul/22	241- 2022 Analista Social CEAPA - Ibitaré
10	jul/22	249 - 2022 Técnico Administrativo - Sete Lagoas
11	jul/22	255- 2022 Gestor Social SE LIGA - BH
12	jul/22	256 - 2022 Técnico Administrativo - Juiz de Fora
13	jul/22	263 - 2022 Analista Social PRESP - Uberaba Estadual
14	jul/22	268- 2022 Analista Social FICA VIVO! - Ipatinga
15	ago/22	273 - 2022 Analista Social PMC - Ipatinga
16	ago/22	275- 2022 Analista Social CEAPA - Betim Estadual
17	ago/22	276- 2022 Analista Social CEAPA - Contagem Estadual
18	ago/22	277 - 2022 Analista Social CEAPA - GOVAL Licença Maternidade Estadual
19	ago/22	286 - 2022 Analista Social CEAPA- Uberlândia Estadual
20	ago/22	298 - 2022 Analista Administrativo - Sede Administrativa
21	ago/22	299 - 2022 Analista Social PMC - PCD e ou Reabilitados INSS - BH e RMBH Estadual
22	ago/22	303 - 2022 Técnico Administrativo - PCD e ou Reabilitadas INSS - BH e RMBH Estadual

QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
23	set/22	310 - 2022 Faxineira - Araguari
24	set/22	316 - 2022 Técnico Administrativo - PCD e ou Reabilitadas INSS - Governador Valadares
25	set/22	317 - 2022 Analista Social PRESP - Ribeirão das Neves Estadual
26	set/22	320 - 2022 Analista Social CEAPA - Betim Estadual
27	set/22	322 - 2022 Assistente Administrativo Compras – Sede Administrativa
28	set/22	328 - 2022 Faxineiro (a) Araguari
29	set/22	329 - 2022 Analista Social PRESP - Contagem (Estadual)
30	set/22	330 - 2022 Faxineiro (a) - Curvelo
31	set/22	332 - 2022 Faxineiro (a) - Barbacena
32	set/22	334 - 2022 Analista Social PRESP PCD e ou Reab INSS - Estadual BH e RMBH
33	set/22	343 - 2022 Técnico Administrativo PCD e Reabilitados INSS - BH e RMBH
34	set/22	344 -2022 Motorista - Barbacena
35	set/22	345 - 2022 Analista Social PMC Vespasiano - licença maternidade
36	set/22	346 - 2022 - Analista Social PRESP Ribeirão das Neves - Estadual
37	set/22	355 - 2022 Analista Social PMC - Contagem

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador nº 9.1. Número de relatórios Analíticos das UPC's de base local

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
56	62

Descrição do Indicador

Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC.

Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e-mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo.

A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fonte de Comprovação: Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).

Fórmula de Cálculo: (nº de relatórios encaminhados para a SEJUSP/SUPEC / nº de relatórios previstos para o período avaliatório)

Polaridade: manter inalterado.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para a análise do 15º PA considerou-se a entrega de dois relatórios analíticos, a entrega de julho referente aos meses de maio e junho (30 Relatórios), e a entrega de setembro referentes aos meses de julho e agosto (32 Relatórios). Neste período foram entregues pelos gestores sociais 62 (sessenta e dois) relatórios referentes às das Unidades de Prevenção de Base Territorial, quantidade correspondente à meta pactuada.

Considerou-se também a reabertura de 2 Unidades de Prevenção à Criminalidade, sendo elas Jardim Alterosas em Betim e Minas Caixa em Belo Horizonte.

Os dados analisados nos relatório, de maneira quantitativa foram: Homicídios consumados relacionados à dinâmica criminal ou relacionados a conflitos interpessoais; Homicídios tentados relacionados à dinâmica criminal ou por relacionados a conflitos interpessoais; Ameaças relacionadas dinâmica criminal ou relacionados a conflitos interpessoais; Violência contra a mulher; Violência institucional; Conflito entre grupos armados; Violência praticada pelo tráfico (*Justiçamento, disciplina, pau no gato, tortura etc.*); Crimes contra a dignidade sexual e outras violências, bem como leituras sobre operações que impactaram na dinâmica social dos territórios.

No 15º PA foi considerada a análise de 4 meses (Maio/Junho e Julho/Agosto), logo os dados quantitativos que serão apresentados serão superiores aos dados registrados no 14º PA. Não se tratando dessa forma de uma leitura meramente comparativa. Sendo assim, no 15º PA foram contabilizados 44 homicídios consumados. Destes, 26 apresentaram relação direta com a dinâmica criminal e 10 homicídios consumados apresentaram relação com desdobramento de conflitos interpessoais e/ou comunitários.

A respeito dos homicídios consumados, existem fatores da dinâmica social e criminal dos territórios que possuem um nível de desafio maior quanto às ações de intervenção para a Política de Prevenção à Criminalidade, como o caso registrado pelo relatório da UPC Jardim Leblon. Em uma parte do território que vinha de um período de tranquilidade, em 26/06/22, ocorreu um homicídio brutal de um homem de 33 anos motivado pelo justicamento, a partir da denúncia de uma mãe que o homem havia estuprado sua filha quando a adolescente tinha somente 13 anos. A mulher iniciou o ciclo de violência e outras pessoas se envolveram no espancamento do homem. Esse contexto é muito sério por se tratar de uma ação que pode ser equivocada, um julgamento precipitado, sem que as informações sejam qualificadas.

Um outro fato ocorrido no território da UPC Vila CEMIG no mês de junho de um triplo homicídio que foi amplamente noticiado e gerou comoção no território, quando 5 pessoas foram atingidas por diversos disparos, sendo que 3 delas vieram a óbito e duas ficaram feridas. Entre os mortos, 2 eram da faixa etária do Fica Vivo! e um homem de 30 anos. As pessoas atingidas e mortas não eram envolvidas com a criminalidade, tratava-se de um grupo que veio do município de Ouro Preto para comprar cachorros de um criador local. As mortes foram um equívoco, quando um grupo acreditou estar emboscando um desafeto. Esse episódio gerou uma reação que fez com que moradores buscassem a UPC Vila CEMIG para fomentar espaços de discussão e de intervenções da prevenção social naquele território.

A respeito dos números relacionados aos homicídios consumados, ainda existem os casos de difícil qualificação, como encontro de cadáveres no território da UPC Jardim Felicidade no mês de julho, sem uma relação direta com a criminalidade. O corpo de um homem de 39 anos encontrado próximo a um campo de futebol onde ocorreu uma oficina do *Fica Vivo!* sem sinais de violência, porém conhecido por ser usuário de drogas. Os jovens não demonstraram comoção a respeito da situação, mesmo o homem sendo padrasto de um dos jovens da oficina. Os analistas e oficinheiro fizeram uma intervenção com o grupo. Um outro caso foi o corpo de um mulher encontrado com sinais de execução, porém a área onde o corpo foi encontrado é um território que tem sido alvo de discussões devido o abandono, sendo muitas vezes utilizado para descartes de lixo e entulho. A UPC Jardim Felicidade está participando de uma grande articulação para revitalização do local, por intermédio de ações de proteção social.

Ainda que noticiado um caso homicídio, este não impactou a dinâmica criminal do território do Via Colégio, que segue estável, o que nos provoca a pensar se essa estabilidade estaria de fato relacionada à diminuição das violências nos microterritórios, ou se esse fato, estaria atrelado ao controle ainda mais rígido e uma regulação generalizada das lideranças do tráfico no local, sobretudo, após a possibilidade de inserção do PCC em todo território de abrangência.

Quanto aos homicídios tentados, foram contabilizados 17 relacionados à relacionados à dinâmica criminal e 3 relacionados a conflitos interpessoais, um quantitativo menor que o número apresentado no 14º PA. Um dos casos relatados foi da UPC Via Colégio no município de Santa Luzia, referente a uma tentativa de feminicídio no Alto São Cosme, em que uma mulher foi esfaqueada pelo namorado da sobrinha, gerando uma grande comoção. As tentativas de homicídio muitas vezes não estão em um contexto de anúncio de território, embora possa ter uma historicidade, muitas vezes se desdobram no calor das circunstâncias.

Em relação às ameaças foram contabilizados 34 menções, sendo 20 relacionadas à dinâmica criminal e 8 relacionadas a conflitos interpessoais e comunitários. Um caso descrito pela UPC Vila Pinho descreve que um homem foi ameaçado e expulso do território após agredir sua esposa na frente dos seus filhos, e que mesmo o tráfico tendo tomado uma decisão de não intervir nas questões das vidas privadas, ainda possui grande influência. As relações mediadas por moralidades violentas o que afeta nas resoluções dos conflitos, sejam familiares e/ou comunitários.

Casos de ameaças ou violência com repercussão na mídia têm sido presentes no território do Veneza em Ribeirão das Neves. Destaca-se o caso de jovens que invadiram a Escola Estadual Professor Paulo Freire e atearam fogo em alguns cômodos da escola destruindo todo o acervo da biblioteca e vários equipamentos eletrônicos. A motivação foi que os mesmos haviam sido flagrados fazendo uso de drogas no interior da escola, conduzidos a diretoria e posteriormente suspensos. Após o ocorrido os jovens foram acautelados e se encontram internados no Centro Socioeducativo de Justinópolis. As equipes receberam a informação que familiares dos jovens foram ameaçados e *convidados* a sair do bairro no prazo de 24 horas. Tal informação foi compartilhada com o tenente do GEPAR a fim de que pudéssemos construir intervenções anteriores à ocorrência de mais um fato violento. Ainda que a leitura tenha sido contestada pelo GEPAR, atenção à legitimidade da comunidade frente a esses atos.

Adolescentes são suspeitos de atear fogo em escola na Grande BH

Ataque aconteceu a colégio na cidade de Ribeirão das Neves

BALANÇO GERAL MG
14/06/2022 - 19H39



🔊 A- A+



<https://noticias.r7.com/minas-gerais/balanco-geral-mg/videos/adolescentes-sao-suspeitos-de-atear-fogo-em-escola-na-grande-bh-14062022#:~:text=Dois%20adolescentes%20de%2015%20anos,livros%20foram%20destru%C3%ADdos%20no%20inc%C3%AAndio.>

Também, através de mídias sociais, um casal foi acusado de violentar uma bebê no bairro Alterosas em Ribeirão das Neves. O homem ao ser questionado negou o fato, incriminou a namorada e fugiu. A mulher foi agredida pelos vizinhos e teve que ser levada com escolta para o hospital, em estado grave. A criança também foi levada para o hospital e passou por exames, não constatou nenhum abuso sexual, mas a regulação do tráfico que não aceita determinados comportamentos e atos e em muitos casos promove o linchamento como forma de se “fazer justiça”. Tais atos são legitimados pela comunidade, porém importante compreendermos se tal legitimação é por um receio de represálias ou por de fato também considerarem o linchamento como uma maneira de acesso à justiça. O linchamento é uma prática comum de justificação neste território.

Vizinhos espancam babá acusada de morder bebê em Ribeirão das Neves

De acordo com a mãe, a filha de 10 meses dormiu na casa da babá e voltou cheia de mordidas; mulher agredida está em estado grave



Cler Santos*

05/05/2022 15:01 - atualizado 05/05/2022 16:18

COMPARTILHE



SIGA NO Google News



Parabéns!
Utilizador selecionado hoje
7/10/2022 17:55
Participa agora no nosso questionário sobre hábitos de consumo e você pode vencer R\$1200 no teu supermercado favorito!
CLICA AQUI

<https://www.otempo.com.br/cidades/bebes-gemeos-sao-encontrados-mortos-embaixo-de-fogao-em-ribeirao-das-neves-1.2696035>

Outro caso de grande repercussão foi a morte de dois bebês no bairro Sônia (Justinópolis). A mãe, suspeita dos homicídios, é irmã de um jovem acompanhado pelo programa *Fica Vivo!*. Toda família é extremamente vulnerável e conhecida por diversas questões na rede. Agredida pela comunidade, as equipes buscaram em espaços coletivos dialogar com a comunidade sobre conflitos promovendo reflexão sobre as violências no território, uma vez que percebe uma naturalização por parte da comunidade da cultura de “justiçamento”. Ademais, o Fórum Multiterritorial contribuirá para ampliação das reflexões sobre tal realidade uma vez que nos atos preparatórios teremos espaços de discussão sobre temas que atravessam as diversas realidades dos territórios.

Assine O TEMPO e acesse a todo o conteúdo sem limite de leitura

ASSINE

OFERTA ESPECIAL: R\$1,90 NO PRIMEIRO MÊS

Portal O Tempo > Cidades > Artigo

ABANDONO DE INCAPAZ

Bebês gêmeos são encontrados mortos embaixo de fogão, em Ribeirão das Neves

Mãe das crianças de um ano havia os deixado sozinhos, enquanto levava os mais velhos para almoçar na casa da avó; ela foi presa



Por Malú Damázio

Publicado em 8 de julho de 2022 | 07h12 - Atualizado em 14 de setembro de 2022 | 16h29



<https://www.otempo.com.br/cidades/bebes-gemeos-sao-encontrados-mortos-embaixo-de-fogao-em-ribeirao-das-neves-1.2696035>

Foram contabilizados 22 casos de violências praticadas pelo tráfico, 7 violências causadas por outros motivos e 7 casos de conflitos armados entre grupos. Há um caso citado no relatório da UPC PTB, um homem de 30 anos, no dia 27/07 disse ter sido vítima da violência de traficantes, que durante a agressão mutilaram o seu dedo mindinho de uma das mãos. A violência foi motivada porque circulou comentários que o homem havia praticado roubo no

território há alguns meses. Após a violência o homem buscou a polícia e registrou a ocorrência, os suspeitos foram identificados como traficantes locais, mas não ocorreu prisão em flagrante.

No Taquaril, não houve homicídios, mas há tensão na comunidade em razão de alguns desdobramentos a respeito dos homicídios registrados no Granja de Freitas em abril/22. A comunidade diz que um dos principais receios em torno desses acontecimentos é que possivelmente ocorrerão mais mortes. O GEPAR compartilha que o suspeito das mortes ocorridas em abril havia sido preso, no entanto, atualmente se encontra em liberdade, e no território. Para além dessas informações, o tenente traz que o tráfico de drogas está bem intenso no condomínio “530”, e que devido a esse fator, com o intuito de amenizar essa situação estão utilizando uma abordagem bastante repressiva no local. Outra leitura de destaque é que, a partir do diálogo com a comunidade, grupos atuantes no tráfico, sobretudo o dos “Irmãos Capeta” estão de fato recebendo armamento de maior calibre e mais moderno. A insegurança diante desses fatos é bastante nítida quando dialogada com referências comunitárias e oficineiros. Ressaltam principalmente o receio em torno da chegada do armamento pesado, e dizem da circulação frequente de pessoas da Serra no território.

Um homicídio praticado sem a autorização dos “Paulistas” como são conhecidos os líderes do tráfico da região da Vila das Antenas - possivelmente associados ao PCC - ocorreu no território da UPC Palmital. O autor estaria fora do território, por estar ameaçado justamente por ter cometido esse homicídio sem a permissão do grupo. Trocas de tiros na praça da Savassi, uma possível tensão entre os grupos do Palmital B com o Grupo do Gilmarzinho, próximo à Vila das Antenas. Segundo informações, o clima vindo da Vila das Antenas até a Av. Amália, estaria bastante tenso, inclusive com o grupo do Gilmarzinho circulando armado por essa avenida. A preocupação está sobre os armamentos que estão presentes no território. A leitura trata também de que a partir da venda de lotes em áreas ocupadas, esse grupo estaria arrecadando fundos para realizarem a aquisição das armas. Fato é que a percepção em relação a quantidade e a qualidade dessas armas só vêm aumentando no território, causando um tensionamento ainda maior, uma vez que grupos fortemente armados, geram uma violência ainda mais violenta nos territórios.

O Morro Alto destaca-se pelo quantitativo de homicídios no último quadrimestre, nos meses de maio e junho houve um aquecimento na dinâmica criminal em toda área de abrangência, a região do Nova Pampulha trouxe cenário de agravamento em relação à dinâmica criminal. Todos os fatos que ocorreram na região causaram o sentimento de insegurança na comunidade, que teve seu funcionamento social impactado. Alguns comércios fechados mais cedo e menos circulação das pessoas nas ruas quando anoitecia, impactos de acesso dos jovens em oficinas também tem sido notado. É importante destacar que - apesar de ter ocorrido um homicídio com sinais de tortura no território, bem como várias pessoas sendo expulsadas e ameaçadas - o fato que provocou maior comoção e recolhimento da comunidade foi o homicídio de um jovem sem relação com a dinâmica criminal. A partir dessa situação, tem sido comum ouvir falas como “*agora tá mais sério, porque morreu inocente*” sic.

Mais uma vez manifestações como estas nos provoca a pensar na naturalização dos homicídios relacionados a conflitos do tráfico de drogas.

Diversos são os casos de homicídios por vínculo com tráfico, naturalização de outras violências, violência contra mulheres em relacionamento com liderança do tráfico, expulsão de jovens dos territórios que tem demandado das equipes manejo em articulação com a rede para a retirada de jovens ameaçados no território com ocorreu após uma tentativa de homicídio com a devido acolhimento em abrigo. O Gepar tem feito circulação estratégicas na região a fim de tentar inibir alguma ação novamente de grupos específicos e as equipes têm tentado construir outras estratégias de intervenção aos familiares dos ameaçados e junto às referências comunitárias. A circulação de polícia em toda a área foi intensificada e abordagens mais truculentas aos moradores sendo sido noticiada com frequência no território.

Pensando em todas as violências afloradas nestes últimos meses na área de abrangência da UPC do Morro Alto e que tem trazido impactos principalmente ao público prioritário do *Fica Vivo!*, foi construído e executado projeto local “Fica Vivo! Morro Alto”. A proposta do projeto foi promover o encontro de todas as oficinas (esporte, arte e cultura) num mesmo local e que as atividades pudessem acontecer de forma simultânea, bastante positiva para o momento aquecido que tem passado o território.

Nos relatórios foram contabilizados 52 casos de violência contra mulher e 10 crimes contra a liberdade e dignidade sexual, que são crimes que perpassam as questões de violência de gênero, motivadas pela cultura machista, afetando, mulheres, crianças e a comunidade LGBTQIA+. No relatório da UPC Nova Contagem foi citado que estão aumentando o número de relatos que chegam para UPC de violências contra o público LGBTQIA+, relacionados a ações de preconceito advindas de diversas ocasiões, nesse sentido o PMC foi acionado a ampliar essa pauta e fomentar junto a rede de proteção social a promoção da visibilidade da pauta e a construção de um evento de conscientização e de prevenção.

Em Uberlândia, muitos relatos e registros de violência contra a mulher têm chegado à equipe, desde relações intrafamiliares, conjugais e denúncias de abuso sexual à estupro também entre familiares ou pessoas conhecidas.

Casos recorrentes de estupros demandaram da rede posicionamento. Numa audiência pública sobre o assunto, foram elaborados alguns encaminhamentos e articulações importantes.

A UPC Citrolândia relata o aumento significativo no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de risco acentuado. As equipes do PMC têm se dedicado a auxiliar essas mulheres na construção de medidas e estratégias de segurança, para além dos acionamentos formais como a Medida Protetiva e o acompanhamento da PVD. Essas mulheres também precisam construir uma rede que perpassa família e comunidade. Destacam-se alguns casos do mês de julho, o primeiro em que uma mulher precisou abandonar sua residência com os filhos, devido a repetidos episódios de violências. Após meses buscando retirar uma cama da antiga residência para uso da mesma e dos filhos, ela foi agredida novamente e no calor da situação para se defender, acabou ferindo o companheiro com um pedaço de vidro. No final de julho, um segundo caso, uma mulher ameaçada de morte pelo companheiro procurou a equipe do PMC para pensar em como construir a saída de sua residência de forma segura. São contextos como esse que tornam fundamental a presença da Política de Prevenção a Criminalidade, oferecendo um atendimento tão qualificado como o PMC para essas mulheres vítimas de violência. São casos que as mulheres desejam romper esse ciclo de sofrimento, mas somente com um suporte muito empático, técnico, paciente e norteado por princípios da segurança pública cidadã pode gerar vínculo e confiança, num ambiente seguro de reflexão e tomada de decisão onde elas se tornem as protagonistas.

Ainda sobre os crimes contra a liberdade e dignidade sexual, nos relatórios foram citados casos de abuso e exploração sexual como no relatório da UPC Serra. Em uma reunião estratégica com o grupamento do GEPAR no mês de julho foi apresentado para equipe um caso de uma genitora que permitia que seu filho, uma criança de 5 anos fosse abusada por um homem mediante pagamento. Outro caso também no território da UPC Serra, um homem foi preso em uma operação da Polícia Federal, suspeito de comercializar pornografia infantil e compor uma rede criminosa da mesma natureza. A UPC Vila CEMIG, no mês agosto, foi trazido pelos jovens atendidos que um bar do território estaria realizando a exploração sexual de adolescentes e vendas de entorpecentes. A equipe do *Fica Vivo!* tem realizado diálogo com os jovens sobre esse fenômeno. A UPC Jardim Alterosas que teve suas atividades retomadas em 15/07/22, em sua primeira reunião com GEPAR recebeu o relato de uma família do território que buscou a polícia para dizer da ocorrência do estupro de vulnerável e pediu providências rápidas em desfavor do suspeito, no final do mesmo dia o suspeito foi assassinado no território.

Importante destacar uma intervenção realizada pela equipe do programa Mediação de Conflitos da UPC PPL, com a motivação de alcançar atendidos que são envolvidos na dinâmica criminal da região, inicialmente, afixando cartazes, realizou uma circulação no território a noite, a fim de mobilizar moradoras a participar do evento de prevenção à violência contra à mulher do agosto Lilás realizou vários atendimentos itinerantes, surpreendendo pela quantidade de pessoas circulando na região, sobretudo, de pessoas empenhadas na venda de drogas, relatos de expulsão do território e violência física, ampliando a leitura de territórios anteriormente fechados à Prevenção à Criminalidade e hoje, dá sinais de uma possível entrada da equipe que permanece com estratégias para alcance do público.

A violência patrimonial foi contabilizada em 4 casos nos relatórios analíticos. A UPC PTB cita um caso de violência contra idoso envolvendo violência patrimonial, esse tipo de violência está muitas vezes relacionado a outras violências que ocorrem também no âmbito doméstico. Foram citados nos relatórios 3 casos de pessoas desaparecidas, também 2 casos de pessoas expulsas do território e 22 citações de casos de outras violências.

A UPC Vila CEMIG apresenta um caso por exemplo em pontos do território, conflitos devido ao período político, devido participação de lideranças do tráfico coagindo moradores a respeito do apoio de alguns candidatos e intimidação no caso camisas, cartazes ou bandeiras de candidatos adversários. A UPC Vila Pinho relata um caso que envolve a agressividade e violência por motivos banais. Um jovem recentemente vinculado ao tráfico tentou intimidar um casal de irmãos em baile. A moça se recusou a conversar com o rapaz e o jovem insistiu, o irmão da moça tentou dialogar, mas foi intimidado. Nesse contexto, o irmão da moça precisou acionar um traficante local para intervir no caso. Essa situação demonstra como o envolvimento com a criminalidade local potencializa o comportamento violento na socialização com os pares.

O maior empobrecimento, aumento da insegurança alimentar e da demanda nas cozinhas solidárias continua crescente no território da UPC Jardim Canaã, em Uberlândia, assim como a falta de centralidade e organização dos princípios norteadores de todas essas frentes. A equipe do PMC buscou se mobilizar conjuntamente com outras redes para acompanhar e encaminhar questões complexas que chegam às cozinhas e da mesma forma convidar as referências para o diálogo com a rede institucional.

A respeito de violência policial foram citados 25 casos e, sobre as operações policiais com repercussão no território, foram citados 28 casos. As situações de violência policial continuam se repercutindo em situações de como a polícia atua na dispersão de bailes funks ou festividades da comunidade onde ocorrem aglomeração de pessoas, bem como em eventos espontâneos onde gere encontros nos espaços públicos, como final de jogos. Como um caso citado pela Vila Pinho, que os jovens estavam no Parque Ecológico durante um campeonato de futebol, juntamente ao pessoal de grafite do *Fica Vivo!* a Guarda Municipal presente no local proibiu a permanência dos jovens no local. Esses

contextos reforçam o estigma, a segregação e criminalização de grupos já em situação de risco e vulnerabilidade social, onde todo o grupo é considerado como pessoas em atitudes suspeitas, dificultando a construções de proteção social.

Fatores positivos que precisamos destacar ocorridos nesse período, temos um relato da UPC Olavo Costa. Foi divulgado no território, um acordo de paz entre grupos rivais, que não haveria mais disputa entre pontos de drogas e conflitos armados que colocassem moradores em risco. Os efeitos deste acordo são percebidos com a maior circulação de pessoas nas ruas e até as crianças ocupando espaços que estavam abandonados e o acesso aos serviços públicos que era dificultado para moradores de áreas rivais. Aproveitando esse contexto, que permite a implementação de projetos de prevenção, o Fica Vivo! realizou o Projeto Local "Vem Tranquilo" com apoio do Programa Se Liga e PMC. O evento foi realizado no Campo do Núcleo Travessia, área externa da UPC. O festival contou com música, as oficinas do Programa, de papagaio e stencil com o coletivo "Levante popular da juventude". A adesão do público foi altíssima observando a realidade local, e que não teria alcançado esse número sem essa leitura de oportunidade do contexto local, estima-se que participaram 200 adolescentes e jovens da faixa etária do Fica Vivo! e 100 pessoas de outras faixas etárias, com a presença de territórios que em outro momento não seria possível.

A UPC Via Colégio também realizou o Projeto Local do *Fica Vivo!*, especificamente um campeonato de futebol envolvendo 3 oficinas do território. Foi escolhido um local na comunidade onde a equipe de analistas e até mesmo em reuniões com GEPAR aparece como território com intensificação de dinâmica criminal. A proposta do projeto foi acolhida pela comunidade e promovida pelos jovens, o que levou a participação de 150 jovens no evento, além da adesão dos moradores como torcedores durante os jogos, este resultado positivo surpreendeu a equipe. Um outro caso de pacificação pela UPC Santa Lúcia trouxe mudanças importantes no território, o acordo foi proposto em abril e ainda se mantém vigente, trazendo uma janela de oportunidades para que a prevenção aproveite o contexto para implementar projetos de prevenção e fortaleça os vínculos nas áreas prioritárias.

Destacamos o campeonato realizado pelas oficinas de Esporte do Fica Vivo! da UPC PPL, que teve como objetivo materializar sobretudo com a juventude com trajetória de envolvimento nos grupos atuantes do tráfico de drogas local, o acordo de paz vigente que possibilita a livre circulação dos moradores por todo o território, sejam eles com envolvimento ou não. O campeonato aconteceu na quadra do Conjunto IAPI e contou com a participação de aproximadamente 60 jovens atendidos nas oficinas dos territórios do Beco do Fi, Favelinha, Carmo do Rio Claro e Vila Senhor dos Passos. A equipe avalia positivamente a ação, tendo em vista que esse encontro das juventudes aconteceu de forma pacífica e com interação bastante positiva.

No mês de julho também ocorreu a reabertura da UPC Primeiro de Maio, com a chegada da equipe, realização das primeiras leituras e diagnóstico, visita a rede, circulação pela área de abrangência. A equipe identificou as áreas de maior vulnerabilidade social, áreas de maior presença do tráfico e até mesmo prostituição. A equipe destaca o acolhimento e reconhecimento da comunidade com as camisetas dos programas e o relato dos moradores da importância da reabertura da unidade de prevenção, a qual já há registros dos primeiros atendimentos e articulações.

Importante destacar que em junho, que foi a entrega da revitalização da Unidade, UPC de Cara Nova, que foi um evento para trazer a comunidade de volta a UPC, foi um evento positivo com ampla participação de público e rede de proteção. Nesse sentido, destaco a parceria com o GEPAR, que com outros parceiros do território, conseguiram muitas doações para lanches. A OAB concedeu um valor para a aquisição de sprays utilizados pelos jovens participantes de oficinas de Nova Contagem e Leblon. Os Centros de Saúde do território também estiveram presentes, aferindo a pressão dos participantes. E a Secretaria de meio ambiente que concedeu algumas mudas para plantio na unidade. Mas o destaque entre as parcerias e participação foi principalmente das referências comunitárias e moradores que colaboraram com apresentações artísticas e culturais, fazendo cumprir o principal objetivo do Evento, que foi aproximar da comunidade e provocar a participação e ocupação da Unidade.

As leituras das dinâmicas sociais e criminais são complexas, e as equipes precisam estar atentas, atualizadas para perceber essas nuances e saber como agir, ou seus limites, como no caso citado pela UPC Jardim Leblon que os moradores relatam que as "bocas" do território foram terceirizadas para outros grupos. O impacto disso é percebido pela falta de conexão desses indivíduos com os moradores do território, as tentativas de intimidação com exibição de armas nos bailes, o que era proibido pela liderança anterior. Outra situação complexa é a vivenciada pela UPC Minas Caixa reaberta recentemente, algumas áreas limítrofes do seu território que envolvem dois bairros Mantiqueira e Jardim Comerciários que fazem divisa com o bairro Landi pertencente a município de Ribeirão das Neves, estes territórios mutuamente interferem na dinâmica um do outro, porém a UPC Jardim Leblon responde apenas pela Regional Venda Nova em Belo Horizonte.

As análises registradas nos relatórios Analíticos estão cada vez mais profundas e qualificadas, trazendo elementos e dados muito importantes para os avanços da Política de Prevenção à Criminalidade, na construção de tecnologias sociais e saídas baseadas na segurança cidadã personalizadas por problemas territoriais específicos.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9	9
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo.</p> <p>Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</p> <p>Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) número de oficinas (por UPC, município e geral); 2) percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite); 3) percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade; 4) percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros); 5) número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral); 6) número e percentual de oficinairos (por UPC, município e geral); 7) percentual de oficinairos por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral); 8) número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral); 9) média de jovens por oficina (por UPC e geral); 10) perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade); 11) frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral); 12) frequência de encontros realizados em oficinas. <p>Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.</p> <p>Relatórios de Gestão do Programa Se Liga</p> <p>Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6) Número de ações com familiares e de participantes; 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 	

8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;

9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;

10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos;

11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado).

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos

Articuladores de Prevenção à Criminalidade, que deverá conter, no mínimo:

- 1) Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada município;
- 2) Análise das principais discussões e encaminhamentos das reuniões das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade;
- 3) Análise das parcerias firmadas para viabilização do Programa por município, bem como das articulações feitas com as instituições;
- 4) Análise das ações de mobilização comunitária realizadas por município;
- 5) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;
- 6) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.

A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Unidade de medida: nº absoluto

Fonte de Comprovação: e-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC

Fórmula de Cálculo: somatório de relatórios encaminhados pela OS parceira para a SEJUSP/SUPEC no período avaliatório

Polaridade: manter inalterado

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 15º período avaliatório foram entregues 9 relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção, 3 da Gestão do Programa Se Liga e 3 da Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios *Fica Vivo!*, **cumprindo integralmente a meta estabelecida.**

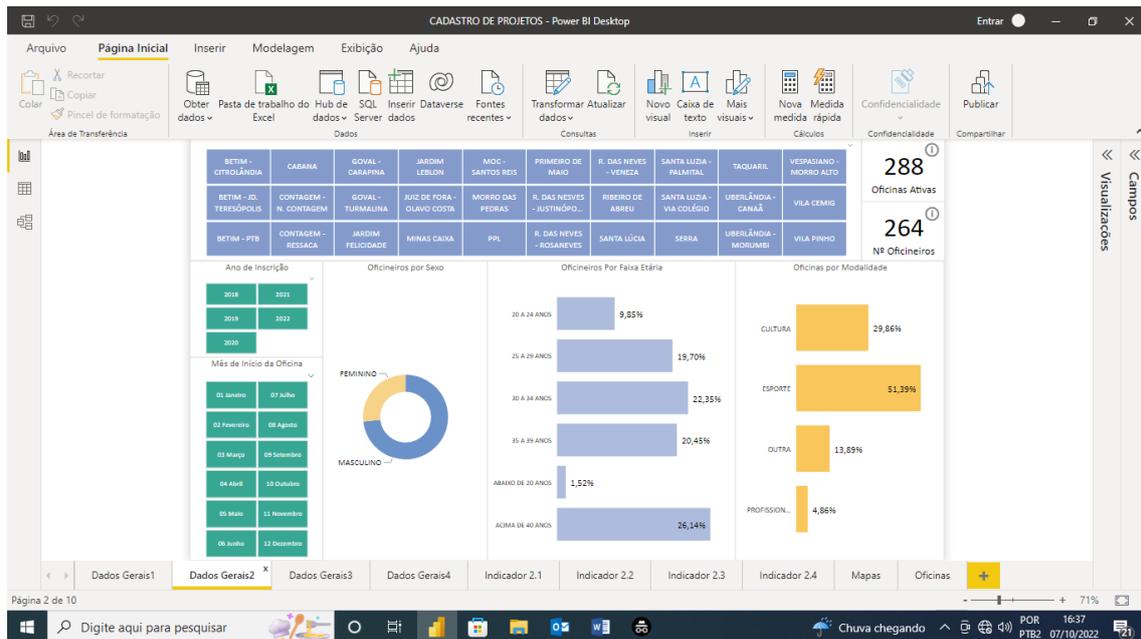
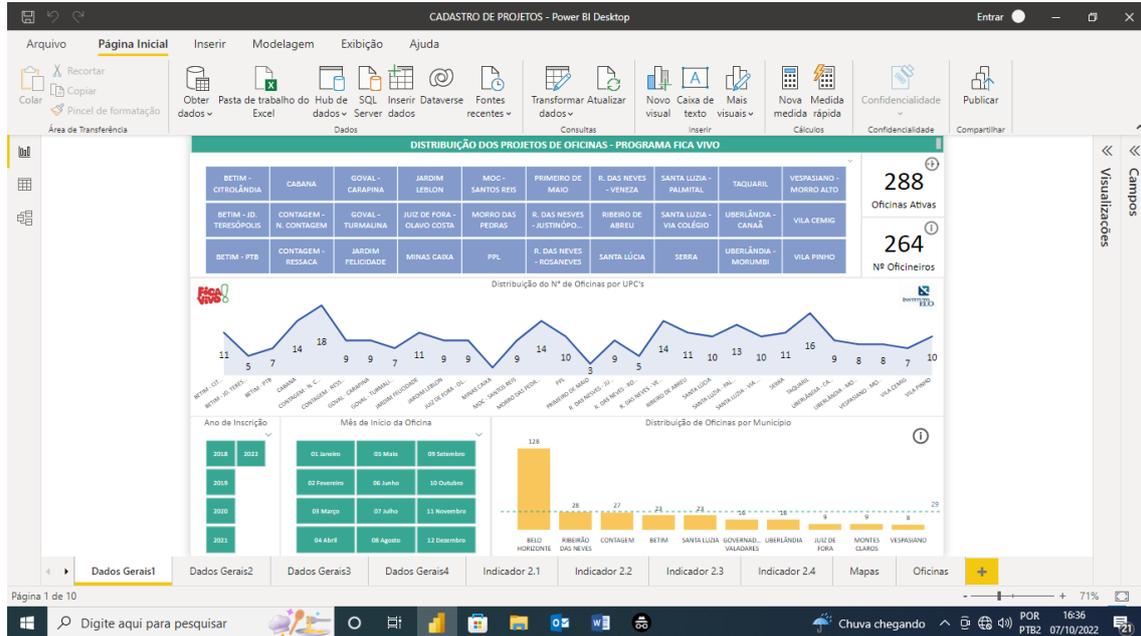
Sobre as atividades do Fica Vivo!, com a manutenção das atividades presenciais nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, tornou-se possível viabilizar o planejamento da retomada gradativa das oficinas dos territórios, com atenção aos protocolos de prevenção emanados pelos órgãos de saúde, aos decretos federal, estadual e municipais relativos à pandemia de COVID-19, bem como às diretrizes advindas desta SUPEC. Em acordo com essas orientações, a retomada das atividades tem sido acompanhada detalhadamente pela supervisão metodológica do Programa e pela gestão social das unidades de prevenção à criminalidade em âmbito local.

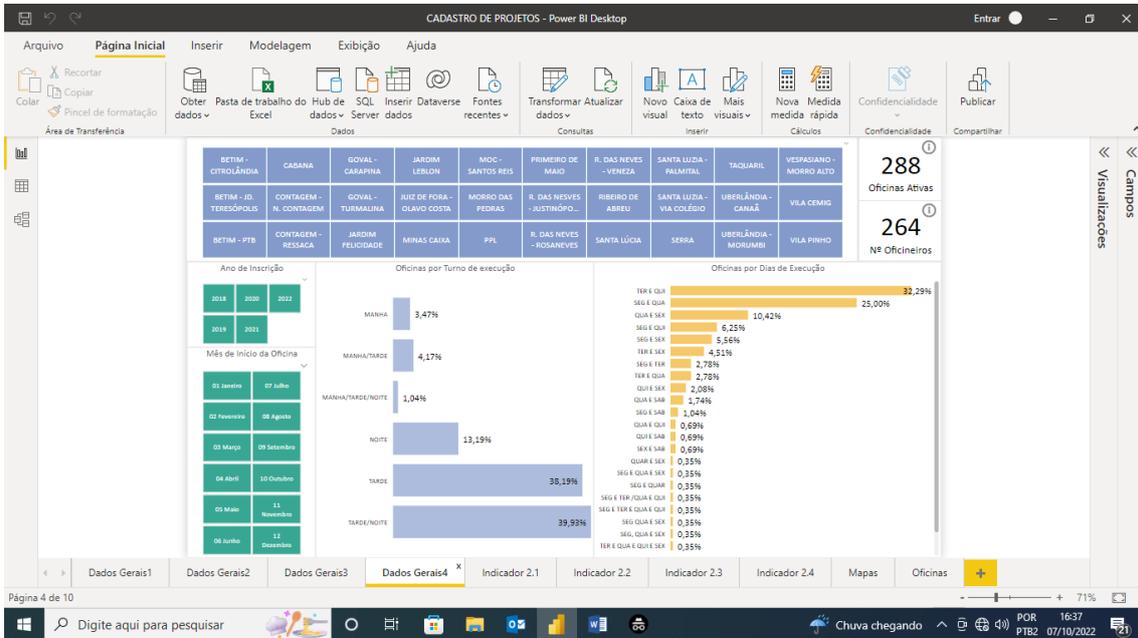
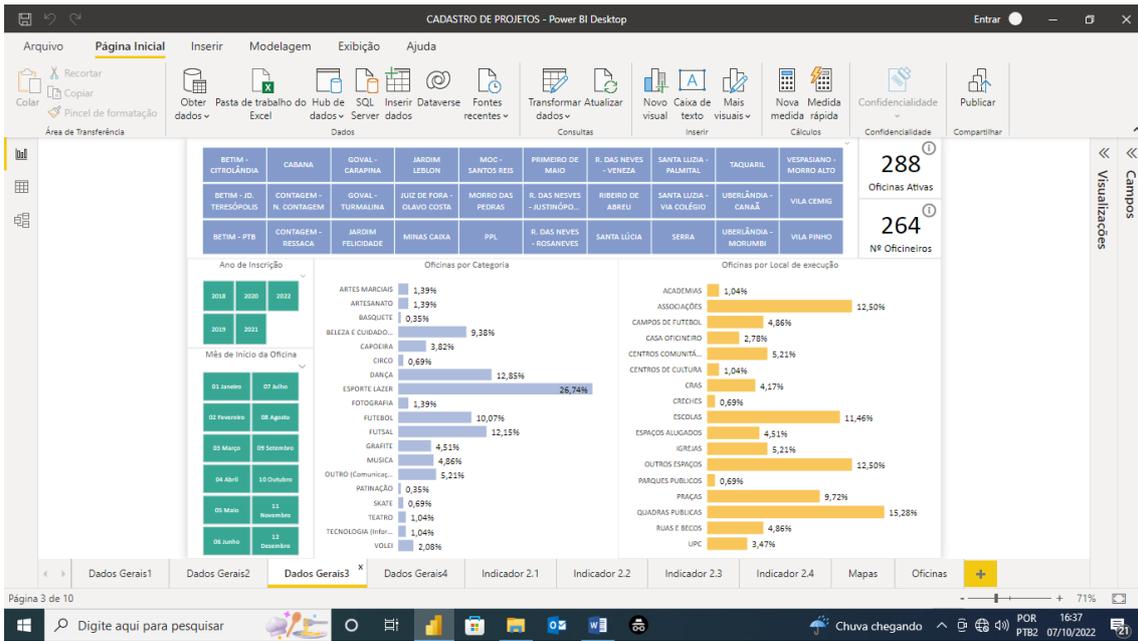
O programa, que no primeiro semestre do ano anterior tinha apenas 3 oficinas ativas e 3 oficineiros prestadores de serviço, encerra esse 15º período avaliatório com 260 oficinas ativas e 231 oficineiros.

Quanto ao formato de entrega do relatório de Gestão de Oficinas, o Departamento de Monitoramento vem desenvolvendo uma ferramenta de BI (*business inteligente*) para quem sabe substituir o modelo de relatório atual. O modelo proposto trata-se de um painel interativo (*dashboard*) construído no software Power BI da Microsoft que permite aos gestores do programa Fica Vivo visualizarem e manipularem informações mais atualizadas de forma dinâmica e interativa. Nele são apresentados os dados gerenciais das oficinas temáticas do programa Fica Vivo, bem

como os indicadores de atendimentos que são monitorados pelo Instituto Elo segundo requisitos do Programa de Trabalho de execução da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais.

Abaixo apresentados algumas imagens do projeto que vem sendo desenvolvido:





BETIM - CITROLÂNDIA	CABANA	GOVAL - CARAPINA	JARDIM LEBLON	MOC - SANTOS REIS	PRIMEIRO DE MAIO	R. DAS NEVES - VENEZA	SANTA LUZIA - PALMITAL	TAQUARIL	VESPASIANO - MORRO ALTO
BETIM - JD. TERESÓPOLIS	CONTAGEM - N. CONTAGEM	GOVAL - TURMALINA	JUIZ DE FORA - OLAVO COSTA	MORRO DAS PEDRAS	R. DAS NESVES - JUSTINÓPOLIS...	RIBEIRO DE ABREU	SANTA LUZIA - VIA COLÉGIO	UBERLÂNDIA - CANAÃ	VILA CEMIG
BETIM - PTB	CONTAGEM - RESSACA	JARDIM FELICIDADE	MINAS CAIXA	PPL	R. DAS NEVES - ROSANEVES	SANTA LÚCIA	SERRA	UBERLÂNDIA - MORUMBI	VILA PINHO

288
Oficinas Ativas

264
Nº Oficineiros

74
Média de Encontr...

154
Média de Jovens

188
Média de Atendi...

427
Total de Ações

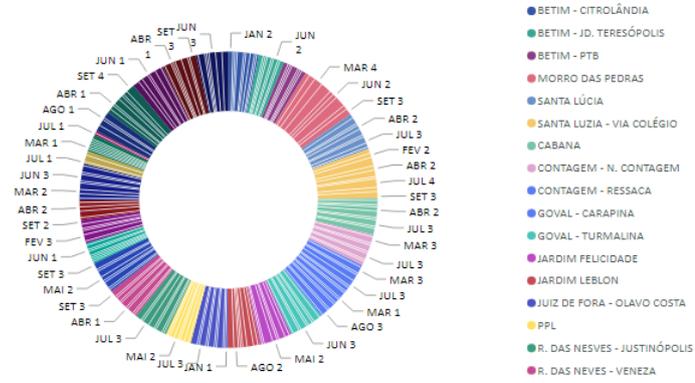
Ano de Inscrição

2018	2020	2022
2019	2021	

Mês de Início da Oficina

01 Janeiro	07 Julho
02 Fevereiro	08 Agosto
03 Março	09 Setembro
04 Abril	10 Outubro
05 Maio	11 Novembro
06 Junho	12 Dezembro

Nº de Ações de Intervenção Estratégica Por UPC



Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Descrição do Indicador	
<p>Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.</p> <p>Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
<p>O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual,</p>	

Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

3 – QUADRO DE PRODUTOS

Área Temática		Produto	Peso (%)	Início	Término	Período Avaliatório	
1	Projetos de Emendas Parlamentares	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	12	Jul/22	Dez/22	16º
		1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	12	Jan/22	abr/22	abr/22
		1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	12	Jul/22	Dez/22	16º
		1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	12	Dez/21	Dez/22	16º
		1.5	Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	12	Jul/22	Dez/22	16º
2	Diagnósticos	2.1	Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local	10	Jul/22	Dez/22	16º
		2.2	Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas	10	Jan/22	mai/22	15º
3	Ações do Programa PrEsp	3.1	Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp	10	Jul/22	Dez/22	16º
		3.2	Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp	10	Fev/22	set/22	15º

5. ATRIBUTOS DOS PRODUTOS

Para o 15º Período Avaliatório, realizou-se o produto 3.2, conforme descrição abaixo.

Área Temática: PRODUTOS	
Produto 3.2 – Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%
Descrição do Indicador	
<p>O acesso a cursos de qualificação profissional para o público atendido pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional-PrEsp tem como objetivo principal viabilizar maior inserção deste público no mercado de trabalho e/ou a geração de renda própria, uma vez que a existência de atestado de antecedentes criminais influencia diretamente nas contratações na sua (re)inserção no mercado de trabalho.</p> <p>Neste senti do, este produto visa ofertar cursos de qualificação profissional para egressos do sistema prisional e seus familiares voltados para a temática do empreendedorismo.</p> <p>A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para os cursos, com atendimento da legislação e normas pertinentes e deverá enviar à SUPEC um Plano de Execução que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto a realização dos cursos.</p> <p>A OS deverá elaborar um Relatório de Execução em até 10 dias úteis, contados a partir da finalização do último curso ofertado, e a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade dos cursos.</p> <p>Em todos os cursos ofertados deverá haver lista de presença dos participantes.</p> <p>Todos os gastos com este Produto serão custeados pelos recursos previstos na Memória de Cálculo C do Contrato de Gestão.</p>	
Fonte de comprovação do Produto	
<p>Critério de aceitação: Relatório de Resultado aprovado pela SUPEC</p> <p>Fonte de Comprovação: Relatório de Execução aprovado e listas de presença</p>	

Foi elaborado e entregue para a Supec um relatório completo detalhando todo o processo de execução e sobre as características do público atendido pelo Projeto. A seguir apresenta-se um resumo desse documento.

O documento em questão apresenta os resultados do “Produto 3.2 – Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp”, conforme previsto no Programa de Trabalho do VI Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo. Tem como objetivo principal trazer informações qualificadas e relevantes sobre o processo de execução do projeto e dos cursistas.

No cotidiano de atendimentos no PrEsp, observa-se que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e acesso a renda muitas vezes está atrelada à baixa escolaridade do público acompanhado. Além disso, a ausência de qualificação profissional relacionada à ausência de repertório de elementos para o mundo do trabalho, como por exemplo: como se comportar em uma entrevista de emprego e ética no ambiente de trabalho, acesso a cursos profissionalizantes de capacitação ou aperfeiçoamento, dentre outros, contribuem para o não acesso ao mercado formal de trabalho.

É sabido que a recessão e a estagnação da economia no país reduzem a oferta de vagas e a absorção de mão de obra no mercado de trabalho. Entretanto, o impacto sofrido por pessoas que se encontram em situação de defasagem escolar ou que estão afastadas da escola, devido aos requisitos de escolaridade exigidos para participação em alguns cursos, é ainda maior. Também há de se considerar que a existência de atestado de antecedentes criminais influencia diretamente nas contratações na sua (re)inserção no mercado de trabalho.

Assim, novas alternativas precisam ser pensadas e executadas como forma de propiciar uma inclusão econômica e social deste público. Nesse viés, o trabalho autônomo, a geração de renda e a qualificação profissional voltada para a temática do empreendedorismo se mostram de suma importância.

O trabalho e a profissionalização são instrumentos tão importantes de (re)inserção social que através do Decreto 9.450/18 a União instituiu a Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional (PNAT). Um dos objetivos deste Decreto é “estabelecer mecanismos que favoreçam a reinserção social das pessoas presas em regime fechado, semiaberto e aberto, e egressas do sistema prisional”.

Ademais, a oportunidade de ter acesso a um curso de qualificação profissional não consiste apenas na possibilidade de um encaminhamento para o mercado de trabalho, propiciando também a valorização do sujeito, elevando a sua autoestima e possibilitando uma participação maior na comunidade, sendo um fator de proteção e prevenção à criminalidade.

No contexto mencionado, a oferta de cursos profissionalizantes para pessoas egressas do sistema prisional se revela como importante estratégia para ampliar o rol de ocupações e de acesso à renda, incidindo diretamente na redução da reincidência criminal. É necessário capacitar profissionalmente este público para que ele esteja minimamente apto a concorrer a uma vaga de emprego, gerar renda e, com isso, retomar a vida em liberdade.

Dessa forma, o projeto “Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp” tem como objetivo o acesso a cursos de qualificação profissional para o público atendido pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional-PrEsp e seus familiares. Logo, o Projeto tem como objetivo maior a inserção deste público no mercado de trabalho e/ou a geração de renda própria.

A ação de qualificação profissional do público aqui proposta se apresenta a partir da importância de se ofertar cursos que se adequem às necessidades do público egresso do sistema prisional, bem como à realidade a ele inerente.

Diante disso, a qualificação profissional do público egresso do sistema prisional visando a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda contribuem diretamente para a prevenção à criminalidade, na medida em que se apresenta como um fator que interfere na não reentrada no sistema prisional pelo cometimento de novos delitos.

Resumidamente, o Produto citado visa a oferta de cursos de qualificação profissional para egressos do sistema prisional e seus familiares voltados para a temática do empreendedorismo. A fase de execução compreendeu o período de 27 de junho de 2022 a 19 de setembro de 2022, sendo realizados 18 cursos em 11 Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPC's) oferecidos pela empresa Asmec Minas, empresa definida via edital público para contratação do serviço de realização dos cursos. Adicionalmente, os cursistas contaram com auxílio alimentação e auxílio transporte no valor de R\$20,00 diários.

Inicialmente, os egressos que acessam o PrEsp e seus familiares são captados pela equipe. Nessa primeira etapa, é feita a pré-inscrição dos interessados. Finalizado período de pré-inscrição, os pré-inscritos que demandam prioridade são selecionados para compor as turmas enquanto titulares.

Antes do início do curso, a equipe da UPC entra em contato com os egressos e familiares a fim de passar as informações acerca do curso, como data de início, horário, local e os requisitos para concluir o curso e receber o certificado ao final, e confirmar a presença do indivíduo. Ainda, mais próximo à data de início, a sede do Instituto Elo entra em contato novamente com as pessoas confirmadas, reafirmando a importância da presença e tirando possíveis dúvidas concernentes ao curso em questão. O contato é feito, principalmente, por meio de ligação telefônica, que também tem o intuito de incentivar o cumprimento do curso, além de tirar dúvidas a respeito do funcionamento e localização do estabelecimento em que acontecerão as aulas. Deste modo, a comunicação que confirma a inscrição do jovem é realizada tanto pela Sede do Instituto Elo, quanto pelas equipes que possuem contato direto com a pessoa que acessa o PrEsp.

Uma vez confirmada a presença dos inscritos, a empresa responsável pela execução dos cursos recebe a lista com os nomes e elabora a lista de presença que documenta a frequência dos alunos. Ao final do primeiro dia de curso, a empresa encaminha a lista de presenças e, em caso de constar alguma falta no dia referente, é feito um novo contato com o aluno com o objetivo de acompanhá-lo, tirar alguma dúvida, reiterar o limite de faltas ou auxiliá-lo em alguma questão. Uma vez confirmada a desistência desse cursista, a vaga é repostada com outro aluno da lista de reserva afim de aproveitar a vaga ociosa, respeitando o limite permitido de ausências do curso.

Ao final do curso, os alunos com até 1/5 de faltas recebem o certificado e respondem a uma pesquisa de satisfação. Após o curso ser finalizado, a documentação é encaminhada ao Instituto Elo, que organiza, confere e sistematiza as informações.

Os cursos aconteceram de 27 de junho, data de início do primeiro curso (Salgadeiro- UPC Montes Claros), até 23 de setembro, data de finalização dos últimos dois cursos (Montagem e Manutenção de Celular- UPC Santa Luzia &

Pequenos Reparos em Hidráulica e Elétrica- UPC Betim). Nota-se que, na maior parte do percurso, pelo menos 2 cursos eram iniciados por semana, tendo como duração, no geral, 1 semana (20 h/a), com exceção do curso de Cabeleireiro.



Nota-se que quase 50% das vagas ofertadas pelo curso foram concluídas com o recebimento de certificados e 59% foram ocupadas por alunos que tiveram presença pelo menos 1 vez no curso. Apesar de a proporção de certificados não compor metade do número de vagas, o percentual dos alunos que foram pelo menos uma vez ao curso e prosseguiu até o final alcançando a certificação é bastante alto, uma vez que apenas 12% dos ocupantes das vagas desistiram após ter iniciado a qualificação. Importante destacar que, em comparação a indicadores relativos à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), trata-se de um percentual alto. Pouco menos de 40% dos alunos dos cursos técnicos conseguem concluir o curso escolhido, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Uma vez que se trata de um público vulnerável e de contato obstaculizado fora dos limites da UPC, a precária ocupação de vagas constatada já era um desafio esperado para a execução do Projeto. Mesmo assim, apesar de a certificação de alunos não ter ultrapassado um percentual superior a 50%, ou seja, metade das vagas concluídas com a entrega do certificado, observa-se uma adesão importante daquele público que iniciou algum curso.

Além disso, das 223 vagas que foram iniciadas com presença, cerca de 25 correspondiam a alunos que já haviam cursado previamente algum dos cursos, dando indícios de que o interesse após a primeira experiência de qualificação permaneceu. Desses 25, 22 egressos e familiares conseguiram certificado em, pelo menos, dois cursos. Tendo em vista o contexto de captação de inscritos presentes, trata-se de um resultado positivo.

Quanto ao perfil socioeconômico do público abrangido pelo Projeto, os sujeitos da análise correspondem ao universo de alunos que estiveram presentes, pelo menos, uma vez em aula (223 vagas). As informações são provenientes da planilha de cadastro de egressos, que é alimentada pelos analistas sociais que prestam atendimento nas UPC's. Como a planilha não abrange familiares, estes não puderam ser incluídos em algumas das análises de perfil que têm como insumo a fonte supracitada. Além disso, uma parcela dos casos não foi localizada na base de informações principal. Isso significa que alguns dos sujeitos do público do Projeto não constam na análise proposta. Há de se lembrar também que alguns dos casos se referem a um mesmo indivíduo, ocasionando uma duplicidade que foi corrigida para a investigação tentada.

A informação que distingue egressos de familiares está disponível para 159 indivíduos. Segundo a variável, 145 são egressos enquanto 14 são familiares de egressos. Quanto à distribuição por sexo e idade média dos alunos, nota-se que o acesso ao curso conta com maioria masculina, 82%, característica do público do PrEsp como um todo, e a idade média pontua cerca de 35 anos. Além disso, constata-se que os alunos aprovados têm média de idade superior aos alunos reprovados, com uma considerável diferença superior a 4 anos. Em relação ao estado civil, quase 2/3 dos alunos (106) se afirmaram solteiros, sendo União estável a segunda categoria mais mencionada com 39 alunos, 23%. Apenas 2 pessoas confirmaram o estado civil separado, 1% e 1%. No que se refere à raça/cor desses indivíduos, a categoria Parda compõe considerável parte da amostra, contando com 84 alunos, 49%, seguida pelas categorias Preta e Branca, com 35 e 27 alunos, 20% e 16%. A raça/cor amarela foi citada por apenas 1 pessoa, 1%. Para a informação de religião, a maior parte dos alunos se declara evangélica, 76, 44%, seguida pela católica, 33, 19%. Ao passo que as religiões espírita, Candomblé e Umbanda não alcançam 5 respostas.

Nota-se também que se trata de um público com parcela considerável no ensino fundamental incompleto, 67 pessoas, 39%. Além disso, 2 pessoas analisadas possuem ensino superior completo, 1%, e outras 2 são analfabetas funcionais, 1%. Observando a situação de renda e ocupação do público alcançado pelo Projeto, percebe-se que a maior parte se encontra sem renda ou recebendo até 1 salário mínimo, 53%, enquanto que 76% dos alunos está também desempregado ou trabalhando fazendo bicos.

Ao finalizar o curso, 140 respondentes da pesquisa de satisfação afirmaram ter ficado satisfeitos com o conteúdo e prática apreendidos.

Como já foi dito, a organização para o andamento do curso demandou contato direto com os egressos e familiares, público do Projeto. Além da captação de interessados, o acompanhamento foi feito extensivamente, de modo a

incentivar e auxiliar o aluno a concluir o curso. Nesse trajeto, houveram desistências, recusa em iniciar as aulas, além de empecilhos de ordem externa à disposição do egresso ou familiar em fazer o curso. Em alguns casos, o motivo estava embasado em contratação recente, maioria sem carteira assinada, que ocuparia o tempo do egresso investido em fazer o curso e impossibilitaria sua presença, mesmo que estivesse interessado.

Constatou-se, ainda, alguns obstáculos no que se refere às tentativas de contato com o egresso ou familiar que tinham intenção de cumprir o curso. Um dos principais compreendia a situação de moradia. Muitas pessoas do público do Projeto residiam em abrigos ou estavam em situação de rua, o que dificultou bastante o contato por telefone, principal meio usado para a etapa. Além disso, muitos dos egressos que se inscreviam não tinham telefone de uso próprio, dividindo com a esposa, mãe ou familiar.

Nota-se, a partir da análise socioeconômica, que se trata de um grupo de baixa escolaridade, com idade média superior a 30 anos e desempregada ou com baixa renda. Esse contexto, compreendido tendo em vista uma extrema vulnerabilidade do público, permeou o andamento do Projeto, de modo que se conclui que os resultados obtidos foram positivos, além de reforçar a importância da qualificação para esses indivíduos. De todo modo, a adesão daqueles que iniciavam o curso é notável, além de o curso ter sido considerado satisfatório para parte majoritária dos concluintes.

Por fim, o Projeto é finalizado com a qualificação de 175 egressos do sistema prisional e seus familiares, em cursos de diversas áreas de abrangência, desenvolvidos com conteúdo teórico e prático voltados para a temática do empreendedorismo. São quase duas centenas de pessoas extremamente vulneráveis que agora carregaram consigo não somente um certificado importante para a sua qualificação e inserção no mercado de trabalho, mas maior autoestima e confiança nas suas capacidades intelectuais e morais de modificar a sua trajetória de vida de forma positiva e cidadã.

A seguir, estão algumas das fotografias que registraram a execução do Projeto:



Salgadeiro- Montes Claros



Cabeleireiro- Uberlândia



Mecânico de bike- Ribeirão das Neves



Pequenos reparos- Ribeirão das Neves

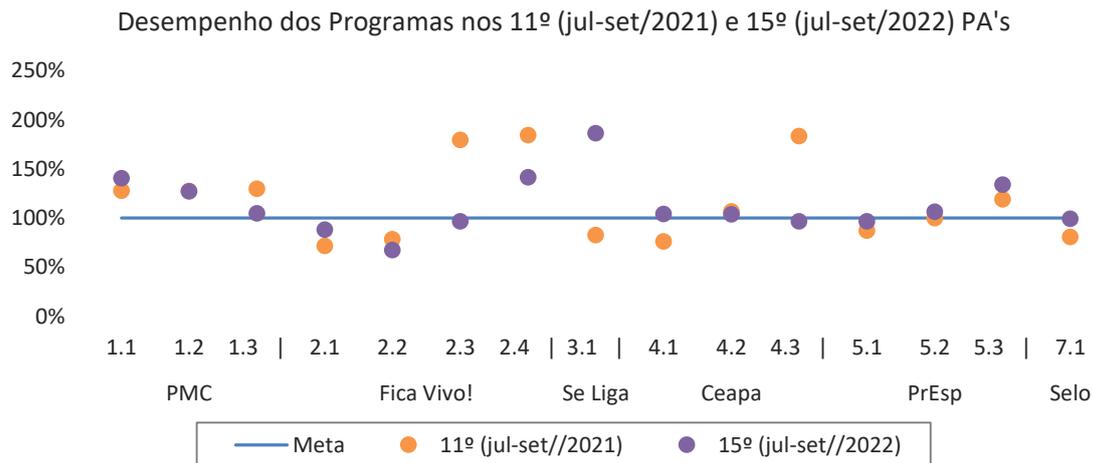


Pequenos reparos- Ribeirão das Neves

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 15º Período Avaliatório (01/07/2022 a 30/09/2022), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 27 indicadores e produtos. Desse total, 16 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Como a implantação do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher ocorreu apenas no município de Curvelo e no final do período avaliatório (28/06/2022), pede-se a desconsideração dos indicadores 6.1, 6.2 e 6.3 na apuração da nota final desse período avaliatório. Ainda, importante destacar que, em 3 casos em que a meta não foi alcançada, Indicadores 2.1; 2.2; 2.3; 4.3; 5.1 e 7.1, nota-se que seus resultados chegaram próximo ao objetivo, com uma média de cumprimento de 91%. Sendo assim, seguindo a tendência do 13º e 14º PA, o 15º PA manteve o padrão de resultados positivos.

O gráfico abaixo possibilita um comparativo dos indicadores entre os meses de julho, agosto e setembro de 2021 (11º PA) e de 2022 (15º PA). Ao dimensionar tal evolução em relação ao ano passado, destacam-se, sobretudo, a expressiva evolução do resultado do programa Se Liga, cujas atividades foram muito impactadas pelas restrições pandêmicas, e o melhor desempenho do PrEsp em relação às metas propostas, mesmo que tênue. Ademais, também há de se considerar a capacidade e empenho de todos os Programas para atingir patamares satisfatórios de atendimentos, mesmo que em situações extremamente adversas tanto em 2021 quanto em 2022, superando o contexto pandêmico e seus efeitos na execução das atividades previstas.



Fonte: Instituto Elo, 2022.

Por fim, para além dos indicadores, é importante assinalar o volume considerável de atividades executados ao longo do ano vigente. Neste trimestre, concluiu-se os “Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp” com resultados satisfatórios diante do nível de complexidade da execução do Projeto. Destaca-se ainda que o 15º foi um período de início, desenvolvimento de projetos grandes e importantes, como a “Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã”, com formatura prevista para novembro; os “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade”, previstos para novembro e dezembro; a continuidade do “Circuito Liberdade” com o público do Se Liga e, finalmente, a Capacitação com os Oficineiros do Programa *Fica Vivo!* prevista para dezembro. Importante destacar o papel da Supec e OS no sentido de promover espaços mensais ou quinzenais de escuta dos prestadores de serviço que realizam as oficinas (oficineiros/as) no intuito compreender os gargalos e aprimorar o trabalho junto aos adolescentes e jovens atendidos.

Sendo assim, faz-se notável que os desafios são imensos, mas os resultados e detalhamento aqui apresentados demonstram o alto comprometimento e capacidade de superação de todos os envolvidos na parceria SEJUSP e IElo na busca para oferecer um serviço de excelência a população mineira.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:45:02 do dia 20/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/12/2022.

Código de controle da certidão: **47A0.8A58.714A.712F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão n°: 15720023/2022
Expedição: 17/05/2022, às 10:51:59
Validade: 13/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75

Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG
/ 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/09/2022 a 24/10/2022

Certificação Número: 2022092500575824695895

Informação obtida em 06/10/2022 10:44:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
03/10/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
01/01/2023

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2022000581932711



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AJIGIIMLKJ**

Documento/Certidão nº **20.179.000** Exercício: **2022**

Emissão em: **04/10/2022**

Requerimento em: **11:37:42**

Validade: **03/11/2022**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2022.



Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo